

PROJETO REPÓRTER DO FUTURO

CURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO
UNIVERSITÁRIA

MÓDULO

Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter

Para entender e falar
sobre os desafios
da nossa cidade

OBORÉ
Projetos Especiais

 **ESCOLA DO
PARLAMENTO**
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**





Projeto Repórter do Futuro 2012 - Câmara Municipal de São Paulo
Descobrir São Paulo - Descobrir-se Repórter

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DO PARLAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
OBORÉ PROJETOS ESPECIAIS EM COMUNICAÇÕES E ARTES

Cadernos de Jornalismo do Projeto Repórter do Futuro

Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter
Para entender e falar sobre os desafios da nossa cidade

São Paulo
2016

Ficha Técnica

Cadernos de Jornalismo do Projeto Repórter do Futuro.

Módulo Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter: para entender e falar dos desafios da nossa cidade.

Este material foi produzido a partir dos registros dos cursos de complementação universitária voltados a estudantes de Jornalismo realizados entre 2011 e 2015, no âmbito do Projeto Repórter do Futuro, e fruto da parceria estabelecida entre Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e Oboré Projetos Especiais em Comunicações e Artes. Trata-se de uma proposta de formação com o objetivo de complementar as atividades práticas laboratoriais de alunos matriculados nos cursos de Jornalismo com foco no estímulo à prática reflexiva e no exercício da reportagem na cidade de São Paulo.

Supervisão editorial: Sergio Gomes e Christy Ganzert Pato

Coordenação editorial: Milton Bellintani e Lara Mesquita Ramos

Preparação dos originais e edição: Milton Bellintani e Ana Luisa Zaniboni Gomes

Colaboradores: Anelize Moreira, Antonio Assis, Camila Moura, Camilla Rigi, Cristina Cavalcanti, Eugênio Araújo, Everaldo Gouveia, Germano Assad, Giulia Afiune, Guilherme Alpendre, João Paulo Brito, Luana Copini, Luisa Purchio, Marcelo Ruiz, Maria Isabel Lopes Correa, Michele Carvalho, Rafael Sampaio, Ricardo Rossetto, Fernando Nowikow, Rodrigo Garcia, Tatiana Ribeiral e Wagner Belmonte

Cobertura fotográfica: Camila Moura, Cláudia M. Martins, Nivaldo Honório, João Paulo Brito, Germano Assad, André Bueno, Renatto d' Sousa e Luiz França

Projeto gráfico, diagramação e artefinal: Carlos Guena

Ilustração de capa: Laerte

Impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado S/A - Imesp

Tiragem: 1.500 exemplares

Agradecimentos especiais aos órgãos e serviços da Câmara Municipal de São Paulo: Presidência, Mesa Diretora, 1ª Secretaria, Centro de Comunicação Institucional, Assessoria de Imprensa, Revista Apartes, Portal, TV Câmara, Cerimonial, Gestão de Serviços II – Copa e Limpeza, Assessoria Policial Militar, Guarda Civil Metropolitana, Secretaria Geral Administrativa, Biblioteca e Suporte Multimídia.

São Paulo, maio de 2016

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP – SGP32

S2412c

São Paulo (SP). Câmara Municipal. Escola do Parlamento

Cadernos de jornalismo do Projeto Repórter do Futuro: descobrir São Paulo, descobrir-se repórter: para entender e falar sobre os desafios da nossa cidade / Câmara Municipal de São Paulo, Escola do Parlamento, Oboré Projetos Especiais em Comunicações e Artes. – São Paulo: Imprensa Oficial, 2016.
108 p.: il. color.

Registros dos cursos de complementação universitária voltados a estudantes de Jornalismo, realizados entre 2011 e 2015, no âmbito do Projeto Repórter do Futuro, parceria entre Escola do Parlamento e Oboré Projetos Especiais em Comunicações e Artes.

1. São Paulo (Município). 2. Ensino Superior. 3. Jornalismo. 4. Projeto Repórter do Futuro. I. Escola do Parlamento. II. Oboré Projetos Especiais em Comunicações e Artes. III. Título. IV. Subtítulo. V. Série.

CDU 070(816.11)

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo foi criada pela Lei nº 15.506 de 13 de Dezembro de 2011, com o objetivo de oferecer aos parlamentares e munícipes subsídios para identificar a missão do Poder Legislativo e desenvolver programas de ensino, cursos e eventos direcionados à formação e à qualificação de lideranças comunitárias e políticas.

Desde sua criação a Escola do Parlamento adotou como missão institucional a promoção de eventos voltados à formação e à educação em cidadania e política de cidadãos e servidores, além de uma série de cursos de curta duração, ciclos de debates e seminários sobre temas centrais da cidade de São Paulo. Neste sentido, destacam-se a abordagem de temas como mobilidade, cultura, imigração, população em situação de rua, questões de gênero e reforma política.

A parceria com a OBORÉ Projetos Especiais constitui importante frente de atuação da Escola na promoção da educação política dos cidadãos e profissionais que lidam diariamente com a realidade e os dilemas metropolitanos, como saúde, educação, transporte, cultura e violência. Entre 2012 e 2015 foram realizadas quatro edições do curso Repórter do Futuro – Descobrir SP, com o propósito de qualificar estudantes de jornalismo para uma cobertura crítica e sofisticada da cidade de São Paulo.

A publicação deste livro-reportagem ilustrado é fruto deste projeto e traz alguns dos melhores trabalhos dos estudantes participantes do Repórter do Futuro. Neste sentido, a parceria com a OBORÉ Projetos Especiais e a condução conjunta deste projeto representam mais uma etapa na consagração da Escola do Parlamento como espaço de referência para o debate sobre a cidade de São Paulo e como centro de formação de cidadãos para a atuação política.



As transformações cada vez mais rápidas e profundas pelas quais a cidade de São Paulo vem passando nas últimas décadas evidenciam que a tarefa de comunicar a sua realidade, dinâmica de funcionamento e instrumentos de participação é crescentemente complexa e requer preparação especializada.

Entretanto, a conformação atual dos meios de comunicação tradicionais deixou ao repórter a tarefa solitária de empreender o mergulho necessário na realidade paulistana a fim de retratá-la com eficiência e verdade. O jornalista tem consciência de que precisa fazê-lo, mas as obrigações profissionais do dia a dia e a variedade cada vez maior de temas a cobrir dificultam que ele se dedique às questões da cidade como sabe que deveria.

Movidos pelo conceito de que cidadania requer informação qualificada e pelo entendimento de que a tarefa de sensibilizar e capacitar os futuros repórteres especializados nos temas da cidade não deve ser unicamente da universidade e dos meios de comunicação, mas um esforço de todos os atores sociais interessados em ampliar o conhecimento da população a respeito da cidade em que vive, a Câmara Municipal de São Paulo e a OBORÉ uniram esforços e reuniram competentes parceiros como Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Rede Nossa São Paulo e Sinpro/SP – Sindicato dos Professores de São Paulo. Em 2011, assumiram compromisso comum de promover o curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter, módulo temático do Projeto Repórter do Futuro para aproximar estudantes de Jornalismo das grandes questões que ainda desafiam o crescimento de uma cidade como São Paulo, vistas sob a ótica dos gestores públicos ligados ao poder executivo ou legislativo, estudiosos e especialistas. Trata-se de projeto de formação iniciado pela OBORÉ, em 1994, cuja proposta é complementar as atividades práticas laboratoriais de alunos matriculados nos cursos de Jornalismo com foco no estímulo à prática reflexiva e no exercício da reportagem.

Carlo Levi (1956), pintor, ensaísta e escritor italiano, imortalizou a expressão *Il futuro ha un cuore antico*. É esta frase inspiradora que agora nos estimula a esta apresentação. Assim, revisitamos a linha do tempo através da qual vem se instalando e se consolidando tão profícua parceria.

Por isso, registramos aqui nossa gratidão ao vereador José Police Neto, que quando Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, em 2011, inaugurou esta parceria e não mediu esforços para implementá-la de forma plural, transparente e democrática. Nossos sinceros agradecimentos também ao vereador José Américo que, ao assumir a presidência, em 2013, reconheceu neste trabalho de formação as bases para preparar futuros repórteres que tenham, além de competência técnica, olhos de ver e ouvidos de ouvir a cidade e o seu povo. Também nosso muito obrigado ao vereador Antonio Donato, atual presidente da Casa, que acreditou no potencial transformador da comunicação que, de mãos dadas com a educação e a cidadania, consegue abrir corações e mentes para um novo futuro que está por vir das mãos corajosas da nossa juventude.

E como um galo sozinho não tece uma manhã, nosso agradecimento especial a todos e a cada um que, de algum jeito, se ligou ao projeto e ajudou a torná-lo viável e real.

Por fim, ao Milton Bellintani, aqui presente na memória afetiva de todos nós.



Repórter do Futuro: embrião de ousadias pedagógicas

MANUEL CARLOS CHAPARRO

Criado formalmente em 1994 pela OBORÉ – Projetos Especiais em Comunicações e Artes, o Projeto Repórter do Futuro é, desde então, experiência pioneira de ensino complementar do Jornalismo. A partir de uma visão crítica dos cursos de Jornalismo, e com a proposta de preencher lacunas desse ensino para a formação de futuros repórteres, o projeto da OBORÉ surgiu, cresceu e consolidou-se como inovadora experiência laboratorial de integração do “pensar” e do “fazer” Jornalismo.

Com criatividade e ousadias, o Repórter do Futuro constitui-se um todo pedagógico que integra práticas e teorias, debates e reflexões. Estruturado em conceitos que mesclam lógicas do fazer e do pensar, surgiu e cresceu como laboratório vivo que inculca e desenvolve, em futuros repórteres, competências técnicas, comportamentais e cognitivas. Coloca, assim, o aprendizado do Jornalismo num cenário metodológico também empenhado em construir conhecimento.

Olhado por essa perspectiva, o Projeto Repórter do Futuro antecipa, desde o seu início, conceitos e ideias que dão fundamento a algumas das mais importantes diretrizes curriculares aprovadas em 2014 pelo Conselho Nacional de

Educação (CNE), especialmente para os cursos de graduação em Jornalismo..

As novas diretrizes acabaram de entrar em vigor a partir deste ano de 2016, com o objetivo de oferecer aos graduandos, além de aptidões técnicas, “formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva” – para que, na profissão, possam atuar como “produtores intelectuais e agentes da cidadania”.

Pois esse é, também, o objetivo que justifica e impulsiona o Repórter do Futuro, nos seus limites de atividade complementar aos cursos de Jornalismo. A maturação do projeto ao longo de duas décadas permite, até, a ousadia de afirmar que, em suas linhas gerais, as novas diretrizes do CNE para os cursos de Jornalismo propõem o que está na essência da estratégia pedagógica do Repórter do Futuro: a eliminação da dicotomia “teoria x prática”.

A história do projeto confirma isso, desde as suas origens.

Tudo começou no segundo semestre de 1990, graças ao atrevimento pedagógico do jornalista Sergio Gomes. Ele já havia criado a OBORÉ e era, então, professor responsável pela disciplina “Jornalismo Comunitário”, no curso de Jornalismo da

Foto: Nivaldo Honório



Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP. E impunha ao seu trabalho uma didática transgressora, sempre de olho nas verdades do mundo e das pessoas.

Ativista político e sociocultural de engajamento permanente em ações de defesa e construção de liberdades democráticas e valores da cidadania, Sergio Gomes desafiou os seus alunos a descobrir, entender, revelar e debater as contradições da cidade de São Paulo. E ficou quase em estado de choque ao descobrir que aqueles futuros jornalistas quase nada sabiam dos complicados problemas humanos e urbanos da gigantesca metrópole onde residiam e quase todos pretendiam ficar. E onde 70% deles haviam nascido.

Professor e alunos não perderam tempo. Em rápida enquete, na base do voto, chegaram ao elenco dos cinco maiores problemas da cidade – segurança, saúde, educação, transporte e habitação. Decidiram que estaria aí o eixo temático do programa da disciplina. Mas apenas eixo temático; a alma do curso seria uma metodologia (talvez inspirada em Paulo Freire) de práticas educacionais nutridas pela raiz pedagógica da realidade social a ser transformada.

Para possibilitar ao grupo conhecimento

que lhes permitisse desconstruir em pautas jornalísticas cada um dos cinco grandes problemas, vieram à classe, e falaram aos alunos, especialistas escolhidos entre os mais qualificados nas respectivas temáticas. Em sessões específicas, cada convidado fez uma palestra-aula, oferecendo aos estudantes um diagnóstico preciso e atualizado dos problemas da sua especialidade. Em seguida, submetia-se a uma entrevista coletiva, para elucidar dúvidas e exercitar nos estudantes a competência de perguntar – habilidade essencial (como diria René Descartes) para o exercício de pensar e existir.

Após cada palestra e entrevista, os alunos produziam individualmente um texto com o respectivo relato jornalístico, exercício de narrar que exige a habilidade intelectual de definir e articular relevâncias prioritárias e secundárias.

No terço final do semestre, ápice do curso, os alunos, organizados em duplas, aderiram com entusiasmo à “Operação Ponto Final” proposta pelo professor Sergio. De forma aleatória, cada dupla embarcava num ônibus, partindo do centro da cidade, em linhas de longo percurso, com destino ao ponto final, em algum local desconhecido, na periferia da cidade. Tarefa: descer,

caminhar, observar, conversar, encontrar e captar boas histórias, com protagonistas verdadeiros. E fazer uma reportagem sobre um dos cinco grandes temas, com o recorte local da problemática escolhida, em narração humanizada, dramática, radicalmente veraz.

Ao final do semestre, nos textos reunidos, Sergio Gomes tinha em mãos uma preciosidade jornalística em estado bruto. No conjunto das peças produzidas pelas duplas, havia um retrato das diversas fisionomias de São Paulo, captadas na moldura humana e urbana das periferias. E reveladas em reportagens de contundente veracidade.

Mas material inútil, perdido, se não fosse publicado.

Em especial no Jornalismo, texto não publicado não cumpre função; logo, não existe. E é aí que o autor deste depoimento entra na história.

No início de dezembro de 1990, Sergio Gomes procurou-me com o seu tesouro em mãos. Além de amigos, éramos colegas no Departamento de Jornalismo da ECA/USP, ele cuidando de ensinar “Jornalismo Comunitário”, eu coordenando o Jornal do Campus, periódico laboratorial pedagogicamente importante em dois semestres do curso.

Sergio mostrou-me as reportagens produzidas pelos seus alunos. E desafiou-me, ansioso:

— Chaparro, precisamos publicar este material. Você tem alguma ideia de como conseguir isso?

Da conversa surgiu a hipótese de procurar o Diário Popular, à época o jornal paulista de maior vendagem em banca e no qual eu era colunista, fazendo a crítica diária da televisão.

Decidimos ir adiante.

Como colunista do jornal, eu tinha um relacionamento reciprocamente respeitoso, mas bastante cordial, com Miranda Jordão, diretor de redação. Era um jornalista competente, correto, eticamente rigoroso nas decisões de publicar e como publicar. Falei-lhe do tesouro jornalístico que estava nas mãos do Sergio Gomes. E pedi-lhe que avaliasse a possibilidade de nos ceder uma ou duas páginas do jornal na edição de 25 de janeiro, data de aniversário da cidade.

Miranda Jordão percebeu de imediato a importância jornalística do que lhe estava sendo oferecido. Avaliou o volume e a qualidade potencial do conteúdo. E foi além, bem além

do que lhe pedíamos, num diálogo que reelaboro de memória:

— Com esse material, Chaparro, em vez de uma ou duas páginas no dia 25, ofereço espaço para uma série sobre São Paulo, em reportagens diárias de página inteira, a partir de 20 de janeiro. E encerraremos a série dia 25, nas duas páginas centrais do primeiro caderno. Será a homenagem do Diário Popular à cidade.

Marcamos de imediato uma reunião para operacionalizar o acordo. Nessa reunião ficou acertado que a série se chamaria São Paulo 437 Anos – Cidade x Cidadão, teria chamadas diárias de primeira página e editorial de apresentação, salientando o caráter pedagógico da parceria.

Em função desse caráter pedagógico, Miranda Jordão aceitou a proposta de nos conceder plena autonomia na execução de todas as tarefas da operação, incluindo reelaboração dos textos, fotografias, edição da série, titulação, revisão, conceituação do projeto gráfico e diagramação.

Sob a minha coordenação pedagógica, a equipe foi formada por alunos que se dispuseram a encarar o desafio em período de férias e em regime de quase tempo integral*.

Todos os textos foram repensados, reelabo-

rados e enquadrados num projeto de edição cuidadosamente discutido, detalhado e executado, em cronograma adequado às rotinas e horários do jornal.

Para o Diário Popular, a publicação da série resultou em reconhecido e aplaudido sucesso jornalístico. Para os estudantes, foi um aprendizado sensacional. Para mim, uma realização pedagógica inesquecível. E para os sonhos e ideais do professor e ativista Sergio Gomes, a experiência constituiu-se em embrião bem cuidado do vitorioso Projeto Repórter do Futuro, que aí está e continua gloriosamente inovador.

*Alceu Luis Castilho, Aléssio Pereira, Alex Ribeiro, Ana Maria Coluccio, Andréa de Mello, Cristiane Guerrera Matsunaga, Cristina Barroso Alves, Eduardo Bimbatti Barros, Flávio Amaral, Flávio Jorge de Freitas, Francisco Bicudo, Karina Ninni, Lu Miranda, Luis Cláudio Indriunas, Marta Watanabe, Mauro Sergio Scarabel, Nelson Breve Dias, Paulo Silva Pinto, Regina Faria, Rodrigo Albea, Rodrigo Leite e Telma Figueiredo.

Sobre a série Cidade x Cidadão

Reprodução fac símile do jornal Diário Popular, edições de 20 a 25 de janeiro de 1991.

20/01/1991: Transporte



21/01/1991: Saúde



22/01/1991: Segurança



22/01/1991: Editorial



A série de reportagens Cidade x Cidadão é o resultado de um trabalho laboratorial da disciplina Jornalismo Comunitário do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) ministrada pelo Prof. Sergio Gomes, em 1990, e realizada inteiramente por alunos de 1º e 2º anos. Com a colaboração do Diário Popular, através de seu diretor de redação Miranda Jordão, foi publicada entre os dias 20 e 25 de janeiro de 1991, sob supervisão editorial do Prof. Manuel Carlos Chaparro (ECA-USP).

23/01/1991: Habitação



24/01/1991: Educação



25/01/1991: Transportes / Mobilidade



25/01/1991: Editorial



Reportagem: Alceu Luis Castilho, Aléssio Pereira, Alex Ribeiro, Ana Maria Coluccio, Andréa de Mello, Cristiane Guerrera Matsunaga, Cristina Barroso Alves, Eduardo Bimbatti Barros, Flávio Amaral, Flávio Jorge de Freitas, Francisco Bicudo, Karina Ninni, Lu Miranda, Luis Cláudio Indriunas, Marta Watanabe, Mauro Sergio Scarabel, Nelson Breve Dias, Paulo Silva Pinto, Regina Faria, Rodrigo Albea, Rodrigo Leite e Telma Figueiredo. Colaboradores: Adriana Teixeira, Fernanda Ribeiro, Marcos Seil Kim, Raquel Ravanini e Thays Regina Freitas. Secretaria de Redação: Nelson Breve Dias. Texto Final: Nelson Breve Dias e Marta Watanabe.



2012

5º Curso Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter

REALIZAÇÃO: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e OBORÉ
Projetos Especiais. APOIOS: Sindicato dos Professores de São Paulo – Sinpro/SP e
Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji

PROGRAMAÇÃO

Coordenador pedagógico: *Milton Bellintani*

17 DE DEZEMBRO DE 2011

- **Aula Magna**

Palestra de *Manuel Carlos Chaparro*, Prof. Livre-Docente da USP, Relator das Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Jornalismo (MEC 2009), autord do blog O Xis da Questão – Mídia, Jornalismo e Atualidade e membro do Conselho Universitário do Projeto Repórter do Futuro.

Jornalista convidado: Carlos Marchi, diretor de Comunicação Externa da Câmara Municipal de São Paulo.

21 DE JANEIRO DE 2012

- **Transporte e Mobilidade Urbana**

Conferência de imprensa/Entrevista coletiva com o engenheiro *Frederico Bussinger*, ex-secretário municipal de Transportes de São Paulo.

Vereador debatedor: Ricardo Teixeira (PV).

Jornalista convidado: Evandro Spinelli, repórter do caderno Cotidiano da Folha de S. Paulo.

28 DE JANEIRO DE 2012

- **Habitação e Urbanismo**

Conferência de imprensa/Entrevista coletiva com *Ciro Pirondi*, arquiteto e urbanista; diretor e fundador da Escola da Cidade de São Paulo.

Vereador debatedor: José Police Neto (PSD).

Jornalista convidado: Guilherme Alpendre.

- **Bem-vindo a São Paulo**

Sessão especial do Projeto Repórter do Futuro no ciclo de filmes sobre a cidade de São Paulo da Cinemateca Brasileira (homenagem a *Leon Cakoff*, cineasta e criador da Mostra internacional de São Paulo).

11 DE FEVEREIRO DE 2012

- **Trabalho e Renda**

Conferência de imprensa/Entrevista coletiva com *João Guilherme Vargas Netto*, cientista político e assessor sindical.

Vereador debatedor: Claudio Prado (PDT).

Jornalista convidado: João Franzin, diretor da Agência Sindical.

12 DE FEVEREIRO DE 2012

- **Bicicletada em homenagem aos 90 Anos da Semana de 1922**

Passeio ciclístico do Projeto Repórter do Futuro organizado pelo Movimento SP+C, OBORÉ, Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e Câmara Municipal de São Paulo. (Aula de campo bônus)

25 DE FEVEREIRO DE 2012

- **Saúde**

Conferência de imprensa/Entrevista coletiva com *Gonzalo Vecina Neto*, médico, ex-diretor da Anvisa (Associação Nacional de Vigilância Sanitária), professor da Faculdade de Saúde Pública da USP e atual diretor-superintendente corporativo do Hospital Sírio-Libanês.

Vereadores debatedores: Carlos Neder (PT) e *Jamil Murad* (PCdoB).

Jornalista convidado: Aureliano Biancarelli.

03 DE MARÇO DE 2012

- **Desenvolvimento sustentável**

Conferência de imprensa/Entrevista coletiva com o historiador **Maurício Broinizi**, coordenador da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo. Vereador debatedor: **Francisco Chagas** (PT). Jornalista convidada: **Cris Lopes**.

10 DE MARÇO DE 2012

- **Segurança pública e violência**

Conferência de imprensa/Entrevista coletiva com **Guaracy Mingardi**, ex-Secretário de Segurança Pública de Guarulhos (SP) e ex-Subsecretário Nacional de Segurança Pública. Vereador convidado: **Claudio de Souza** (PSDB). Jornalista convidado: **André Caramante**, repórter do caderno Cotidiano da Folha de S. Paulo.

17 DE MARÇO DE 2012

- **Meio ambiente**

Conferência de imprensa/Entrevista coletiva com o advogado **José Valverde Machado Filho**, assessor parlamentar e autor dos estudos que resultaram nas leis estadual e nacional de destinação de resíduos sólidos apresentadas pelo deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP). Vereador debatedor: **Florian Pesaro** (PSDB). Jornalista convidado: **Pedro Ortiz**.

24 DE MARÇO DE 2012

- **Educação**

Conferência de imprensa/Entrevista coletiva com **José Salvador Faro**, professor de jornalismo da PUC-SP e da Universidade Metodista de São Paulo; vice-presidente do SINPRO – Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo.

31 DE MARÇO DE 2012

- **Transporte e Mobilidade Urbana (2ª parte)**

Entrevista coletiva com o engenheiro **Frederico Bussinger**, ex-secretário municipal de Transportes de São Paulo. Jornalista convidado: **João Paulo Charleaux** (Aula bônus).

31 DE MARÇO DE 2012

- **Piquenique nas alturas**

Visita ao Belvedere do Edifício Copan, um dos marcos arquitetônicos e culturais do município de São Paulo, cujo projeto apresentado por Oscar Niemeyer para as comemorações do IV Centenário da cidade completou 60 anos em 2011. (Aula bônus)

14 DE ABRIL DE 2012

- **Encontro de avaliação e encerramento**

Avaliação do curso, entrega de certificados. Palestrantes: **Nelson Breve Dias**, diretor da EBC – Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que reúne a TV Brasil, a Agência Brasil e oito emissoras de rádio; **Manuel Carlos Chaparro**, Livre-Docente da USP, Relator das Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Jornalismo (MEC 2009), autor do blog O Xis da Questão – Mídia, Jornalismo e Atualidade e membro do Conselho Universitário do Projeto Repórter do Futuro.

ALUNOS PARTICIPANTES

Alessandra Goes Alves – Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP
Alexandre Nicoletti Dall'Ara – Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP
Camilla Dourado Amaral – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP
Camilla Ramos Feltrin – Universidade Metodista de São Paulo
Daniela Del Carlo Bernardi – Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP
David José Horeglad Ossowiec Nascimento – Universidade Anhembi Morumbi
Douglas Benedito Donizeti dos Santos – Universidade Nove de Julho – UNINOVE
Edcarlos Bispo de Santana – Centro Universitário Sant'Anna – UniSant'Anna
Felipe Germano Abilio – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Fernanda Roberta Lima Silva – Universidade Anhembi Morumbi
Gabriela Mazzuia Stocco – Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP
Gisele Melo Gamboa – Universidade Nove de Julho – UNINOVE
Guilherme Zocchio Caldeira – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP
Helder Sturari Mariano – Universidade Metodista de São Paulo
Lucas Borges Teixeira – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Marcela Bourroul Gonsalves – Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP
Mariana Ribeiro Galdeano – Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU
Marina Mendes Rodrigues Ribeiro – Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP
Paola Carolina Zanquetta Perroti – Faculdade Cásper Líbero
Rafaela Silveira de Souza Ferraz Carvalho – Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP
Raquel Brandão Inácio – Universidade São Judas Tadeu
Ricardo Rossetto Della Corte G.Pacheco – Faculdade Cásper Líbero
Rute Pina de Souza – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP
Talita Molinero – Centro Universitário UniFIAM–FAAM
Tamiris Gomes da Silva – Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL

Chaparro reforça importância da função social do jornalismo

A Câmara Municipal recebeu neste sábado, 17 de dezembro de 2011, a aula inaugural da 5ª edição do curso “Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter”, módulo do Projeto Repórter Futuro, promovido pela OBORÉ Projetos Especiais em Comunicação e Artes em parceria com a Escola do Parlamento.

A aula foi ministrada pelo jornalista e professor livre-docente da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) Manuel Carlos Chaparro. Dos 300 estudantes inscritos para participar do curso, 25 foram selecionados.

Chaparro, em sua aula, destacou que as novas tecnologias da informação impuseram importantes mudanças ao jornalismo, e lembrou que “a ideia de repórteres confinados em redações não existe mais”. “O jornalismo existe onde existem profissionais competentes para utilizá-lo como linguagem em espaços públicos”.

Ainda segundo ele, o jornalismo se configurou como uma grande linguagem social e deixou de ser profissão de somente algumas pessoas. “É uma linguagem que se transformou em bem público”, disse Chaparro, reforçando a importância das redes sociais hoje, pois “são os espaços onde

as grandes transformações acontecem”.

Ao questionar os alunos sobre o motivo de o curso Repórter do Futuro ter sido criado, o professor respondeu que “ele existe porque o mundo precisa de bons jornalistas”, e a iniciativa, no decorrer de seus três meses de aulas, fornecerá subsídios para que os novos repórteres exerçam o jornalismo lembrando sempre de sua função social.

A aula inaugural foi acompanhada pelo presidente da Câmara, vereador Police Neto, e contou também com a participação do diretor de Comunicação Externa da Câmara Municipal de São Paulo, Carlos Marchi, que comentou sobre as mudanças implantadas pela Casa ao longo de 2011 com o objetivo de estabelecer um canal de diálogo transparente com a sociedade.

Entre essas mudanças, o grande destaque foi a abertura de dados, de contratos e de salários do Legislativo paulistano, gesto que acompanha a socialização de conteúdo imposta pela nova era da comunicação.

“De um ano para cá, é perceptível que a Câmara está escancarada para quem quiser obter informações sobre ela”, disse o jornalista Milton Bellintani, coordenador pedagógico do módulo “Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter”.

Fotos: Nivaldo Honório



Bussinger, ex-secretário de Transportes, sugere substituição de rodovias por hidrovias

Foto: Nivaldo Honório



Transporte e mobilidade urbana foram os temas do segundo encontro do módulo Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter, do Projeto Repórter do Futuro, que contou com a participação do ex-secretário Municipal de Transportes Frederico Bussinger. Também estiveram presentes o vereador Ricardo Teixeira (PV) e o jornalista Evandro Spinelli, repórter do jornal Folha de S.Paulo.

Bussinger, também ex-presidente da SPTrans e da CPTM, destacou em sua fala a relação entre transporte e o bom funcionamento da cidade, a opção brasileira pelo modelo rodoviarista e a necessidade de mudar de rumo. A mobilidade não se refere só a pessoas, também envolve bens, serviços e informações. A saúde da cidade depende da circulação dessas coisas, afirmou.

O único modo de transporte autossuficiente é o rodoviário. Você pode transportar qualquer coisa para qualquer lugar. Outros modos, como hidroviário e ferroviário, dependem do primeiro para chegar ao fim da linha, explicou.

Para o ex-secretário, um dos principais fatores que dificulta essa dinâmica é a falta de planejamento logístico. O Brasil concentra grande população, grande território e grande economia.

A logística é um fator crítico de sucesso. Mas a questão não está na nossa agenda, os governos não entendem do que se trata.

A contrapartida da opção por rodovias é a poluição ambiental. De acordo com relatório do Plano Estadual de Mudanças Climáticas, no mundo, as emissões de carbono advindas do transporte correspondem a 13% do total. No Brasil, o número sobe para 42%. Temos uma matriz de transporte mais suja porque 60% do transporte no país é feito por rodovias. No caso de São Paulo, esse número salta para mais de 90%, informou.

Bussinger acredita ainda ser possível mudar essa matriz e citou como exemplo um plano europeu, lançado em março de 2011 para formar sistema único de transportes. O objetivo é cortar 60% das emissões de carbono na área de transportes. Uma das medidas é a substituição de 50% do transporte de passageiros e carga do modelo rodoviário pelo ferroviário e o hidroviário, mais eficientes do ponto de vista energético e de menor impacto ambiental, detalhou.

Na opinião dele, mudanças já estão ocorrendo e sugere a construção de um hidroanel como alternativa para o congestionamento da cidade. Se você pegar os rios Tietê e Pinheiros e as represas

Billings e Taiaçupeba, você precisa de um canal de 25 a 30 km para formar um hidroanel de 186 km em São Paulo, projetou. Esse hidroanel, o rodoanel e o futuro ferroanel, se cruzariam em três pontos diferentes.

O transporte de lixo, por exemplo, poderia ser feito por embarcações em vez de caminhões, o que melhoraria o trânsito na capital, segundo a proposta.

Cidade compacta

Em sua exposição, Bussinger apresentou a articulação dos sistemas hidroviário, ferroviário e rodoviário de São Paulo como possibilidade para otimizar o transporte na cidade. O projeto SP 2040, parceria da Prefeitura com outras instituições, coloca como um dos objetivos a cidade compacta, ou seja, sua reorganização de modo que a população possa chegar a qualquer lugar de que necessite em, no máximo, 30 minutos.

Será que o problema é o transporte ou onde estão as coisas na cidade?, provocou o repórter Evandro Spinelli em sua fala.

Para o vereador Ricardo Teixeira (PV), ambos os aspectos são relevantes para pensar a mobilidade. Ele defendeu a proposta da cidade compacta.

A saída para os grandes centros é a distritalização. Temos de morar perto de onde a gente trabalha, estuda e se diverte. Não dá pra tirar uma pessoa lá do Itaim Paulista todos os dias e fazê-la percorrer 30 km até Santo Amaro para trabalhar.

Além do rodoanel e do metrô que atingem diversos pontos da cidade, Teixeira destacou a importância de pulverizar a oferta de infraestrutura para que isso aconteça. A iniciativa privada já percebeu isso. Hospitais, universidades, centros comerciais já estão se espalhando. Mas o poder público tem que acelerar essa transformação, recomendou o vereador.

Foto: Nivaldo Honório



Ciro Pirondi debate urbanismo e habitação social em São Paulo

Foto: divulgação



A segunda aula do módulo Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter, do Projeto Repórter do Futuro, teve como tema “Habitação e Urbanismo” na cidade de São Paulo.

O arquiteto e urbanista **Ciro Pirondi**, diretor da Escola da Cidade, foi o palestrante e falou sobre a importância da realização de debates sobre as questões que envolvem o tema de moradia social.

Os temas selecionados para sábado – habitação e urbanismo – foram apontados como prioridades da população paulistana na consulta pública *Você no Parlamento*, realizada pela Rede Nossa São Paulo em parceria com a Câmara.

Durante a aula, foi discutido também o grande adensamento populacional das regiões periféricas de São Paulo e a carência de vagas de trabalho para os moradores desses bairros.

O jornalista **Guilherme Alpendre**, gerente-executivo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), também participou da mesa.

O vereador **José Police Neto**, presidente da Câmara Municipal, lembrou que os empregos estão concentrados em apenas 12 dos 96 distritos de São Paulo e advertiu que isso deve ser pulverizado, por uma questão de justiça e de bom funcionamento da cidade.

Police Neto disse que é preciso evitar o isolamento das classes sociais, trazendo a população para as áreas mais centrais e também levar a produção de riqueza para a periferia.

Trabalho, renda e mão de obra dos imigrantes pautam a coletiva com João Guilherme Vargas Netto

O crescimento real do salário-mínimo foi apontado pelo cientista político sindical João Guilherme Vargas Netto como a principal conquista dos trabalhadores nos últimos anos. A declaração foi dada na terceira conferência de imprensa do curso Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter, módulo do Projeto Repórter do Futuro.

João Guilherme atua há mais de 40 anos na área sindical como analista e assessor político. Chegou a ser exilado nos anos 1970, por causa de sua atuação como dirigente do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Além do salário mínimo, respondeu perguntas dos alunos sobre o Programa Bolsa Família, do governo federal. Segundo ele, trata-se de uma ação emergencial que vem impedindo que milhões de pessoas continuem vivendo abaixo da linha da pobreza absoluta.

Outro tema abordado na aula foi o papel dos imigrantes no desenvolvimento de São Paulo e do Brasil. Para Vargas Netto, o país dá exemplo para o mundo quando o assunto é receber bem as pessoas de todas as nacionalidades ou religiões. “A mão de obra dos imigrantes foi fundamental no desenvolvimento da capital paulista”, afirmou.

O êxodo industrial também foi discutido.

Nessa questão, João Guilherme defende que São Paulo não deve ceder as pressões e precisa manter seu parque industrial. “Com a tecnologia disponível, é possível criar um novo polo industrial com energia limpa”, acrescentou. Ele antecipou que os movimentos sindicais devem promover mobilizações contrárias à saída das indústrias nos meses de março e abril.

Em relação ao curso, destacou que temas como esses são fundamentais para preparar os futuros repórteres para entenderem a dinâmica desta nossa cidade.

Foto: YouTube



Saúde é um direito de todos e deve ser assegurado pelo Estado, diz Vecina

Foto: divulgação



Em conferência de imprensa aos alunos do módulo Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter, o médico Gonzalo Vecina Neto – professor concursado da Faculdade de Saúde Pública da USP e superintendente corporativo do Hospital Sírio-Libanês – afirmou que o subfinanciamento do sistema pelo poder público é um dos entraves à melhoria da eficiência da atenção à saúde da população. “O Brasil adotou, no início dos anos 1990, um modelo que tem como pilares a universalização dos serviços de saúde, a integralidade do atendimento e igualdade de tratamento a todos”, disse Vecina. “Mas é preciso dizer que ainda falta muito para esse modelo ser considerado eficiente.”

Secretário Municipal de Saúde na administração da prefeita Marta Suplicy (2001 a 2004) e ex-presidente da ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Vecina apresentou um breve histórico da criação do modelo brasileiro de atenção à saúde e o comparou ao existente em outros países. “A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma medida ‘civilizatória’. Antes dele, apenas eram beneficiados pelo sistema público os contribuintes da previdência social – os trabalhadores contratados pela CLT ou por meio

de concurso público, aposentados e pensionistas. Quem não tinha carteira de trabalho assinada, era considerado ‘indigente’ e recebia o atendimento possível. Com o SUS, passou a vigorar o conceito de que a saúde é um direito de todos e que ele deve ser assegurado pelo Estado.”

De acordo com o médico, o poder público não tem investido os recursos necessários para garantir o bom funcionamento do sistema. “Além disso, a mudança do perfil da população contribuiu para a sua saturação. Hoje, 85% dos brasileiros vivem nas cidades. No Estado de São Paulo, são 94%. Na capital, 100%. A sociedade deve pressionar para que a saúde seja efetivamente uma prioridade. Afinal, pesquisas recentes confirmam que a preocupação com a cobertura de saúde é a número 1 do brasileiro.”

Participações enriquecem o debate

Dois vereadores relacionados ao tema da aula conferência participaram da atividade: Jamil Murad (PC do B) e Carlos Neder (PT). Ambos são médicos de formação e possuem larga experiência no atendimento à população. Murad participou da implantação do SUS e foi diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo. Autor de leis

municipais de regulação dos serviços de saúde, entre as quais a de número 052/2002, que garante o atendimento de vítimas de violência pela rede municipal de saúde, Neder foi Secretário Municipal de Saúde de 1990 a 1992, na administração da prefeita Luiza Erundina.

Jamil Murad afirmou que o SUS trouxe dignidade ao atendimento da população e vem assegurando aos setores de baixa renda o acesso à saúde. “Há muita coisa para ser melhorada, não resta dúvida, mas vocês como jovens repórteres devem desenvolver um espírito crítico em relação ao noticiário catastrofista, que apenas destaca os problemas e faz crer que o SUS não serve para nada. Por trás desse discurso está o interesse de grupos privados que gostariam muito de assumir a oferta de serviços de saúde.”

Neder, por sua vez, destacou que as mudanças políticas por que a cidade passou nos últimos 21 anos vêm dificultando a melhoria da eficiência do atendimento de saúde. O período coincide com a criação do SUS. “Desde então tivemos seis diferentes prefeitos, com visões distintas sobre como administrar a saúde. Isso ocasionou a descontinuidade de projetos e a mudança de prioridades. Por isso, cabe enfatizar que ao escolher o próximo

prefeito a população também definirá que modelo de saúde teremos na cidade nos próximos anos.”

O jornalista Aureliano Biancarelli, autor do livro *Cirurgia em Campo Aberto* e repórter com grande experiência na cobertura de temas ligados à saúde, também participou da coletiva. De acordo com ele, a cidade de São Paulo pode ser entendida como um corpo e suas ruas avenidas como as artérias pelas quais flui o sangue que mantêm o coração da metrópole funcionando. “Se entendermos dessa forma, fica mais fácil perceber, por exemplo, as consequências negativas do trânsito para a saúde de São Paulo e, consequentemente, de todos os que vivemos nela.”

Para Broinizi, o desafio da cidade sustentável é resolver o nó da mobilidade

Foto: Nivaldo Honório



O grande desafio para um desenvolvimento sustentável na capital paulista é resolver o problema da mobilidade urbana, afirmou o historiador Mauricio Broinizi, coordenador da secretaria executiva da Rede Nossa São Paulo, na 5ª aula do curso “Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter”, do Projeto Repórter do Futuro.

Durante o debate do tema “Cidade Sustentável”, ele e o vereador Francisco Chagas (PT), concordaram que o desenvolvimento sustentável na capital paulista passa por essa questão.

Para Broinizi, é preciso pensar em um Plano Diretor que tenha como prioridade a mobilidade urbana, passando pela melhoria dos transportes públicos.

Devido à falta de um planejamento de mobilidade, diz, “milhões são gastos com a saúde pública, enquanto que muitos problemas têm origem no trânsito caótico e na falta de um transporte público eficiente”.

Já o vice-presidente da Comissão de Meio

Ambiente da Câmara Municipal, vereador Francisco Chagas (PT), falou sobre a ação legislativa para que a cidade se desenvolva de maneira sustentável.

Chagas defende a proposta de que é necessário realizar estudos para se conhecer melhor a cidade.

“O primeiro eixo é o institucional. É necessário realizar estudos para se conhecer melhor a cidade e a partir daí se pensar em uma produção legislativa, por meio de projetos de leis. Outro eixo importante é a participação popular, que deve dar sugestões e também ajudar a cuidar do que fazemos pela cidade”, afirmou. O vereador ainda enfatizou que não é possível resolver o problema de mobilidade urbana sem o desenvolvimento regional e a participação popular, com apresentação de sugestões e ajuda na tarefa de cuidar da cidade.

Precisamos pensar de que maneira a população pode ajudar nesse processo, disse.

Encontro com Guaracy Mingardi debate corrupção e atuação das polícias

O cientista político Guaracy Mingardi, diretor científico do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud), foi o convidado da aula deste sábado, dia 10, do curso “Descobrir São Paulo: Descobrir-se Repórter”, realizado na Câmara Municipal de São Paulo.

Mingardi debateu com os alunos de jornalismo as denúncias de corrupção e de uso indevido de força nas polícias Civil e Militar em São Paulo.

Segundo ele, a maneira com que a polícia usa sua força está diretamente relacionada às decisões do Executivo.

Ao falar sobre os casos envolvendo corrupção, ele classificou de ineficiente o atual modelo de Corregedoria.

Segundo o diretor científico do Ilanud, a Corregedoria deveria ser uma coisa à parte, “por ser um colega investigando o outro, muitas vezes a investigação não vai adiante”, afirmou.

O vereador Claudinho de Souza (PSDB) defendeu as corporações, afirmando que é uma minoria corrupta que faz um estrago muito grande para a população. O parlamentar lembrou que, embora a segurança pública seja atribuição do governo estadual, um convênio firmado entre a Prefeitura e o Estado permite que os policiais prestem serviços ao município.

A Operação Delegada, como ficou conhecida a parceria, foi regulamentada por meio de lei aprovada na Câmara Municipal de São Paulo, em 2011.

Foto: divulgação



“País precisa mudar modelo de gerenciar lixo”, diz Valverde

Foto: Youtube



As sétima aula do curso Descobrir São Paulo, “Descobrir-se Repórter”, do Projeto Repórter do Futuro, abordou o gerenciamento do lixo na cidade de São Paulo e no Brasil. A atividade, que aconteceu na manhã de sábado (17), na Câmara Municipal, teve a presença do advogado José Valverde Machado Filho, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e um dos formuladores da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada em 2010.

Em sua apresentação, Valverde afirmou que o país tem gerenciado seus resíduos sólidos da mesma maneira há pelo menos dois séculos: simplesmente afastando-os dos centros urbanos, sem preocupação com os danos que essa prática gera no meio ambiente. Somando essa política ao

crescimento populacional e econômico do país, principalmente nas últimas décadas, criou-se um modelo que cobra um alto preço não só à natureza, mas também à saúde pública.

Assim como os surtos de peste bubônica no Rio de Janeiro do início do século eram uma consequência do gerenciamento inadequado do lixo, não é coincidência que todo verão ainda tenhamos que nos defrontar com surtos de dengue, afirmou Valverde, lembrando depois que uma limpeza recente da calha do Tietê retirou 200 mil pneus, um dos focos mais comuns do mosquito da dengue do leito do rio.

De acordo com ele, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, se aplicada na prática, resolverá muitos dos problemas que enfrentamos hoje nessa área, como o baixo índice de reciclagem. A lei exige que, a partir de 2014, todos os materiais com potencial de reaproveitamento não poderão mais ser acondicionados em aterros sanitários, devendo ser reciclados.

Também participou da aula o vereador Floriano Pesaro (PSDB), membro da Comissão

Extraordinária Permanente de Meio Ambiente da Câmara, que notou a inépcia do modelo atual de gerenciamento do lixo. Para ele, falta incentivo ao aproveitamento das possibilidades econômicas presentes na reciclagem, principalmente do lixo eletrônico.

Todos esses equipamentos têm produtos valiosos dentro, que podem ser reutilizados, como ouro, silício, alumínio e cobre, entre outros, comentou o parlamentar.

Após as apresentações, os participantes da atividade, estudantes de jornalismo de diversas instituições de ensino superior, realizaram uma conferência de imprensa com os palestrantes. Segundo o coordenador pedagógico do curso, Milton Bellintani, a escolha dos temas das aulas foi baseada na consulta pública *Você no Parlamento*,

realizada conjuntamente pela Câmara e a Rede Nossa São Paulo em 2011. “A pesquisa apontou os problemas mais importantes enfrentados pela cidade, baseando-se em uma amostra de mais de 30 mil respondentes”, disse.

Bellintani acredita que a oportunidade de debater os assuntos abordados com especialistas, membros da sociedade civil e integrantes do poder público pode dar uma nova visão sobre as questões aos participantes.

“Queremos demonstrar para os jovens jornalistas, que estão ainda em processo de formação, que pensar o futuro da cidade de São Paulo não é exclusividade de um setor ou de outro. Que há um conjunto de organizações na cidade, e de poderes instituídos, que pensam em soluções para a cidade”, afirmou o coordenador.

Educação é reflexão e experimentação, diz José Salvador Faro

Foto: Nivaldo Honório



Os alunos do curso Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter, do Projeto Repórter do Futuro, participaram na manhã deste sábado da última aula, que teve como tema a educação. Os principais problemas e desafios deste segmento foram debatidos com o professor e vice-presidente do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Sinpro), José Salvador Faro.

Segundo o palestrante, a educação, principalmente em universidades, não oferece oportunidade para que os alunos tenham um espaço para reflexão e experimentação. As instituições trabalham de acordo com a demanda do mercado e o que passa a ser valorizado é desempenho das pessoas e não o conhecimento, afirmou Faro.

Faro ainda falou sobre importância de algumas mudanças nos cursos de jornalismo. As disciplinas são mais importantes do que a parte operacional. “Em um mês na redação, o profissional pode entender a dinâmica. No entanto, se ele não consegue compor um contexto, dissertar bem sobre os temas, ele não será um bom repórter”, sinalizou o professor.

Presente em todas as aulas, a aluna do último ano do curso de jornalismo Raquel Brandão Inácio afirmou que discutir assuntos relacionados à

educação é fundamental. “Essa palestra foi muito importante porque nós ainda estamos estudando e podemos perceber o quanto essa temática pode influenciar em outros segmentos”, disse.

Já a aluna do segundo ano de jornalismo Mariana Galdeano disse que se surpreendeu com o curso. “Os temas escolhidos e os palestrantes foram muito bons. Até mesmo na aula de sustentabilidade, que achei que seria chata, aprendi muito e consegui escrever a melhor matéria de todos os assuntos discutidos”, avaliou.

A estudante Tamires Gomes considerou esclarecedora a aula deste sábado. Refletimos sobre a história da educação no país e isso foi importante para entendermos o cenário atual, explicou a jovem da cidade de Poá (SP), que também achou positiva a participação dos vereadores nas aulas.

“Estou feliz com o curso e achei muito boa a participação dos parlamentares para conhecermos os Projetos de Leis que eles têm nas determinadas áreas discutidas. Nunca pensei que os vereadores fossem tão acessíveis”, afirmou.

Enquanto as cooperativas de catadores de lixo não forem beneficiadas, a gestão dos resíduos sólidos em São Paulo será ineficiente

RICARDO ROSSETTO

Na medida em que São Paulo cresce em tamanho e população, aumenta-se também a dificuldade em se manter o equilíbrio espacial, social e ambiental. Muitos dos seus problemas são exacerbados com a concentração populacional cada vez maior, aliado à falta de planejamento urbano condizente às necessidades físicas da metrópole.

Desde novembro de 2009, a cidade não detém mais um aterro sanitário próprio, devido ao esgotamento de todas essas áreas de despejo de resíduos sólidos. Os mais de 11 milhões de habitantes chegam a produzir cerca de 15 mil toneladas de lixo por dia, e boa parte dessa quantidade tem uma destinação final inadequada segundo os parâmetros ambientais internacionais. A um custo de R\$ 6,6 milhões de reais ao mês, a Prefeitura de São Paulo envia os detritos domésticos e comerciais para os depósitos privados dos municípios de Guarulhos e Caieiras.

A ineficiência na gestão desses resíduos sólidos é percebida quando constatada a baixa capacidade de coleta e de reciclagem de todo o lixo produzido. Apenas 1,4% do total é encaminhado para o reúso, o que representa uma perda em torno de 8 bilhões de reais. Cerca de 60% do

lixo reciclável separado pelos moradores em suas casas é despejado nos aterros comuns. As concessionárias Ecourbis e Loga Ambiental, responsáveis pela coleta dos detritos, são obrigadas, por normas municipais, a destinar parte de sua frota de caminhões exclusivamente à coleta seletiva, assim como levar esses materiais para as centrais das cooperativas. O problema, entretanto, começa nesse ponto, visto que essas empresas alegam que o baixo investimento do poder público em políticas e projetos de reciclagem, assim como a ainda baixa atratividade comercial, a falta de estrutura e de mão de obra nas centrais de reciclagem emperram a ampliação e efetivação dessas medidas socioambientais.

Um marco regulatório para o lixo

Após mais de 20 anos tramitando no Congresso, foi aprovado no dia 2 de agosto de 2010 uma das mais importantes leis ambientais brasileiras, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Com a sanção da medida, o País passa a ter, enfim, um marco regulatório que abrange todos os Estados e municípios da Federação.

A lei traz inúmeras novidades na área dos resíduos sólidos, reunindo princípios, objetivos,

instrumentos e diretrizes para a gestão eficiente desses componentes. Ficou estabelecida a partir da lei, uma distinção entre resíduo (lixo que pode ser reaproveitado ou reciclado e que pode ter algum valor econômico), e rejeito (aquilo que não é passível de ser reaproveitado).

Um dos pontos fundamentais da nova lei é a chamada logística reversa, que se constitui em um conjunto de ações para facilitar o retorno dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos. De acordo com as novas regras, os envolvidos na cadeia de comercialização dos produtos, desde a indústria até as lojas, deverão estabelecer um consenso sobre as responsabilidades de cada parte.

A PNRS proíbe, ainda, a existência de lixões, considerados insalubres e fomentadores de diversas doenças, além de contaminar os lençóis freáticos, o ar e os solos, e determina a criação de aterros sanitários para o correto depósito de lixo sem possibilidade de reaproveitamento ou de decomposição (matéria orgânica). Nesses aterros, que poderão ser formados por consórcios entre municípios, será proibido catar lixo, morar ou criar animais. As prefeituras poderão ter recursos para a criação de aterros desde que aprovelem nas

câmaras de vereadores uma lei municipal criando um sistema de reciclagem de resíduos.

Falta de investimentos

Dados do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre) mostram que, em 2010, a Prefeitura de São Paulo investiu R\$ 60 milhões de reais para a coleta, transporte e aterramento do lixo, enquanto que apenas 0,001% desse montante foi destinado para a coleta seletiva.

Apesar de registrar padrões de consumo próximos dos países desenvolvido, São Paulo ainda gasta pouco com a limpeza urbana (cerca R\$ 73,63 reais) bem abaixo de outras metrópoles no mundo como Nova York (R\$239,56), Cidade do México (R\$ 632,32) e Tóquio (R\$ 1.038,48).

Prestes a completar 20 anos, o sistema de coleta seletiva da Prefeitura de São Paulo, implementado em 1992 durante a gestão de Paulo Maluf, consegue reciclar apenas 280 gramas de resíduos por mês para cada habitante, o que significa que o paulistano só manda para a reciclagem o peso correspondente a uma garrafa PET a cada seis dias.

Já durante os mandatos de José Serra (PSDB) e Gilberto Kassab (DEM), os investimentos nessas áreas não sofreram grandes alterações e se mantiveram proporcionalmente estagnados. Kassab aplicou, em seu primeiro ano como prefeito em 2006, 1,21% da verba destinada para a coleta do lixo em reciclagem. Três anos mais tarde, esse índice ficou em 1,14%.

A falta de investimentos em reciclagem nas diversas fases do sistema explica por que o processo não vai para a frente. Em 2003 foi criado o

Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura, tendo como diretriz a inclusão de organizações de catadores no gerenciamento das centrais de triagem de material reciclável. Pelo projeto, deveriam ser construídas 31 centrais de triagem, uma para cada subprefeitura da cidade, até o ano de 2007. Longe de atingir a meta no fim de 2009, a Prefeitura fez uma nova promessa de instalar 51 centrais de triagem recicláveis até o fim de 2011.

"Faltam incentivo e investimento na organização das cooperativas e na capacitação de catadores para que o programa seja ampliado. Nessas duas décadas, a coleta seletiva ainda é algo a que só a classe média paulistana tem acesso na cidade. Os municípios precisam encarar a reciclagem como uma política pública fundamental para reduzir os riscos de enchentes e o espaço dos aterros", explica o advogado Fabio Pierdomenico, professor de Direito Ambiental e diretor da Limpurb entre os anos de 2002 e 2004.

A PNRS, e a vez dos catadores

Os catadores de materiais recicláveis e os moradores de rua realizam, há muitos anos, um serviço ambiental de limpeza pública e proteção do meio ambiente de fundamental importância. Muitas vezes o poder público é incapaz de oferecer os serviços de coleta de resíduos sólidos em todos os distritos da cidade, e cabe a esses trabalhadores a função de recolher os dejetos para que seja feita a triagem daquilo que é reaproveitável e o que deve ser, de fato, jogado fora.

Ressaltadas as resultantes de valorização do tratamento de resíduos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos encerra inúmeros benefícios

econômicos e ambientais, com efeitos sociais, em especial na geração de emprego desses catadores de resíduos recicláveis.

Como expectativa positiva fica o fato de que até agosto deste ano, Estados e municípios estão obrigados a elaborar seus planos de gestão integrada de resíduos, sem os quais ficarão impossibilitados de obter acesso aos recursos financeiros do Governo Federal.

Além disso, agora os geradores privados de lixo devem se unir aos órgãos públicos para elaborar planos de gerenciamento para os resíduos produzidos em suas atividades. Mas, sobretudo, será a sociedade a valorizar na PNRS. Conforme dispõe a lei, a participação pública deverá ser valorizada no momento da elaboração dos planos de gestão, incluindo a realização de audiências e consultas públicas sobre a realidade da questão dos resíduos, e incentivar e formalizar a participação da coleta pelas cooperativas ou outras formas de associação de catadores formadas por pessoas físicas.

Em todo o Brasil, mais de um milhão de trabalhadores que vivem diretamente da coleta de lixo. Em São Paulo são 20 cooperativas que ainda sofrem com uma legislação municipal burocrática e higienista, que frequentemente impede os trabalhos dos cooperados ou desaloja as centrais de reciclagem por reivindicar os terrenos públicos cedidos.

Candidatos à prefeitura de São Paulo precisarão de boas propostas para a saúde

MARCELA BOURROUL GONSALVES

A cidade de São Paulo elegerá no final deste ano seu próximo prefeito e os 55 vereadores que assumirão a Câmara Municipal. Nas últimas eleições, em 2008, dados de uma pesquisa do Ibope revelaram que a maior preocupação de 3 entre cada 4 eleitores paulistanos era a área da saúde. Ela superou problemas como educação, segurança e transporte. Outra pesquisa, dessa vez do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), divulgada no final de 2011, também colocou a saúde como a principal preocupação dos moradores do Sudeste, pouco à frente da violência.

Dados da pesquisa IRBEM 2012 (Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município), encomendada pela Rede Nossa São Paulo e realizada pelo Ibope, mostram que a avaliação dos serviços públicos de saúde ainda é ruim na capital paulista. Depois de quatro anos, portanto, o clima da eleição que se aproxima não deve ser diferente.

Das 10 questões relacionadas à estrutura de atendimento público levantadas pelo IRBEM, apenas duas obtiveram nota 9 ou 10 na opinião de mais de 10% dos entrevistados. Entre elas estão campanhas de vacinação, com 25% de avaliação ótima, e proximidades de postos de saúde, com 12%.

Nas questões sobre o tempo entre marcação e realização de consultas, marcação e realização de procedimentos complexos, facilidade para agendar consultas e exames, e qualidade e humanização da assistência médica, mais de 70% das pessoas respondeu com notas de 1 a 5. O que significa que pelo menos 7 entre 10 municípios acham esses serviços ruins.

Algumas subprefeituras se destacam no levantamento IRBEM. A região de Capela do Socorro e Cidade Ademar, na zona sul da capital paulista, é a campeã de críticas. Em sete questões, seus moradores estão entre os mais insatisfeitos. O descontentamento dos paulistanos que vivem nas áreas das subprefeituras de São Mateus, Ipiranga e Casa também se destaca na pesquisa. Já nas regiões da Sé e Pinheiros, na zona mais central de São Paulo, a porcentagem de notas baixas diminui sensivelmente.

Campanha 2012

Segundo o vereador Carlos Neder, que integra o conselho político de Fernando Haddad em sua campanha à prefeitura, a estratégia do candidato será traçada a partir de diagnósticos e das diretrizes do setorial de saúde do PT (Partido

dos Trabalhadores). O PSDB, provavelmente seu maior rival este ano, ainda não tem candidato definido.

Em entrevista coletiva realizada na Câmara Municipal de São Paulo no final de fevereiro, Neder criticou o modo como o setor vem sendo administrado na cidade desde que o SUS foi implantando no país. De acordo com o vereador, há um “zigzague das políticas de saúde no município de São Paulo”. A cada mandato, são criadas novas propostas e descontinuadas as anteriores. “Não há sequência e não há análise comparativa para detectar o que foi positivo em cada uma das experiências”, afirma o político.

Um exemplo da descontinuidade é relatado pelo jornalista Aureliano Biancarelli em seu livro “Cirurgia em Campo Aberto”. Ele destaca a atenção que a então prefeita

Luiza Erundina deu aos conselhos regionais de saúde, cujo funcionamento é previsto em lei, durante os quatro anos de seu mandato. As administrações Maluf-Pitta, porém, desmancharam a rede de conselheiros. “Restou um Conselho Municipal de Saúde, que ocupava salas da secretaria municipal, mas que nunca foi ouvido pela administração”, escreve.

Integralidade

Na opinião de Gonçalo Vecina Neto, médico e ex-secretário de saúde de São Paulo, a questão da saúde não se resume à qualidade do atendimento. “Há um sem-número de problemas que dependem de uma ação intersetorial”, afirma. Um deles é a depressão na velhice, que atinge parte da população idosa nas grandes cidades. A solução, segundo Vecina, não é receitar Prozac, mas sim organizar uma agenda para a terceira idade, além de espaços de lazer e convivência.

Ele cita o exemplo de uma UBS (Unidade Básica de Saúde) paulistana, cuja gestora percebeu que vários idosos passavam por ali diariamente para se consultar sem sintomas de doença, apenas porque não tinham o que fazer em casa. Bastou colocar algumas mesas e jogos na unidade para resolver o problema e criar uma ocupação para o mais velhos.

Entre as perguntas sobre saúde listadas na pesquisa da Nossa São Paulo estava a qualidade do sono dos entrevistados. Para os 42% dos paulistanos que deram uma nota de 1 a 5 nesse quesito, a solução para uma noite melhor dormida provavelmente não depende da proximidade de um hospital ou do atendimento de uma UBS.

Segurança não é só questão de polícia

Urbanismo, infra-estrutura e iniciativas da sociedade são outros fatores importantes na questão

ALESSANDRA GOES ALVES

Corrupção e violência policial: dois problemas que comumente são associados à questão de segurança pública. “Polícia é importante, mas só isso não resolve a questão”, afirma Guaracy Mingardi, ex-Subsecretário Nacional de Segurança Pública. Segundo ele, o urbanismo e a infra-estrutura urbana são outros elementos fundamentais para a política de segurança pública.

Segurança e a ocupação dos espaços públicos

Pluralidade de usos do espaço público, bairros densos, participação comunitária e trânsito de pedestres pelas calçadas. Esses são alguns elementos apontados por Jane

Jacobs, escritora e ativista política dos Estados Unidos que se dedicou à questão do planejamento urbano.

Em seu livro “Morte e vida de grandes cidades”, publicado em 1961, Jacobs afirma que o principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos. O grau de urbanidade de uma cidade, bairro ou metrópole dependem do grau de vitalidade urbana ali presente.

A discussão sobre segregação em espaços

urbanos também foi feita por Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU USP). Em texto publicado em seu blog em 4/11/211, ela diz que o modelo urbanístico segregado, unifuncional, com baixa densidade de ocupação e mobilidade realizada pelo automóvel “é o mais inseguro dos modelos, porque tem enormes espaços vazios, sem circulação de pessoas, mal iluminados e abandonados durante várias horas do dia e da noite”.

Urbanismo e infra-estrutura

A infra-estrutura urbana é elemento fundamental na política de segurança pública. No “Diagnóstico da Violência do distrito de Brasília”, publicado em junho de 2006, o

Instituto Sou da Paz revela que um dos desafios para a implementação de políticas públicas de prevenção da violência é “a criação de novos espaços públicos, seja qual for sua natureza”. Segundo o estudo, em muitas favelas, a ausência dessa infra-estrutura urbana não permite realizar serviços de patrulha e monitoramento. Vias de acesso que permitiam apenas o trânsito de pessoas a pé e a ausência de calçadas eram comuns na região.

Para Mingardi, que também foi Secretário de Segurança Pública de Guarulhos, além do controle das forças de segurança (como a polícia), o urbanismo e a infra-estrutura são aspectos fundamentais na política de segurança pública. “A maioria dos crimes de estupro ocorrem em terrenos baldios ou casas abandonadas, geralmente em locais mal iluminados”, diz. Assim, a especulação imobiliária e a ocupação do espaço público são outros fatores que influenciam nessas ocorrências. Na opinião de Mingardi, não há uma política perene para a questão da segurança pública. “Essa questão é empurrada de crise em crise”, conclui.

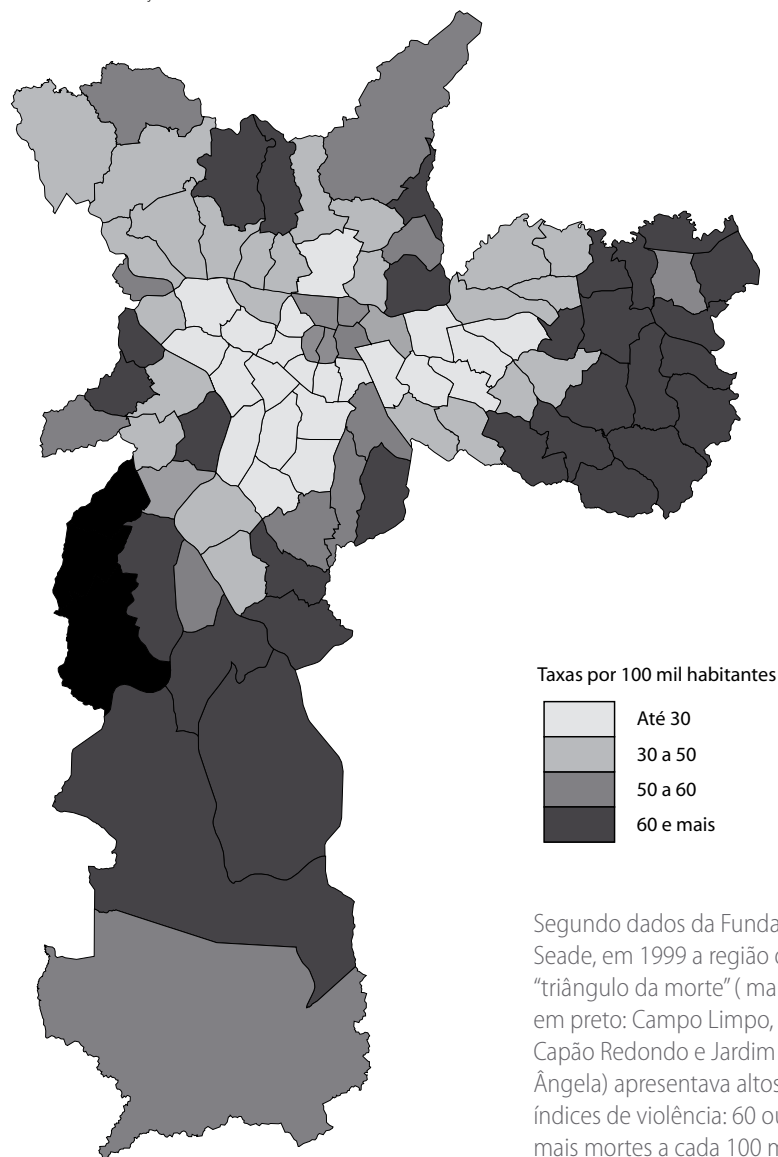
Segundo André Caramante, repórter da seção Cotidiano do jornal Folha de S. Paulo, o poder público só age quando uma região sofre um impacto forte. “Os governantes sempre citam a polícia comunitária no Jardim Ângela, como se isso ocorresse em toda a cidade. Mas em que outros lugares a polícia comunitária funciona? Por que não se fala da polícia comunitária do 45º Distrito Policial (no distrito da Brasília)?”, questiona.

Ações institucionais e iniciativas civis

Para Mingardi, a Prefeitura deve mapear os

Taxas de Mortalidade por Homicídios, segundo Distritos da Capital Município de São Paulo – 1999

Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais



Segundo dados da Fundação Seade, em 1999 a região do “triângulo da morte” (marcada em preto: Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim Ângela) apresentava altos índices de violência: 60 ou mais mortes a cada 100 mil habitantes.

crimes a fim de estabelecer a necessidade de cada região. “os problemas e a infra-estrutura necessária podem mudar de um local para outro”.

No Diagnóstico de Violência do distrito da Brasilândia, o Instituto Sou da Paz, menciona a necessidade de elaboração de diagnóstico participativo para os principais problemas de violência sofridos na região, além das ações em andamento. Segundo o documento, o diferencial desse diagnóstico é a articulação de dados provenientes de múltiplas fontes oficiais – como polícias, guarda municipal, educação, assistência social, infra-estrutura urbana, entre outras – com a informação vinda da escuta de diversos grupos compostos por pessoas que moram ou trabalham na região.

No plano institucional, existem os Consegs (Coordenadoria Estadual dos Conselhos

Comunitários de Segurança), que são grupos de pessoas do mesmo bairro ou município que se reúnem para discutir, planejar e acompanhar a resolução de seus problemas de segurança. “Os Consegs são uma iniciativa do Estado, em parceria com a sociedade civil. Um exemplo que deu muito certo foi o da região do Capão Redondo (na Zona Sul da capital)”, conta Mingardi. Segundo ele, já existia uma iniciativa popular nessa região e o Estado construiu uma base policial comunitária, o que facilitou a articulação de iniciativas na região.

“Os Consegs tem sido uma boa saída, pois a população de uma região consegue cobrar mais diretamente uma ação dos policiais responsáveis por aquela área”, diz André Caramante. Segundo ele, esse diálogo entre polícia e sociedade civil

pode garantir uma polícia menos corrupta e menos violenta.

O Instituto Sou da Paz é um exemplo de iniciativa popular que vem mostrando resultados. Inaugurado em 1997 por estudantes da Faculdade de Direito da USP, o instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e desenvolve projetos em quatro áreas distintas: controle de armas, adolescência e juventude, gestão local de segurança pública e polícia. Além de organizar dados referentes à segurança pública, o Sou da Paz assessora governos na implementação de políticas públicas e busca mobilizar a sociedade na cobrança de resultados pelo poder público.

Outro exemplo de iniciativa civil é a Casa do Zezinho, Organização Não-Governamental fundada em 1994. Moradores da região se articularam a fim de tirar crianças e jovens das ruas. Hoje, a ONG atende 1200 Zezinhos (crianças e jovens de baixa renda que estudam em escolas públicas da área região) com aulas e oficinas na região. Composta pelos distritos do Capão Redondo, Campo Limpo e Parque Santo

Antônio, a área ficou conhecido como “triângulo da morte” por apresentar altos índices de violência. Em 2011, foi responsável por 13,5% (145 de 1.074) homicídios ocorridos na capital, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP) de 26/1/2011. No primeiro trimestre de 2008, a região foi responsável por 28% dos homicídios da capital, segundo matéria publicada pela Folha de S. Paulo em setembro de 2009.

Conselhos municipais são esvaziados pela prefeitura

Kassab quer impedir a posse de novos conselheiros da saúde; ex-coordenador executivo alega que medida não é válida e apoia oficinas para reestruturação do órgão

ALEXANDRE DALL'ARA

O Conselho Municipal de Saúde vive um impasse; o de trânsito e transporte nem sequer foi criado pela prefeitura e o de habitação teve sua última ata aprovada há quase dez meses atrás. Para Frederico Soares de Lima, ex-coordenador da comissão executiva do CMS e representante do movimento popular de saúde leste, os conselhos têm falhas. Em sua gestão, que oficialmente ainda não acabou, foram agendadas 15 oficinas para rediscutir a estrutura do conselho. Uma delas, a da Supervisão Técnica responsável pela região da Casa Verde e Freguesia do Ó, acontece nesta quarta-feira.

Os conselhos são uma forma de participação popular na administração pública com representantes dos setores ligados à área, da população e dos movimentos sociais. Esses órgãos são, em teoria, independentes e devem supervisionar e orientar a atuação do executivo. Para Maurício Broinizi, da Rede Nossa São Paulo, no entanto, falta uma legislação mais ampla que regule os conselhos municipais. “O que queremos é que se regule em nível federal e que a sociedade civil e os usuários daquela área, seja saúde, educação ou transporte, tenham maioria e os conselhos sejam deliberativos”. Nesse caso,

o município só receberia repasses de verbas do Estado ou da União com a aprovação do respectivo conselho. “Não adianta ter conselho para ser peça decorativa”.

Conselho de Saúde

No dia 14 de janeiro foi realizada eleição para os novos conselheiros na área da saúde. No mesmo dia, o secretário da Saúde Januário Montone publicou resolução suspendendo as 11 plenárias para a escolha dos representantes.

Segundo Lima, ele recebeu uma ligação do escritório do conselho às nove horas da manhã, quando as plenárias já haviam começado. “Dei ordem para manter as eleições porque o prefeito e o secretário não têm poder para ordenar a suspensão sem uma decisão judicial”, conta o ex-coordenador, que, em seguida, confirmou sua decisão com o Ministério Público do Estado.

Três dias antes, o prefeito Gilberto Kassab havia publicado decreto alterando a composição do conselho. Lima conta que os integrantes do órgão não foram ouvidos e, segundo o regulamento, toda alteração só pode ser feita pelo menos 90 dias antes da eleição. “Ele aprovou outra resolução prorrogando os mandados [dos atuais conselhei-

ros] por 60 dias, mas seria necessários pelo menos os 90 para o decreto entrar em vigor”. Lima, apesar da prorrogação, não se considera mais conselheiro e critica a alteração, que substitui os representantes dos movimentos populares por membros dos conselhos gestores das unidades de saúde. Esses membros não necessariamente são usuários do sistema ou representante da população.

Nada nos transportes

O vereador Donato (PT) é autor do projeto de lei que prevê a recriação do Conselho Municipal do Trânsito e Transporte. Segundo a proposta, a maioria dos integrantes devem ser representantes da população eleitos pelos fóruns regionais.

Segundo o vereador, em declaração no site da câmara, as decisões da área de transporte são tomadas pela prefeitura sem a participação popular. “Na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy, o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte foi criado por uma portaria e chegou a ser eleito e implantado mas, nas administrações de Serra e Kassab, o conselho nunca foi convocado e muito menos renovado”.

Em outubro do ano passado, o MP recomen-

dou, além da instalação do conselho, a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade, que tinha verba de R\$15 milhões aprovada pela Câmara. A verba não foi aplicada e o plano nem chegou ao papel.

Reforma dos conselhos

Segundo Frederico Soares de Lima, que agora ocupa o cargo de supervisor técnico da Penha – os conselhos de supervisão técnica são inferiores ao Conselho Municipal – as 15 oficinas devem discutir e propor soluções aos problemas de “controle social através dos conselhos”. Duas já foram realizadas, além da que ocorre nesta quarta-feira na supervisão técnica da região da Casa Verde e Freguesia do Ó.

Lima informa ainda que na gestão anterior a representante do secretário municipal de Saúde, Maria Zenith de Arruda Lira, apoiou a ideia das oficinas.

Cada uma dura oito horas e é realizada em dois dias para discutir como tornar os órgãos mais efetivos, paritário e com poder de deliberação. A representante, no entanto, foi substituída com as tentativas de mudança na composição do conselho.



2013

6º Curso Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter

REALIZAÇÃO: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e OBORÉ
Projetos Especiais. APOIOS: Sindicato dos Professores de São Paulo – Sinpro/SP e
Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji

- Descobrir-se Repórter
MUNICIPAL + OBORÉ + ABRAJI
Dezembro de 2013

PROGRAMAÇÃO

Coordenador pedagógico: *Milton Bellintani*

23 DE FEVEREIRO

- **O Novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo (Aula Magna)**

Vereador José Américo Dias, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

2 DE MARÇO

9h às 13h

- **Onde estão os dados? – Como apurar e interpretar as informações estatísticas disponíveis para aprofundar o conhecimento sobre a realidade da cidade de São Paulo**

Alessandro Janoni, Diretor de Pesquisas do Instituto DataFolha.

Evandro Spinelli, repórter da Folha de S. Paulo, coordenador dos cadernos DNA Paulistano/2012, Diretor da Abraji.

14h às 17h

- **O Jornalismo no mundo em transformação: revisão de práticas e conceitos**

Manuel Carlos Chaparro, jornalista, doutor em Ciências da Comunicação, professor de Jornalismo da ECA/USP, autor do blog O Xis da Questão – Mídia, Jornalismo e Atualidade (Aula bônus).

9 DE MARÇO

- **A Revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo e o projeto Arco do Futuro**

Vereador Nabil Bonduki, relator do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo de 2003.

16 DE MARÇO

9h às 13h

- **São Paulo em imagens – Como construir a memória fotográfica da cidade**

Ed Viggiani, repórter fotográfico e sociólogo.
Renatto d'Sousa, repórter fotográfico.

14h às 17h

- **É possível aprender a estudar?**

Ausônia Donato, doutora em Saúde Pública, mestre em Educação em Saúde Pública e Psicologia da Educação, diretora pedagógica do Colégio Equipe (Aula bônus).

23 DE MARÇO

9h às 13h

- **Iniciativas da sociedade civil para melhorar a cidade**

Maurício Broinizi da Rede Nossa São Paulo.

Ros Mari Zenha do Fórum Suprapartidário por uma São Paulo Saudável e Sustentável.

14h às 17h

- **Reportagem com Auxílio do Computador (RAC)**

José Roberto de Toledo, colunista do jornal O Estado de S. Paulo e vice-presidente da Abraji.

Guilherme Alpendre, jornalista, diretor-executivo da Abraji (Aula bônus).

6 DE ABRIL

- **Cronistas da cidade, ontem e hoje: as múltiplas narrativas de São Paulo**

André Deak, jornalista, agitador cultural, um dos criadores da Casa da Cultura Digital.

Emerson Pinzindin, saxofonista, criador da Associação dos Artistas de Rua de São Paulo.

Jaime Prades, artista plástico, designer gráfico e um dos pioneiros do grafite no Brasil.

José Roberto Torero, jornalista, escritor e cineasta.

13 DE ABRIL

- **Como construir uma grande reportagem**

Audálio Dantas, jornalista, escritor e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

27 DE ABRIL

- **O papel do jornalista na construção de uma cidade para todos**

Leonardo Sakamoto, jornalista, doutor em Ciência Política e coordenador da ONG Repórter Brasil.

Frederico Barbosa Ghedini, jornalista da Assessoria de Comunicação da Presidência da Câmara Municipal de São Paulo, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

(encontro de avaliação, encerramento e entrega de certificados de participação)

ALUNOS PARTICIPANTES

Agnes Sofia Guimarães Cruz – Universidade Estadual Paulista – UNESP
Aldrin Jonathan de Souza Santos – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP
Alexandre Maciel da Silva – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP
Ariane Camilo Pinheiro Alves – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP
Barbara Marques Rodrigues Gomes – Faculdades Integradas Alcântara Machado – FIAM
Bruna Gonçalves Piazzzi – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP
Claudia Stefanie Müller – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP
Cristiane Paião Macedo – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero
Deborah Caroline Rezaghi Tomaz – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero
Eduardo Bezerra Rodrigues – Faculdade do Povo – FAPSP
Emanuelle Herrera Falchi – Faculdades Integradas Alcântara Machado – FIAM
Francielle Correia de Souza Silva – Universidade São Judas Tadeu
Gabriela Zaniratto Silva – Universidade São Judas Tadeu
Josimar Valerio da Silva – Universidade Anhembí Morumbi

Juliana Dias do Prado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Karin Salomão – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP
Larissa Agostinho Teixeira – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP
Leandro Noronha da Fonseca – Universidade Nove de Julho – UNINOVE
Lucilene Oliveira Gomes – Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL
Marina Lopes Mustafá Francisco – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Natália Tayota de Oliveira – Faculdades Integradas Alcântara Machado – FIAM
Olívia Beserra Freitas – Universidade São Judas Tadeu
Paula Magalhães Caldeiram – Universidade Metodista de São Paulo
Paulo Diego Farias da Silva Pacheco – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero
Raquel Brandão Inácio – Universidade São Judas Tadeu
Ricardo Rossetto Della Corte Guimarães Pacheco – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero
Roberto Bueno Mendes – Universidade Metodista de São Paulo
Rodrigo Gomes Pedroso – Universidade Anhembí Morumbi
Talita Molinero – Faculdades Integradas Alcântara Machado – FIAM
Tays Perez – Universidade Presbiteriana Mackenzie



Repórteres da Folha falam sobre uso de dados públicos no jornalismo

Foto: Nivaldo Honório



O curso Repórter do Futuro Descobrir São Paulo Descobrir-se Repórter realizou neste sábado seu segundo dia de palestras e contou com a presença de Alessandro Janoni, Diretor de Pesquisa do Instituto Datafolha, e Evandro Spinelli, repórter da Folha de S.Paulo e coordenador dos cadernos DNA Paulistano.

Os palestrantes falaram sobre a elaboração do projeto DNA Paulistano e a contribuição que trouxe e pode ainda trazer para a cidade. Iniciado em 2008, o projeto contou com pesquisadores do Instituto Datafolha, que realizaram entrevistas com moradores de bairros paulistanos sobre os problemas que eles enfrentavam nesses locais. No ano passado, as perguntas foram repetidas. Segundo Janoni, a periodicidade de quatro anos foi pensada com o propósito de ajudar no processo de comparação entre os mandatos municipais.

O repórter Evandro Spinelli também deu dicas aos estudantes sobre as principais fontes de dados da cidade e do país (como CET, IBGE, CGE, Fundação SEADE), que podem e devem ser utilizadas em reportagens, e falou sobre as dificuldades encontradas pelos jornalistas para tornar as informações inteligíveis à população. São Paulo tem 96 distritos. A CET, no entanto,

não trabalha com essa divisão, mas sim com os chamados corredores de trânsito. A polícia também trabalha com distritos diferentes. Fica difícil cruzar as informações de cada um desses órgãos, destacou. Segundo o jornalista, o Brasil ainda não tem uma cultura de criação e divulgação de dados, embora a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, tenha trazido melhorias.

Para Spinelli, é fundamental ao Poder Legislativo abrir espaços como esse para discussão. Mostra inclusive a preocupação deste Poder com a qualidade do jornalismo e com as discussões que o jornalismo fará na sociedade daqui para frente, destacou. Para ele, a Câmara avançou ao promover uma maior abertura de dados. Os boletins técnicos de orçamento estão mais abertos. É um começo. Poderia ter começado há décadas,

mas vem melhorando a cada dia, afirmou.

Segundo Alessandro Janoni, o estudo realizado pelo DNA Paulistano também pode ser utilizado nas discussões sobre a revisão do Plano Diretor da cidade. Segundo o diretor, a ideia agora é conseguir meios de viabilizar um DNA mais amplo, com dados do Brasil, afirmou.

Como dica aos jovens repórteres, ele destacou a necessidade de ter uma visão mais ampla sobre a cidade e enxergar a periferia. É comum que os jornalistas abordem questões relativas aos bairros e regiões que frequentam, mas há muito mais coisa fora desse ambiente, destacou.

Cristiane Paião, estudante do 4º ano de jornalismo da faculdade Cásper Líbero, aprovou as palestras e o novo módulo do curso. “Já participei do módulo Amazônia e para mim foi incrível. Estar

aqui no módulo São Paulo é uma oportunidade única de entrar em contato com outros temas. O contato com profissionais da área é muito importante. A gente aprende muito. O mais legal é que você não vem aqui só para palestra. A gente também produz e publica reportagens”, afirmou.

Parceria da Escola do Parlamento da Câmara Municipal com OBORÉ e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o Projeto Repórter do Futuro traz 32 alunos de jornalismo para participarem de entrevistas coletivas com vereadores e especialistas em temas relevantes para a cidade. Em formato de entrevista coletiva, os encontros ocorrem a partir das 9 horas, na Sala Oscar Pedroso Horta.

Nabil Bonduki diz que Plano Diretor definirá a “cidade que queremos”

Foto: Nivaldo Honório



O 6º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter realizou sua terceira aula no sábado, 9, com palestra e conferência de imprensa sobre o Novo Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, tendo como convidado o vereador Nabil Bonduki (PT). Arquiteto e urbanista, Bonduki foi o relator do Plano Diretor de 2002 – aprovado na gestão da prefeita Marta Suplicy

Em sua palestra, o vereador enfatizou que o Plano Diretor é a ferramenta que permite definir “a cidade que queremos”.

Para Bonduki, cabe ao Plano não apenas estabelecer as bases para o desenvolvimento da cidade como, principalmente, definir o perfil do espaço público paulistano. “Para efeito de comparação, o Vale do Anhangabaú – que está no coração da cidade –, sofreu quatro grandes transformações desde a sua criação. Até o século 19 era uma fazenda de chá, daí o nome do viaduto que une o Centro Velho ao Centro que se expandiu em direção à Praça da República. Nos anos 1910, ali foi criado um parque belíssimo, voltado à circulação de pessoas e ao lazer. Com o plano de avenidas dos anos 1940, virou corredor de automóveis, fazendo a ligação diametral Norte-Sul. Na gestão Luiza Erundina foi construída a via de circulação

veicular subterrânea atual, permitindo que em cima se restabelecesse um espaço destinado aos pedestres.”

Com esse objetivo, é essencial estimular a participação da sociedade civil e do cidadão nas audiências públicas que debaterão o Novo Plano Diretor. Na Câmara, os debates sobre a revisão do Plano terão início em abril. A votação está prevista para agosto.

Nabil Bonduki criticou o desenvolvimento da capital nos últimos anos, dizendo que ele acentuou a ideia de uma cidade para carros e não para pessoas. “É preciso retomar a proposta do Plano Diretor de 2002, que determina a construção de novos corredores de ônibus para melhorar a circulação de um grande número de pessoas em vez de abrir novas avenidas com o objetivo de acomodar um número cada vez maior de carros particulares nas ruas”, disse.

Finalmente, Bonduki abordou a proposta do Arco do Futuro, projetado pela Prefeitura. “A ideia básica é criar uma nova estruturação da cidade, voltada para melhorar a autonomia de serviços e oferta de empregos nos 96 distritos da capital, rompendo com o conceito de cidade concêntrica focada no chamado centro expandido.”

A câmera é o caderno de anotação do fotógrafo e a edição final é seu discurso

ED VIGGIANI

Olhar para São Paulo é refletir sobre a complexidade das suas possibilidades e contradições. Mostrar como o ser urbano se manifesta, cria e recria seu próprio universo diante da realidade. E o mais difícil, é tornar simples a tarefa de retratar esta diversa cidade. Pensar fora da lógica do senso comum é o desafio obrigatório a qualquer reflexão. Na metrópole há inúmeros tubos de ensaio. Escolher um caminho é o primeiro passo. É necessário recortar para poder apurar, refletir sobre o que apurou e depois contar o que viu. A câmera é o caderno de anotação do fotógrafo e a edição final é seu discurso. É imprescindível para a fotografia jornalística se aproximar da cidade. O olhar por dentro e de perto. E paradoxalmente, o fotojornalismo pode estar tão perto de nosso dia a dia que muitas vezes escapa à percepção.

O fotógrafo deve ter consciência das limitações impostas pelo recorte. O ritmo urbano é alucinante e há uma quantidade enorme de representações, símbolos e significados a serem revelados. Infinitas imagens se apresentam à nossa frente. Fotografamos de acordo com as nossas referências, revelamos a cidade e nos revelamos também. A fotografia é uma fração de segundo e é possível obter muita informação neste curto

espaço de tempo. É fundamental ter consciência da escolha a ser feita. No caso da fotografia, a história é contada de forma fragmentada e para tanto deve ter unidade, coerência e fazer algum sentido para o leitor. Debruçar sobre uma realidade não é julgá-la, mas tentar analisar os seus distintos aspectos, refletir e abrir frestas para um pensamento além do óbvio. Se a metrópole tende à racionalidade, a vida é permeada de afetividade nos caminhos cruzados. Fotografar a cidade de São Paulo é estar pronto para perceber os instantes decisivos camuflados numa sociedade cada vez mais pautada pelo consumo e que segue o padrão de destruir para construir.

As pautas fotográficas são infinitas numa realidade tão complexa como São Paulo e disposta à transformação. Um muro pichado ou grafite, a arte de rua; o transporte público novo e velho, bem resolvido em alguns lugares e precário em outros, as dificuldades de uma mãe para levar o filho para a escola e depois ir trabalhar; o trabalho formal e informal; a Rua Augusta ou a Avenida Paulista ou as esquinas das duas e a madrugada da instalação das inúmeras resistentes feiras de São Paulo. Seguir o roteiro de músicos, poetas e escritores ou freqüentar as galerias no centro e

Foto: Nivaldo Honório



olhar para as tribos urbanas, o centro, os novos centros periféricos de São Miguel Paulista ou Santo Amaro, o Largo Treze; as mudanças em curso pela adequação urbana para promover a Copa do Mundo em 2014, as obras, pequenos e grandes negócios, do salão de beleza ao shopping; deslocamento populacional e os despejos em nome do desenvolvimento econômico e as soluções institucionais e espontâneas para o desabrigo. O operário desempregado que se tornou sem teto, ou o imigrante procurando um norte para o seu destino.

Cada instante possível de São Paulo expressa um pedaço de sua realidade multifacetada e nos

ajuda a compreender a sua dimensão. A metrópole é a síntese dos espaços, das coisas, gentes e relações das experiências no mundo contemporâneo, formando um variado espectro e um excepcional laboratório de todas as possibilidades, práticas e ideias, sejam elas reais ou imaginárias. São Paulo é o lugar dos conflitos, das contradições, da desigualdade social, da segregação e da luta diária pela inclusão no corpo urbano. Fotografar é participar dessa luta, é procurar um documento com alma, um átimo de tempo pretensiosamente eterno.

* Ed Viggiani é fotógrafo e sociólogo.

Da literatura ao grafite, repórteres do futuro debatem a nova crônica paulistana

No passado da cidade, o lugar da crônica era o jornal e, mais tarde, o livro. Hoje, a história de São Paulo vem sendo contada cada vez mais também pela música, pela fotografia, pelo cinema e pelo grafite. Seja em painéis feitos pelos já famosos Gêmeos, ou nos desenhos pintados nos becos da Vila Madalena, nos muros do centro ou em paredes da periferia, a vida paulistana invadiu todos os espaços narrativos à disposição de escritores, jornalistas, fotógrafos, cineastas, músicos, artistas plásticos e grafiteiros.

Partindo dessa premissa, os 30 estudantes do 6º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter assistiram à palestra “Os novos cronistas de São Paulo”, que contou com as participações do jornalista André Deak, do artista plástico Jaime Prades, do jornalista, escritor e cineasta José Roberto Torero e do músico de rua Emerson Pinzindin. Ao final da exposição do quarteto de criadores, eles fizeram perguntas sobre o processo criativo de cada um, sobre a percepção que têm da cidade e como os jovens repórteres podem aprender com cada uma dessas linguagens.

Em sua apresentação, Torero leu três crônicas em que aborda personagens típicos do futebol das segunda e terceira divisões de São Paulo.

“Me interessam a gente simples e os registros da cidade que vão se apagando, como os velhos estádios”, disse.

André Deak apresentou o trabalho da casa da Cultura Digital e a iniciativa Arte Fora do Museu, que mapeia as intervenções urbanas de artistas no centro expandido de São Paulo e mostra entrevistas com os realizadores. “A proposta é chamar a atenção para a arquitetura, escultura, grafite e painéis que se manifestam no espaço público”, explicou.

Jaime Prades abordou a relação entre o grafite, o rap e o movimento hip hop como expressões das periferias da cidade, “que já não podem ser mais desconhecidas dos meios de comunicação e do grande público, sob pena de não se perceber que São Paulo é um todo extremamente diverso, que se traduz pelo conflito”.

Já Emerson Pinzindin relatou sua trajetória, primeiro como soldado e policial, e depois professor de música para crianças, até se tornar músico profissional, “que luta pelo pão de cada dia nas ruas” e pelo “direito de mostrar a sua arte no espaço público”.

Foto: Nivaldo Honório



Boa música nos ajuda a romper fronteiras

Emerson Pinzindin*

“Alguma coisa acontece no meu coração.
Que só quando eu cruzo a Ipiranga e a Avenida
São João.
É que quando eu passei por ali, eu nada entendi”
Caetano Veloso, “Sampa”

Eu já me acostumei. Por ser músico de rua, a primeira pergunta que muitos jornalistas fazem para mim é: “que música é a mais perfeita tradução de São Paulo”. A forma de perguntar quase que já traz a resposta junto com ela. “Sampa”, de Caetano Veloso. Um repórter preguiçoso se contentaria se eu consentisse. Especialmente se for desses que, da cidade, só conhece o bairro onde vive, a rua onde trabalha e os lugares a que vai para se divertir. Essa, afinal, não é a maneira como a maioria das pessoas circula por São Paulo? Então, não causa surpresa que para elas a tradução da cidade seja apenas a menção a um lugar que conhecem. Mas músicos, assim como jornalistas, não deveriam se pautar apenas pelas fronteiras em que circulam. E nisso a música e o jornalismo se parecem: o que os torna atraentes é justamente o fato de que transportam as pessoas para além dos limites que elas conhecem. A gente

lê porque quer saber mais. E ouve canções porque elas nos levam a qualquer lugar imaginado a que nunca fomos ou iremos um dia.

Mas vamos tomar a sério a pergunta sobre qual música é a mais perfeita tradução de São Paulo. Quem cresceu nos anos 1980 provavelmente diria que é “Sampa”, de Caetano Veloso. Os mais velhos talvez mencionassem “Ronda”, de Paulo Vanzolini, escrita no fim dos anos 1960. A geração alternativa citaria Tom Zé: a escolher entre “Augusta, Angélica e Consolação” e “São, São Paulo, meu amor”, que foi quinta colocada no IV Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, em 1968. A turma do rock pós-1990, “Envelheço na cidade”, do Ira!. E, hoje, “Não existe amor em SP”, de Criolo, seria forte candidata a canção com a cara de São Paulo.

Sempre ouvi rádio. Muito cedo descobri a música de Pixinguinha. E por causa dele me tornei conhecido como Pinzindin em vez de Emerson Pinto, como está nos documentos. Pensando em virar músico profissional, entrei para a polícia militar. Tocava na banda, mas isso não me poupou de ter de correr atrás de bandido. Numa dessas, fui ferido à bala. Não era para mim. Saí e viajei pela América Latina. Também fui professor

de música em escola de classe média alta, antes de deixar que a vocação escolhesse meu lugar na cidade: músico. Palco, a rua.

Toquei na passagem subterrânea da Rua da Consolação, em frente ao (Cine) Belas Artes. Depois fui para a Paulista, diante do Conjunto Nacional. O Prefeito (Gilberto) Kassab me proibiu e então comecei uma luta pelo direito de os músicos de rua – e os artistas que se apresentam em público em geral – tivessem respeitado o direito de trabalhar no espaço que é de todos. Conseguimos.

Hoje vivo em Mairiporã, na região Metropolitana, e toco saxofone em três lugares diferentes: Avenida Higienópolis, na entrada do shopping, Avenida Paulista, na calçada do mesmo Conjunto Nacional que antes me foi negada, e no Centro Velho, no antigo coração financeiro de São Paulo.

A música me leva aqui e acolá, sem se preocupar com fronteiras. Espero que o jornalismo faça o mesmo com cada jovem que escolheu aprender a fazer perguntas para contar as histórias que, somadas, podem traduzir Sampa em toda a sua riqueza e complexidade.

* Emerson Pinzindin é músico de rua em São Paulo.

Para Audálio Dantas, grande reportagem é alma do jornalismo

A grande reportagem não morreu. Segundo Audálio Dantas, 80 anos, um dos mais respeitados jornalistas brasileiros de todos os tempos, “o grande assunto pode estar debaixo do nariz”.

O assunto foi tema da sétima conferência de imprensa do 6º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter, do Projeto Repórter do Futuro. “É preciso exercitar a capacidade de identificar o que pode virar uma grande história”, disse.

O encontro aconteceu no sábado (13), na Câmara Municipal de São Paulo. Audálio conversou com os 30 estudantes que participam do curso sobre as etapas de construção da grande reportagem: desde a importância da pesquisa para realização de uma entrevista à produção do texto. “Recomendo adotar uma técnica muito usada por José Hamilton Ribeiro ao entrevistar: perguntar sobre tudo, fazendo até mesmo a fonte dizer a você o que já se tinha apurado na pesquisa”.

Nome de destaque da revista Realidade nos anos 1960 e 1970, que tinha como característica grandes reportagens, Audálio atuou também em O Cruzeiro, onde publicou a história da moradora da favela do Canindé, em São Paulo, Carolina Maria de Jesus, que mais tarde resultou no livro “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” (1960), de Carolina.

Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo à época do assassinato do jornalista Vladimir Herzog (1975), Audálio Dantas foi um dos protagonistas da luta contra a ditadura de 1964 e pela redemocratização do país. É autor dos livros “O menino Lula” (2009), “Tempo de Reportagem” (2012) e “As Duas Guerras de Vlado Herzog” (2012), e organizador do livro “Repórteres” (2004).

O jornalista disse quais foram as referências que o ajudaram a produzir bons textos ao longo de 60 anos de carreira. “Meu espelho no jornalismo foi Joel Silveira, mas minha maior inspiração foi Graciliano Ramos, por sua maneira de dizer as coisas de forma simples, direta, mas profunda”, disse Audálio, justificando sua opção por “economizar adjetivos” e evitar palavras de difícil entendimento para o leitor.

Foto: Nivaldo Honório





Fotos: Nivaldo Honório

Audálio atuou em revistas que fizeram história na imprensa brasileira, como O Cruzeiro e Realidade, nos anos 1960, – cuja característica principal era a grande reportagem. O jornalista lembrou que, durante a ditadura de 1964-1985, a autocensura imposta pelas empresas aos jornalistas foi tão ou mais prejudicial que as formas de controle impostas pelo Estado aos veículos de comunicação: “pouquíssimos jornais e revistas ficaram sob censura direta do governo, mas o controle era exercido por meio da autocensura, que partia do próprio diretor de redação”.

Para Audálio, há cada vez menos espaço para a grande reportagem na mídia tradicional. Ele aponta que as matérias de fôlego só são feitas devido à persistência do jornalista, que é obrigado a alternar a produção de reportagens especiais com as demais pautas diárias exigidas pelo veículo, sendo muitas vezes obrigado a trabalhar nas folgas e em fins de semana para fazer uma grande reportagem.

A REPORTAGEM DA CIDADE

A grande reportagem não morreu

Audálio Dantas*

“A palavra não foi feita para enfeitar,
Brilhar como ouro falso.
A palavra foi feita para dizer.”

Graciliano Ramos

A grande reportagem não morreu. O que está cada vez mais ameaçado de morrer é o espaço reservado na imprensa para a grande reportagem. Enquanto houverem boas histórias para contar e pessoas dispostas a ler, ouvir e assistir, a reportagem continuará sendo um gênero vivo do jornalismo. Mais que isso: a grande reportagem é a essência do jornalismo. Não esse jornalismo superficial e declaratório que virou a marca registrada do que a chamada grande imprensa tem publicado, mas aquele que conquistou seu lugar na vida das pessoas por apresentar assuntos relevantes e de interesse público de forma atraente e aprofundada.

Muita gente considera errado falar em grande reportagem, porque a verdade é que o valor de uma boa reportagem não se mede pelo seu tamanho e sim pela capacidade que ela demonstra de ir a fundo nos temas que aborda. Então, reportagem não pede adjetivo nem fita métrica que a quantifique. Grande, nesse caso, significa

que ela é boa e não que seja longa.

A cidade de São Paulo é um lugar privilegiado para os jovens jornalistas que desejam aprender técnicas de reportagem que conversam com a velha tradição de combinar texto e conteúdo. Aquela que informa e, ao mesmo tempo, proporciona prazer de leitura.

Aqui cabe fazer um parêntese: nem toda boa reportagem é sinônimo de bom texto, assim como nem todo texto bem escrito é garantia de conteúdo relevante. O jornalismo produziu inúmeros escribas cuja maior capacidade é dizer nada usando palavras de efeito. Assim como registra reportagens de valor inquestionável que poderiam ter sido mais bem escritas.

Um dos avanços proporcionados pelas escolas de jornalismo foi melhorar o padrão dos jovens que entram na profissão. No passado nem tão distante, havia os jornalistas que escreviam muito bem e aqueles cujos textos só podiam ser publicados depois de passarem por um copidesque. Essa função, que era essencial nos jornais, deixou de existir no fim dos anos 1980/começo dos 1990, com a remodelação da linha de produção da imprensa diária. E o que fazia o copidesque? Organizava as ideias e a forma de apresentar

a notícia daqueles repórteres que tinham mais talento para apurar do que para redigir.

O advento da internet e, antes, a imposição da linguagem televisiva no jornalismo impresso transformaram o texto. Há controvérsias sobre se para melhor ou pior. O fato é que a TV mudou a forma da reportagem impressa, valorizando a imagem e encurtando o espaço reservado ao texto. A internet acentuou essa tendência, tornando o texto da reportagem ainda menor. Na era da internet de banda larga, a inclusão de vídeos na notícia diminuiu o espaço do discurso escrito.

Antes que alguém conclua erroneamente que nessa marcha o futuro do texto na reportagem será apenas dar o título e o ponto final, é importante pensar que a capacidade de combinar as maneiras de apresentar uma reportagem se tornou indispensável para quem pretende ser o contador de histórias do tempo presente – e do futuro próximo.

Em todas elas, o texto é parte indissociável. Não se faz um vídeo sem um bom roteiro. Nem que se sustente apenas pelo improviso do repórter. E não existe fotografia que não dispare um texto imaginário na cabeça do leitor, assim que ele começa a ler o que a imagem está lhe contando.

O texto traduz a ideia geral e se ramifica em muitos caminhos que se articulam para contar uma história verdadeira, um fato acontecido. Se esse fato tem importância para muitas pessoas, é notícia. E se essa notícia merece ser aprofundada para ser compreendida em toda a sua extensão, pode vir a ser uma reportagem. Se for bem feita, o leitor agradecerá duplamente: por ter sido informado e pelo prazer da leitura. E se alguém perguntar, dirá que acabou de ler uma grande reportagem.

* Audálio Dantas é jornalista e escritor.

Para Leonardo Sakamoto, compromisso com direitos humanos exige jornalismo de guerrilha

Foto: Nivaldo Honório



Em palestra no encerramento da primeira fase do 6º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter, no sábado (27/4), o jornalista Leonardo Sakamoto afirmou que a defesa dos direitos humanos é uma bandeira do jornalismo comprometido com o interesse público e que ela exige uma estratégia de guerrilha. “É preciso aprender não apenas a avançar, como a recuar e esperar para retomar temas que ainda encontram resistência por parte da sociedade”, disse. Entre esses temas ele citou os direitos trabalhistas de empregados domésticos, a condenação a qualquer forma de trabalho análogo à escravidão, a resistência à pressão em favor da redução da maioria penal e o respeito à diversidade sexual. Sakamoto falou aos 30 estudantes do curso sobre o tema “O papel do jornalismo na construção de uma São Paulo para todos”.

Na abertura do encontro, o jornalista Fred Ghedini, da Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de São Paulo, saudou os alunos em nome do presidente da casa, José Américo, falou sobre os desafios da profissão e apresentou sua tese de doutorado sobre a relação dos jornalistas com o Sindicato que representa a categoria. “As mudanças da profissão, como o aumento do

trabalho terceirizado, exigem que as entidades atualizem a sua visão sobre o exercício profissional para estarem em sintonia com as necessidades da categoria como um todo, e não apenas dos que são contratados em regime de CLT ou que atuam no serviço público”, afirmou.

Após a palestra e conferência de imprensa, a coordenação do Projeto Repórter do Futuro realizou a avaliação da primeira fase do curso com os estudantes e discutiu detalhes da segunda fase. De maio a novembro, eles acompanharão as audiências públicas do Plano Diretor e realizarão apurações nas regiões administradas pelas 31 subprefeituras.

Marcas da memória coletiva

PAULA CALDEIRAM

O que um cronista da cidade de São Paulo tem a dizer sobre como sua obra interfere e converge com o meio social em que está inserida? Para Jaime Prades, artista plástico, designer gráfico e um dos pioneiros do grafite no Brasil, “a cidade é um palco social, um corpo, estrutura viva”. Logo, todos somos personagens principais na dramaturgia da vida real.

Em um encontro que aconteceu no último sábado (06) na Câmara Municipal de São Paulo e que reuniu o grafiteiro Prades, André Deak, jornalista e um dos criadores da Casa da Cultura Digital, José Roberto Torero, jornalista, escritor e cineasta e Emerson Pinzindin, saxofonista e criador da Associação dos Artistas de Rua de São Paulo, as artes ajudam a contar a história da cidade.

Tendo como pilares essenciais para o debate as intervenções urbanas culturais como inserção social e crítica da realidade, tudo se resume num convite ao outro, um exercício permanente de diálogo e reflexão sobre nossos valores culturais, econômicos e sociais.

Um bom exemplo de como promover essa interação entre o paulistano e a metrópole é o site ‘Arte Fora dos Museus’ que tem por objetivo

mapear na cidade as obras expostas nas ruas. “As pessoas podem decidir o que é arte e subir seus materiais”, explica Deak, um dos idealizadores do projeto.

Para o cronista Torero, as experiências do cotidiano são realmente enriquecedoras, principalmente por ser a vivência com o outro, para ele matéria prima de seu trabalho. “São Paulo é uma cidade que você conhece de carro ou ônibus, está sempre de passagem. Daí a importância de valorizar o detalhe do dia a dia.”

Opinião compartilhada por Prades, quando cita que a cidade perdeu totalmente sua escala humana e que as pessoas deixaram de usar a capacidade de serem bípedes. Ele questiona então qual o papel delas no tripé que é complementado por espaço urbano e obra, três elementos que se contaminam mutuamente.

Estamos vivendo um empobrecimento generalizado das pessoas com a cidade, um estágio de analfabetismo social onde a cultura do coletivo é desprezada. Para o músico Pinzindin, tocar nas ruas é poder traduzir sentimentos em formas, cores ou sons. “A minha necessidade básica na vida é fazer arte. O simples fato de tocar, de querer subsistir dela”, declara.

Toda a produção cultural hoje é muito importante por registrar o tempo em que vivem seus artistas, como se expressam e o qual história querem contar. Traduzir, interpretar, entender e interferir, não necessariamente nessa ordem, mas com todos os elementos.

Uma obra sem roteiro, uma cidade sem dono. Essa é a essência dos artistas de rua que transformam muros, ruas, e qualquer outro espaço que esteja “dando sopa” por aí para promover intervenções urbanas capazes de recuperar e re-humanizar a nossa cidade, a nossa São Paulo.

É arte pura, genuína, sem portas, janelas ou tablados.

Plano Diretor Estratégico começa a ser discutido em São Paulo

Moradia, mobilidade urbana e questão ambiental estão entre os principais desafios do debate que, além da Prefeitura e da Câmara Municipal, também deve ser levado à sociedade

CRISTIANE PAIÃO

Uma cidade com 11 milhões de habitantes como São Paulo tem muitos desafios pela frente: trânsito caótico, transporte público ineficiente, alagamentos constantes, falta de segurança, saúde, educação – e isso só para citar alguns dos problemas mais gritantes. A lista é enorme, e não para por aí. Mas você sabe como resolver essas questões, ou pelo menos como levantar o debate na sua comunidade e garantir que as suas ideias e reclamações sejam ouvidas pelas autoridades?

Toda cidade precisa de planejamento e 2013 é o ano para São Paulo repensar a sua legislação. Para resolver esses problemas que nós citamos acima é preciso percorrer um longo caminho, e tudo começa agora, com os debates da revisão do Plano Diretor – um conjunto de regras que define o planejamento urbanístico da cidade. A revisão é obrigatória por lei e vai determinar as diretrizes para a cidade na próxima década. Após a sanção do prefeito Fernando Haddad (PT), a revisão do Plano Diretor entra em vigor. Em seguida, começam as discussões sobre a Lei de Zoneamento, de 2004, e o Código de Obras, de 1992, que são complementares.

O atual Plano Diretor Estratégico de São

Paulo foi aprovado em 2002, na gestão da então prefeita Marta Suplicy (PT), e venceu no ano passado. De acordo com a legislação, ele precisa ser revisado pela Prefeitura e votado pelos vereadores na Câmara Municipal. E é aí que entra a sua participação. Este é um momento estratégico não apenas para os políticos, mas também para a sociedade civil pensar o que pode ser melhorado na cidade e em cada um dos 96 distritos cadastrados nas subprefeituras da capital.

Para o vereador José Américo (PT), presidente da Câmara Municipal de São Paulo – onde a gestão Haddad (PT) tem maioria – esta é a hora de definir, sobretudo, os problemas de moradia e habitação do centro e a questão do desamparo às regiões mais afastadas da cidade.

"Hoje são 4 milhões de pessoas que saem da Zona Leste e da Zona Sul e vão para o centro trabalhar todos os dias. Não há sistema de transporte que aguarde. São Paulo tem um número de ônibus que já é enorme, são 15 mil ônibus. Se aumentar para 20 mil, não vai andar. E não dá tempo de construir metrô pra todo mundo. Aproximar o emprego das pessoas e diminuir essa loucura que é o deslocamento das pessoas de casa pro trabalho e vice-versa, é como o Plano Diretor, que vai ser

revisto em 2013, pode ajudar a cidade", destacou o vereador.

Além disso, a questão do meio ambiente deve ganhar força nas discussões do Novo Plano Diretor, sobretudo, em relação ao Trecho Norte do Rodoanel. Segundo Américo, a questão foi levada à Procuradoria Geral do Estado e corre na Justiça. "Queremos impedir que o CADES (Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) autorize a obra porque entendemos que sem autorização não pode ser iniciada. Mas a Dersa não respeita nada então entramos na Justiça também", explicou Américo.

Segundo ele, o novo Plano Diretor de São Paulo também tem a função de facilitar o trabalho de regularização e urbanização das favelas. "Já existem leis federais que permitem que se regularize até áreas de preservação, mas também é preciso buscar esses instrumentos no Estatuto da Cidade", defendeu Américo, que também afirmou que as leis precisam "facilitar" a desapropriação de imóveis vazios, ou com grandes dívidas de IPTU.

Como funciona o debate sobre o Plano Diretor?

O Plano Diretor Estratégico organiza o cres-

cimento e o funcionamento da cidade, diz quais são os objetivos para cada uma das suas regiões e identifica instrumentos e ações para realizá-los. Além disso, também é responsável pelas diretrizes para as políticas públicas de desenvolvimento econômico e urbano, transporte, saúde, educação, emprego, habitação, qualidade de vida e meio ambiente. Todas estas questões devem ser resolvidas de forma conjunta, para ajudar a reduzir a desigualdade social nas diferentes regiões da cidade ao longo dos anos. Após a votação do Plano Diretor, os vereadores devem elaborar o Código de Obras e a Lei de Zoneamento da cidade, que também serão revistos.

Em 2013, a elaboração do novo Plano Diretor Estratégico será dividida em três fases: em um primeiro momento será feita a revisão do Plano atual; depois, terão início os debates dos novos planos e ideias dos vereadores e também das 31 subprefeituras de São Paulo e, por fim, os debates com a sociedade por meio de audiências públicas que serão convocadas, segundo o vereador José Américo, em diversas mídias – televisão, rádio, revistas e jornais impressos – e acontecerão, de preferência, aos sábados. A linha de trabalho adotada, segundo ele, será a revisão não apenas do Plano Diretor, mas também dos planos regionais estratégicos, da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, do código de obras, da regulamentação de instrumentos de política urbana e elaboração dos planos de bairro, da outorga onerosa do direito de construir, da criação de operações urbanas e de zonas especiais de interesse social (Zeis).

Interesses e disputas de poder

Que a questão da mobilidade é um consenso entre mercado imobiliário, urbanistas e cidadãos, não se discute: todos concordam que é preciso reduzir os deslocamentos diários, aproximando os empregos da população. Mas, quando se fala em adensamento e verticalização populacional – ou seja, a construção de grandes edifícios residenciais e comerciais – surgem os conflitos. Principalmente, na Zona Sul da cidade, onde existem muitas áreas de vegetação nativa e de mananciais que precisam de delimitação sobre as condições de aprovação das novas construções e, também, da regulamentação das atuais, qualificando os loteamentos e assentamentos já existentes para minimizar os impactos ambientais. O mercado imobiliário, por sua vez, quer um número menor de regras no zoneamento, para ter maior liberdade na construção.

Para o vereador Nabil Bonduki, diversos interesses estão em jogo, mas o novo plano tem o dever de criar condições para que nos próximos anos a cidade que queremos no futuro possa realmente se desenvolver. “O Plano Diretor é uma carta retórica. Muitos interesses e ações podem surgir ao longo do processo de discussão e elaboração, mas ele vai nos ajudar a pensar a cidade que queremos nos próximos anos. É um projeto em longo prazo para o espaço público que queremos no futuro”, ressaltou. Segundo o vereador, a revisão do plano vai levar em conta, além da opinião popular expressa pela população durante as audiências públicas que serão realizadas, os dados revelados pelo projeto DNA Paulistano em 2008 e 2012.

Segundo ele, o mais importante neste momento é discutir o que queremos para cada uma das regiões da cidade, se essas obras são mesmo necessárias e, em seguida, pensar em como viabilizá-las. Segundo ele, além disso, a grande questão deste momento é discutir também de que forma queremos que o Arco do Futuro proposto pelo prefeito Fernando Haddad se realize nas áreas mais precárias da cidade, como as regiões de várzea ao longo dos Rios Tietê e Pinheiros, por exemplo.

“Nós temos muito poucos recursos disponíveis. Quando a gente pensa no que a gente quer fazer, é preciso pensar também no orçamento. Essa é uma das grandes polêmicas envolvendo a realização dos projetos: nós vamos ter dinheiro para realizar essas obras só com o orçamento da prefeitura? Ou vamos ter que tentar parcerias público-privadas? Mas aí vem a questão de essa parceria ser vantajosa também para as empresas privadas, essa é a grande polêmica”, explica Bonduki.

Conscientização e participação popular

Para participar, é preciso conhecer. E é por isso que a sociedade civil precisa ter um conteúdo qualificado para participar das discussões do Novo Plano Diretor. E, nesse sentido, além da sociedade civil e dos representantes eleitos pelo povo, os jornalistas tem um papel fundamental.

Para a geógrafa Ros Mari Zenha, do Fórum Suprapartidário por Uma São Paulo mais Saudável e Sustentável, o próprio governo também deve promover oficinas de formação para explicar para a população o que é um plano diretor. “Mesmo

entre os movimentos sociais poucos sabem o que é o Plano Diretor. Isso evitaria que os debates em torno do Plano se tornem sessões de "descarrego" ao longo do debate, isto é, que as pessoas reclamem apenas dos buracos nas ruas e da falta de segurança pública, por exemplo. As pessoas precisam entender o alcance das regras propostas no plano, que são mais amplas e dizem respeito a normas para toda a cidade", destaca Ros Mari.

Segundo ela, o Fórum Suprapartidário tem solicitado ao Ministério Público de São Paulo que as audiências públicas previstas pela Câmara Municipal para a discussão do Novo Plano Diretor sejam muito bem planejadas e que os materiais técnicos sejam disponibilizados com tempo hábil antes de cada reunião, gratuitamente. "Entendo que o poder público tem condições, equipe e recursos para fazer isso. Para garantir que realmente a discussão sobre o Plano Diretor seja democrática e com controle social", afirma Ros Mari.

Para Maurício Broinizi, da Rede Nossa São Paulo, a partir de um debate qualificado entre representantes eleitos e cidadãos finalmente poderemos perceber o desenvolvimento das políticas públicas e acompanhar se os resultados propostos estarão realmente sendo realizados. "Acreditamos que é preciso qualificar o debate, e apresentar propostas para o poder público. Não adianta só ficar criticando, temos que dialogar para termos avanços. No Programa Cidades Sustentáveis, por exemplo, nós criamos o programa e colocamos à disposição de todos os partidos políticos e candidatos. Nós propomos diretrizes

e colocamos indicadores de exemplos de políticas públicas que deram certo em diversas cidades do mundo e que poderiam ser implantadas com suas devidas adaptações também aqui no Brasil. Tudo isso para que se possa falar para os governantes que é possível fazer", ressalta Broinizi. José Américo, presidente da Câmara Municipal, também destaca a importância de a população saber como funciona a atuação da casa, que por lei não pode fazer projetos de impacto. Segundo ele, a grande tarefa do poder legislativo é discutir e melhorar as propostas do poder executivo. Se a Prefeitura não envia os projetos para aprovação, muito pouco pode ser feito por parte dos legisladores. "Como vereadores, nossa iniciativa é muito restrita, mas quando o Executivo manda um projeto, aí sim, temos muitas possibilidades, criando emendas", explica, destacando que há uma articulação conjunta das Câmaras de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e outras cidades para que se aumentem as prerrogativas do Legislativo.

Dados apontam necessidades específicas de cada bairro de São Paulo

Com levantamento realizado pelo DNA Paulistano, foi possível traçar um perfil de cada região

DEBORAH REZAGHI

Na cidade de São Paulo, o número de pessoas que concluíram o ensino superior, saltou de 16% em 2008, para 20% em 2012. Em relação à crença, 50% dos paulistanos se dizem seguidores do catolicismo, enquanto 11% não seguem nenhuma religião. A preocupação com a violência é o item que mais preocupa os moradores da Zona Leste da cidade. Já na Zona Norte o asfalto precário é a principal reclamação dos moradores da região. Mas de onde são retirados esses dados? Criado para servir como um instrumento de base para se discutir as políticas públicas que viriam a ser implantadas na cidade de São Paulo, foi criado o DNA Paulistano. “Em 2008, o Datafolha fazia 25 anos e buscava um projeto que resumisse a cara de São Paulo e que mostrasse as necessidades de cada bairro” aponta Alessandro Janoni, Diretor de

Pesquisas do Instituto DataFolha, sobre a criação do projeto.

Mapeando as características de cada bairro, o DNA Paulistano traça um perfil de cada região da cidade. Em 2008, o projeto fez 58 perguntas para os moradores; em 2012 foram 50. Do total de perguntas foi possível obter 720 variáveis e mais de 100.000 dados referentes à cidade. De acordo com Janoni, o coração do projeto é a avaliação dos serviços públicos em São Paulo: “Os moradores de cada um dos bairros dava notas de 0 a 10 para os serviços no bairro dele.” Dessa forma, foi possível notar, por exemplo, que na região central da cidade o maior problema apontado pelos moradores gira em torno do lixo.

Contudo, números quando não aplicados à realidade são apenas estatísticas e não em valor.

Por isso, Janoni defende que os dados sistematizados de cada bairro devem servir para se elaborar políticas públicas específicas para as regiões. E utilizar esses dados em 2013 será essencial, afinal neste ano acontece a revisão do Plano Diretor da Cidade de São Paulo, ferramenta que serve para organizar e orientar o crescimento da metrópole pelos próximos anos.

Evandro Spinelli, repórter da Folha de S. Paulo e coordenador dos cadernos DNA Paulistano/2012, aponta que para as regiões de alta renda, em que há menor dependência dos serviços públicos, a maior reclamação gira em torno do trânsito, mas na periferia o problema mais apontado é educação ou saúde. Ou seja, cada região apresenta suas demandas e o Plano Diretor deve tentar cobrir essas especificidades. De acordo

com ele, há uma falácia em relação à participação popular quando se acredita em projetos como o SP2040*, em que totens são instalados em lugares públicos para que sejam dadas sugestões para a cidade, pois eles não mostram as necessidades da população. “Com essas pesquisas, só pessoas que realmente se interessam e tem algum engajamento é que colocam sugestões. Com o DNA Paulistano isso não acontece” acrescenta Janoni. Todavia, Spinelli aponta que mesmo discutindo as necessidades com os moradores de cada bairro através das Audiências Públicas, não é possível ter certeza de que as melhorias serão feitas. “Do orçamento de São Paulo, 34% está comprometido com o funcionalismo. Do total sobram apenas 2% para investimento. Assim, mesmo que haja discussão com a sociedade, não há garantia de que aquilo que foi discutido será investido.”

Mesmo que nem todas as demandas sejam atendidas, a participação popular na revisão do Plano Diretor é essencial. “Dizer que o eleitor não se interessa e não entende de política é tentar inibir o eleitor de participar das decisões que serão tomadas na cidade” afirma Alessandro Janoni. Dessa forma, que os dados do DNA Paulistano não sejam apenas números aleatórios que ficam no papel. Que eles sejam efetivamente analisados e aplicados nas políticas públicas que serão elaboradas na cidade.

*SP2040 – A Cidade que Queremos – é um plano de longo prazo que pretende orientar a transformação da cidade nas próximas décadas, apontando formas de organização social, econômica, urbana e ambiental. Dados retirados do site: sp2040.net.br/



2014

7º Curso Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter

REALIZAÇÃO: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e OBORÉ
Projetos Especiais. APOIO: Sindicato dos Professores de São Paulo – Sinpro/SP e
Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji



PROGRAMAÇÃO

Coordenador pedagógico: *Milton Bellintani*

22 DE FEVEREIRO

- **Encontro de Orientação**
Milton Bellintani, Coordenador-Pedagógico e Diretor-Executivo da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo; *Guilherme Alpendre*, secretário-executivo da Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; *João Paulo Brito*, da Secretaria Executiva do módulo Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter do Projeto Repórter do Futuro.

8 DE MARÇO

- **Plano Diretor Estratégico**
Vereador José Américo, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

15 DE MARÇO

- **Saúde**
David Braga Jr., médico, ex-Secretário de Saúde e Diretor de Planejamento e Gestão dos Municípios de Campinas e Indaiatuba.

22 DE MARÇO

- **Mobilidade Urbana**
Frederico Bussinger, ex-Secretário Municipal de Transportes de São Paulo e Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, além de Presidente da SPTRANS, CPTM e Diretor do METRÔ/SP.

29 DE MARÇO

- **Habitação e Urbanismo**
Kazuo Nakano, arquiteto, urbanista.

5 DE ABRIL

- **Participação Cidadã**
Marco Aurélio Nogueira, cientista político e professor da UNESP – Universidade Estadual Paulista.

12 DE ABRIL

- **Segurança Pública**
Bruno Paes Manso, jornalista, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

26 DE ABRIL

- **Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Formal**
José Carlos do Carmo (Kal), médico, auditor fiscal e coordenador do programa de inclusão da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo (SRTE/SP).

10 DE MAIO

- **Grande Reportagem**
Manuel Carlos Chaparro, Prof. Livre-Docente da USP, Relator das Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Jornalismo (MEC 2009) e autor do blog O Xis da Questão – Mídia, Jornalismo e Atualidade.

ALUNOS PARTICIPANTES

Alan Felipe Ferreira – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP
Amanda Gomes V. Rebouças – Faculdade do Povo de São Paulo – FAPSP
Ana Carolina Neira – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero
Bárbara Pereira Libório – Universidade Metodista de São Paulo
Bruno Martins da Silva Lima – Universidade de Guarulhos – UnG
Felipe Neves da Silva – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP
Fernanda Pinheiro Figueiredo – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero
Gabriely Souza de Araujo – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo– ECA/USP
Isabella C. de Moura Feitosa – Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM
Leonardo Tavares Ali – Faculdades Integradas Hélio Alonso – FACHA
Letícia Ferreira L.de Campos – Universidade Estadual Paulista – UNESP
Luiz Paulo Gomes Pereira – Centro Universitário SENAC
Lya Fichmann – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP
Malú Damázio – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo– ECA/USP
Mário da Costa Ferreira – Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU
Milena Buarque L. Bandeira – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Natacha Kawanishi Mazzaro – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP
Rafaela de Melo Diedrich – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero
Raíssa Cecília Escobar Gomes – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Renata G. Almeida Ferreira – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo– ECA/USP
Wellington Barbosa Monteiro – Universidade Anhembí Morumbi
Yago Rudá T. dos Santos – Universidade Anhembí Morumbi



José Américo cita jornalismo e literatura para explicar Plano Diretor

Foto: Nivaldo Honório



“Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o Coronel Aureliano Buendía havia de recordar aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer o gelo. Macondo era então uma aldeia de vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos pré-históricos. O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo.”

Foi citando de cor o primeiro parágrafo de Cem Anos de Solidão, livro que deu ao escritor e jornalista colombiano Gabriel García Márquez o Prêmio Nobel de Literatura de 1971, que o jornalista José Américo, vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo, iniciou sua Aula Magna na abertura do 7º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter do Projeto Repórter do Futuro, em que falou de jornalismo, literatura e a revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo.

José Américo citou também outro jornalista-escritor, Renato Pompeu de Toledo, que morreu no dia 9 de fevereiro, como exemplo de narrativa a ser conhecida pelos estudantes. “Renato escre-

veu um livro fundamental para quem quer conhecer a cidade e aprender a contá-la: São Paulo, a capital da solidão, disse Américo, lembrando seus tempos como professor de jornalismo. “Ler bons livros ajudar a formar bons jornalistas.”

Em seguida, o presidente da Câmara traçou um breve histórico da formação da capital. “Durante 200 anos, a cidade de São Paulo teve a mesma população: 25 mil pessoas. No final do século 18, aqui viviam apenas 50 mil pessoas. A expansão da produção de café e a industrialização mudaram esse cenário. A cidade explodiu e surpreendeu os governantes”, afirmou.

Segundo José Américo, o crescimento vertiginoso e sem planejamento se transformou em padrão. “A preocupação era atrair migrantes e imigrantes para acelerar o processo. O conceito de cidade contemplava apenas as áreas que ficavam entre o Centro e os rios Pinheiros e Tietê. Mas foi para além desses limites que São Paulo cresceu, com as novas áreas sendo ocupadas sem qualquer apoio do poder público. E esse padrão se impôs durante todo o século passado, fazendo das periferias áreas de exclusão e dos rios os canais por onde o esgoto industrial e da população escoava. A origem de nossos problemas começa

antes: na colonização predatória e no escravismo. Nenhum país supera isso sem grande esforço”, disse.

A partir dessa introdução, José Américo explicou a importância do Plano Diretor para a cidade. “Não podemos mais ser meros reféns do Deus mercado, que muitos defendem ser capaz de regular tudo sozinho. Vejam onde isso nos levou. Os problemas de São Paulo estão diretamente ligados à omissão de várias administrações que nunca levaram em conta as necessidades da população como um todo.”

Audiências públicas

De acordo com ele, o debate da revisão do Plano Diretor tem envolvido a sociedade civil em audiências públicas. “A Câmara Municipal realizou 48 audiências, que reuniram milhares de pessoas. Nelas, foram colhidas propostas (mais de 200) que serão incorporadas ao texto substitutivo ao Projeto de Lei 688/2013 a ser votado pelos vereadores. Parece incrível, mas a mídia pouco noticiou esse processo. Mais do que nunca, precisamos democratizar o acesso à informação e de jornalistas comprometidos com o interesse público.”

O jornalista Sergio Gomes, coordenador geral do Projeto Repórter do Futuro, participou da mesa ao lado de José Américo e dos coordenadores dos módulos Descobrir São Paulo, Milton Bellintani, e Pedro Ortiz, do módulo Descobrir A Amzônia – Descobrir-se Repórter. Serjão, como é conhecido, falou sobre as origens do projeto, criado há 20 anos. “A ideia original era simples: trabalhar com estudantes que queriam aprender jornalismo de verdade, na prática, numa época em que as faculdades estavam voltadas para dentro. Criamos o conceito de ponto final, em que 2 ou 3 estudantes tomavam um ônibus para um bairro distante de sua realidade para ouvir os moradores, saber de suas vidas e necessidades e fazer reportagens. O que mudou desde então? As faculdades só estimulam esse tipo de trabalho como exceção e não regra, e as grandes redações tiraram seus repórteres das ruas. É por isso que os jovens que acreditam num jornalismo de compromisso procuram iniciativas como o Repórter do Futuro.”

Foto: Nivaldo Honório



David Braga aponta desafios da Saúde e critica cobertura da mídia

Foto: Nivaldo Honório



O médico David Braga Júnior, consultor da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Ministério da Saúde, falou aos estudantes do 7º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter do Projeto Repórter do Futuro sobre os atuais desafios do Brasil na Saúde.

Durante quase duas horas, Braga apresentou o conceito de atenção primária à Saúde – das origens, no pós-II Guerra Mundial (1939-1945) à criação do Sistema Único de Saúde, em 1990 – e abordou as questões que desafiam o poder público na busca de efetividade, eficácia e equidade para estender o atendimento a toda a população.

“O envelhecimento da população é um dos problemas que o Brasil tem de enfrentar imediatamente, devido ao impacto que a diminuição da população jovem terá na sustentação do modelo

de previdência”, disse David Braga Júnior. “Com o estreitamento da base da pirâmide da população com menos de 30 anos e o alargamento da população idosa, acima de 65 anos, a pressão dos gastos com aposentadoria, somada ao aumento da expectativa de vida do brasileiro, tornarão inviável para o Estado pagar aposentadorias seguindo o atual modelo.”

Defesa do SUS e crítica à cobertura da mídia

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi outro tema abordado pelo médico, que também atuou na gestão pública como secretário de Saúde e diretor de Planejamento e Gestão de Campinas e Indaiatuba, cidades do interior paulista. “Quem critica o SUS deveria lembrar que o Brasil saltou da expectativa de vida de 45 anos nos anos 1950 para os atuais 74,6 anos. Em menos de seis décadas tivemos uma melhoria de 60,32% nesse indicador.” Em 1990, ano em foi realizado Censo pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e criado o SUS, a esperança de vida ao nascer era de 66,9 anos. Em uma década, o

brasileiro ganhou quase oito anos a mais de vida. “Sem a universalização da saúde, isso não teria acontecido. Imaginemos o que aconteceria se o SUS desaparecesse: imediatamente milhares de pessoas seriam jogadas nas ruas, sem atendimento. Um país cuja Constituição reconhece todos como cidadãos com direitos, é responsabilidade dos governos e da sociedade como um todo proteger o exercício do direito de acesso aos serviços de saúde à população pobre”, disse Braga.

David Braga Júnior considera que os meios de comunicação tradicionais adotam uma cobertura errada nos temas ligados à área da Saúde.

“Muitas reportagens depreciam os serviços públicos por ignorância ou má fé. Faltam repórteres que conheçam a fundo as políticas públicas e que se disponham a ir aos bairros da periferia para ver de perto, por exemplo, trabalhos como

o realizado pelo Programa Saúde da Família, que utiliza equipes multidisciplinares para atender a população. Ele vem obtendo resultados importantes.”

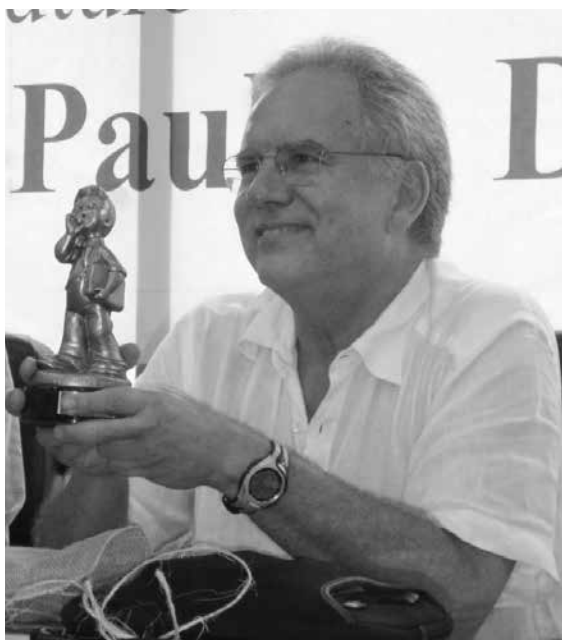
Ele também citou o tratamento dado pela grande imprensa à contratação de médicos estrangeiros para trabalhar em municípios e bairros das capitais em que médicos brasileiros não querem atuar – particularmente os cubanos – como exemplo de cobertura com foco errado. “Em vez de discutir o tipo de formação que nossos médicos vêm recebendo, mercantilista e descompromissada com o interesse público, a mídia ecoa o preconceito das elites contra os pobres. Se médicos brasileiros se negam a trabalhar em áreas miseráveis, o governo deveria deixar quem não pode pagar plano de saúde morrer?”

Foto: Nivaldo Honório



Frederico Bussinger defende pacto social para melhorar mobilidade urbana

Foto: Nivaldo Honório



O Plano Diretor Estratégico, sozinho, não conseguirá resolver o impasse da mobilidade urbana. A opinião é do engenheiro Frederico Bussinger, Secretário Municipal de Transportes de São Paulo à época da aprovação do plano em vigor desde 2003, cuja revisão será votada até o fim de abril. “A solução depende de todos os setores que utilizam as várias modalidades de transporte na cidade assumirem o compromisso com a melhora da mobilidade”, disse Bussinger na terceira palestra do 7º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter.

Consultor do Idelt – Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transporte e Meio Ambiente, ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo e de São Sebastião, Secretário Municipal de Transportes de São Paulo, Secretário-Executivo

do Ministério dos Transportes e ex-presidente da SPTRANS e da CPTM, além de diretor do METRÔ/SP, Frederico Bussinger criticou quem acredita que o tema da mobilidade urbana interessa apenas aos usuários dos transportes coletivos e condutores de veículos.

“A mobilidade inclui o transporte de materiais, de produtos que abastecem o comércio e também a coleta e o descarte do lixo”, disse Bussinger. Para ele, equacionar a circulação dos diferentes tipos de veículos que circulam na malha viária é a única forma de encontrar soluções que se sustentem ao longo do tempo. “Se os diferentes interesses envolvidos continuarem olhando apenas para os seus objetivos imediatos, não resolveremos o problema da mobilidade urbana. Ao contrário, a tendência é ele se agravar.”

Manifestações de Junho de 2013

Frederico Bussinger respondeu às perguntas dos estudantes sobre o financiamento e a qualidade do transporte público. “Embora o Movimento Passe Livre tenha utilizado um texto que escrevi em 1986 para fundamentar suas reivindicações, discordo de que seja possível para os municípios oferecer transporte gratuito. Nenhuma grande cidade do mundo consegue fazer isso. Não há recursos.” Segundo Bussinger, apesar de a bandeira da tarifa zero ter sido o estopim para as manifestações de junho, o que verdadeiramente mobilizou a população para ir às ruas foi a insatisfação com os serviços prestados pelo Estado.

Em sua exposição, o engenheiro abordou ainda a necessidade de integrar os diferentes tipos de modais para racionalizar o transporte paulis-

tano e de cidade vizinhas da Região Metropolitana. “Um caminho que vem sendo trilhado, ainda lentamente, é o aumento do transporte fluvial de materiais. São Paulo é privilegiada no que se refere a rios. O investimento nesse caminho trará bons resultados a curto prazo. Hoje, 46% das viagens de caminhões na malha viária acontecem com eles vazios. Depois de cruzar a cidade lotados de materiais, volta à origem ‘batendo lata’. Essa viagem de volta inútil representa desperdício de dinheiro com combustível e ocupação das ruas e avenidas.”

Foto: Nivaldo Honório



Ocupação desordenada da cidade gerou problemas atuais, diz Kazuo Nakano

Foto: divulgação



O ex-diretor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de São Paulo Kazuo Nakano relacionou a ocupação irracional da cidade com os problemas históricos que a capital não conseguiu resolver, como o déficit habitacional e o crescimento caótico dos bairros – especialmente os periféricos. Em sua palestra/conferência de imprensa aos estudantes do 7º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter, Nakano apresentou uma série de mapas com a evolução da moradia na metrópole a partir do final do século 18.

“São Paulo era uma cidade com menos de 50 mil habitantes. A industrialização acelerada e o incentivo à vida de migrantes de outras regiões do país e de imigrantes europeus e asiáticos transformou rapidamente a forma como a cidade crescia. Essa tendência se manteve durante praticamente todo o século 20. Em 100 anos, São Paulo multiplicou a população mais de 200 vezes e transformou problemas que poderiam ser pontuais em questões graves que desafiam os gestores públicos, profissionais de todas as áreas e a sociedade como um todo”, explicou.

Arquiteto e urbanista em vias de concluir o doutorado em demografia pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Kazuo Nakano

se especializou no estudo dos problemas que o crescimento mal planejado das cidades acarreta ao meio ambiente e à qualidade de vida da população. Ele é mestre em Estruturas Urbanas e Ambientais pela USP (Universidade de São Paulo) e pós-graduado em Gestão Urbana e Ambiental pelo Instituto for Housing and Urban Development (IHS), de Roterdã, Holanda.

“A ocupação de São Paulo sem levar em conta o desenvolvimento da infraestrutura dos bairros que se formaram a partir de pequenos adensamentos gerou a necessidade de deslocamentos para trabalhar, acessar serviços de saúde, estudar e ter acesso ao lazer. Com o passar dos anos, as margens da cidade foram empurradas para o limite do município e ocupadas ou por migrantes e imigrantes pobres ou pelos excluídos”, disse.

Segundo Nakano, só a zona leste paulistana produz um movimento diário de ida e volta de uma população equivalente a do Uruguai. “São mais de 2 milhões de pessoas que atravessam distâncias imensas para trabalhar e estudar e, depois, retornam a suas casas. Não existe sistema de transporte capaz de absorver tamanho deslocamento nem como não provocar a situação que vivemos: congestionamentos o dia todo e colapso do Metrô e linhas de ônibus.”

Junho expôs exigências de maior participação e soluções rápidas, afirma Marco Aurélio Nogueira

Na quinta palestra/conferência de imprensa do 7º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter, o cientista político Marco Aurélio Nogueira debateu com os estudantes o tema Participação Cidadã. As manifestações de junho de 2013, que colocaram na agenda política do país o debate público sobre as insuficiências da democracia representativa, abriram a fala de Nogueira. Segundo avalia, a participação de centenas milhares de pessoas de manifestantes não organizados nas ruas representou uma explosão coletiva de angústia.

Marco Aurélio acredita que essa angústia reflete o ritmo de vida das pessoas. “O celular traduz o estilo de vida atual. Estamos conectados o tempo todo. Por meio dele nos informamos sobre o que acontece em todos os níveis, desde o plano pessoal ao social. Isso cria, ao mesmo tempo, cidadãos informados como em nenhuma outra época e uma grande ansiedade de visibilidade. O Facebook se tornou o paradigma de nossa visibilidade na sociedade. Hoje, o desejo de protagonismo individual exerce uma pressão violenta sobre todos. E esse padrão exposição é entendido como uma forma de cidadania”, disse.

Bacharel em Ciências Políticas e Sociais

pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1972) e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1983) com pós-doutorado na Universidade de Roma, Itália (1984-1985) e livre-docente e professor titular pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marco Aurélio Nogueira é professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e colunista do jornal O Estado de S Paulo. Tem experiência na área de Ciência Política e de Gestão Pública, trabalhando principalmente com os temas: teoria política, reforma do Estado, democracia, sociedade civil, globalização, modernidade e integração latino-americana. Atualmente é professor titular da UNESP, professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp/PUC-SP/Unicamp) e diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Unesp.

Para o cientista político, a ocorrência dos rolezinhos em 2014 está diretamente ligada às manifestações de junho. “Numa sociedade em que padrão de consumo é porta de entrada para a aceitação social, consumidor e cidadão se confundem. Se o shopping center é o templo dos sonhos,

Foto: divulgação



esse é o lugar a que os jovens querem ter acesso.”

O imediatismo é outra característica comportamental que passou a exercer influência na postura política. “Em um tempo em que a velocidade da transmissão de informação e de acesso aos acontecimentos do mundo inteiro criam uma sensação de que tudo é frenético, a juventude não tem paciência para esperar por soluções de longo prazo. Quer soluções instantâneas”, afirmou.

Nogueira acredita que esses dois fatores ajudam a entender porque as formas de organização política tradicionais foram atropeladas pelo vigor das manifestações. “Nem os partidos, nem os sindicatos, nem as organizações sociais conseguiram prever – e muito menos liderar – os protestos.”

O que começou com demonstrações na rua contra o aumento das tarifas dos transportes – ônibus e metrô –, ganhou outro rumo depois da repressão violenta da polícia militar contra os manifestantes e, em particular, contra os jornalistas e fotógrafos que cobriam os protestos. “A resposta à violência policial, como afirmação da democracia e do direito de manifestação, ampliou a agenda das manifestações. Rapidamente, se escutaram palavras de ordem protestando contra tudo e contra todos. Mas o recado mais claro foi dado

aos poderes Executivo, Legislativo e organizações sociais: “não nos representam” virou um mantra repetido nas ruas”.

Regulação da mídia

Para Marco Aurélio, o caráter espontâneo das manifestações – convocadas essencialmente por meio das redes sociais dos indivíduos e não de organizações – determinou também o seu esvaziamento. “Os meios de comunicação amplificaram a voz das ruas e alimentaram os protestos. Mas a falta de uma agenda concreta de reivindicações e de interlocutores para participar de negociações fez o movimento refluir.”

Nogueira comentou, ainda, a postura violenta de muitos manifestantes. “Não falo especificamente dos black blocs, que constituem uma proposta estética de recusa ao status quo e aos símbolos do poder. Mas é inegável que o uso de máscaras por manifestantes em um país como o Brasil, em que se lutou tanto pelo direito de mostrar o rosto, lança dúvidas sobre a adequação dessa estratégia. Ainda mais porque a não identificação do manifestante facilita a infiltração de provocadores interessados em promover a desordem como forma de justificar a repressão.”

Autor do livro *As ruas e a democracia*, lançado no fim de 2013, Marco Aurélio Nogueira acredita que as manifestações de junho lançaram um desafio aos poderes constituídos, aos partidos e aos representantes da sociedade civil. “A sociedade brasileira, ao contrário do muitos acreditavam, não é passiva. Ela se movimenta e marca homem a homem os políticos. E gira em torno da mídia, entendida não somente como a mídia tradicional e sim o conjunto de manifestações que se expressam utilizando as ferramentas de comunicação modernas – em especial as redes sociais. Por isso mesmo a disputa em torno da regulação da mídia é um tema que enfrenta tantas resistências. Mas o Brasil precisa enfrentar esse debate se quiser fortalecer e aprofundar a nossa democracia.”

“Jornalismo deve equilibrar poderes”, diz Bruno Paes Manso

O jornalista Bruno Paes Manso, que publica o blog “SP no Divã” no site do jornal O Estado de S.Paulo, foi o palestrante da sexta conferência de imprensa do 7º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter do Projeto Repórter do Futuro, realizada na Câmara Municipal de São Paulo neste sábado. Durante os 80 minutos de sua fala inicial, Paes Manso detalhou aspectos da reportagem especial de seis páginas “Epidemia: o que 5 décadas de homicídios em São Paulo têm a ensinar”, que publicou no caderno Metrópole do Estadão em 14 de outubro de 2012. A matéria foi resultado de pesquisa e apuração pessoal que o repórter fez durante 13 anos e conteúdo base para sua tese de doutorado no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

Paes Manso disse aos estudantes que o papel do jornalismo é contribuir para o equilíbrio entre os poderes e o exercício da cidadania. “Nossa missão é apontar problemas existentes nos poderes e nas instituições. Isso quer dizer olhar com viés crítico e fundamentar as reportagens com apuração rigorosa. Um simples erro de imprensa pode comprometer a credibilidade tanto do repórter como do veículo em que trabalha”, afirmou.

Para o jornalista, a lógica competitiva das

empresas jornalísticas desafia o repórter trabalhar com agilidade sem perder o foco na precisão das informações. “Infelizmente ainda não podemos dizer que erros como o da Escola Base (caso ocorrido há vinte anos em que proprietários de uma escola privada de educação infantil foram acusados de abusar sexualmente de crianças por pais de alunos e cujas investigações viraram um espetáculo midiático protagonizado pelo delegado responsável e, posteriormente, foram inocentados pela Justiça depois de a escola ter sido obrigada a fechar as portas) não se repetirão. Quando ocorre um furo de reportagem pelo veículo concorrente é normal o jornalista ser pressionado para obter informações que permitam ao jornal recuperar-se da desvantagem. Nessa hora é muito difícil o repórter sozinho resistir à obrigação de publicar. E, muitas vezes, acaba amplificando uma cobertura que começou inconsistente e está fadada a produzir erros que terão consequência sobre a imagem de instituições e a vida de pessoas que mais tarde se descobrirá eram inocentes.” Para prevenir desvios como o apontado no exemplo, segundo Paes Manso, é preciso que tanto o repórter como seu editor sejam capazes de enfrentar as pressões e convençam o veículo de que não

Foto: Nivaldo Honório



deve embarcar numa cobertura sensacionalista motivado pela lógica concorrencial.

Formado em economia pela Universidade de São Paulo (USP) e em jornalismo pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), Bruno Paes Manso trabalhou por dez anos como repórter de O Estado de S. Paulo. Atuou na revista Veja e nos jornais Folha da Tarde e Folha de S. Paulo. Concluiu o mestrado e doutorado no departamento de Ciências Políticas da USP, onde pesquisou o crescimento e a queda dos homicídios em São Paulo. É autor do livro O Homem X – Uma reportagem sobre a alma do assassino em SP, que ganhou na categoria melhor livro-reportagem o 28º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 2006. Atualmente faz pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da USP.

Debate público

Respondendo aos estudantes, o jornalista alertou para o fato de que a cobertura crítica da imprensa quase sempre é mal recebida por instituições como a polícia – por ela não entender que a defesa de valores como a proteção de todo e qualquer cidadão de atos de violência por parte de agentes do Estado é um direito fundamental

garantido pela Constituição. “Sempre tenho de explicar que defender os direitos humanos não significa defender ‘bandidos’, como alguns costumam se referir ao trabalho dos jornalistas”, explicou.

O embate a que ele se refere teve um novo episódio na quinta (10/4), quando publicou um post em seu blog respondendo a uma nota oficial da Polícia Militar paulista que o ataca de forma virulenta por ter feito críticas à corporação. No texto, Paes Manso rebate as afirmações e diz entender a resposta oficial como um convite público ao debate. “Finalmente, para encerrar, no final do ano passado, quando estive falando com policiais militares em um seminário sobre os protestos de junho, eles disseram que este ano haveria um debate sobre a desmilitarização da PM. Eu entendi na época que tinha sido convidado, postura, aliás, que me pareceu altamente positiva e democrática. Se o convite e os planos permanecerem de pé, podem contar comigo no debate.

Ameaças a jornalistas

Perguntado se o trabalho investigativo na área de segurança pública já fez com que recebesse ameaças de morte, Bruno Paes Manso disse que não. “Hoje, receber ataques públicos pelas redes sociais é mais comum para quem faz jornalismo crítico. E, claro, processos judiciais que visam intimidar por causa dos gastos que se tem com defesa e uma eventual condenação em última instância. Mas há casos como do jornalista André Caramante, que teve de sair do país em 2013 para

proteger a si próprio e à família. Para defender a profissão e fortalecer o jornalismo comprometido com valores e o interesse público, integro um coletivo com mais 12 colegas que em breve lançará um projeto de cobertura de segurança pública e direitos humanos.”

Na semana passada, a rede britânica realizou o seminário internacional Making the Protection of Journalists a Reality: Time to End Impunity (Tornando realidade a proteção a jornalistas: hora de pôr fim à impunidade), na cidade de Londres em que discutiu casos de jornalistas assassinados ou ameaçados devido a seu trabalho. Os jornalistas brasileiros André Caramante, Marcelo Moreira, da TV Globo e diretor da Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, e Ricardo Gonzalez, da ONG Artigo 19, foram convidados a relatar sua experiência nesse campo no evento de um dia realizado na segunda (7/4).

Na sexta-feira (11/4), a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou o relatório do Grupo de Trabalho (GT) “Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil” em reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que completa 50 anos em abril.

Inclusão de trabalhador com deficiência é fronteira para justiça social , aponta José Carlos do Carmo

“As empresas querem contratar cegos que enxergam, surdos que escutam e cadeirantes que saem andando”, disse o coordenador do Programa de Inclusão da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo (SRTE/SP), José Carlos do Carmo, o Kal, na sétima palestra/conferência de imprensa do 7º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter.

De acordo com ele, no estado de São Paulo menos de 50% dos trabalhadores com deficiência que deveriam estar empregados para que a legislação fosse cumprida têm registro de trabalho. “Ao mesmo tempo que esse número revela o quanto já conseguimos em termos de inclusão no mercado de trabalho formal, deixa claro que temos um longo caminho pela frente para atingir a justiça social por meio do exercício do direito constitucional de acesso ao trabalho para milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência”, afirmou.

Em sua palestra, Kal do Carmo discorreu sobre a saúde do trabalhador em geral e abordou a evolução da sociedade ao longo do tempo na compreensão das capacidades das pessoas com deficiência e em seu potencial produtivo. “Um erro ainda comum é as empresas anunciarem que estão contratando pessoas com deficiência.

É preciso ter clareza de que o que se contrata é um trabalhador para realizar um determinado trabalho, e que ele pode ter alguma deficiência. A empresa que sabe essa diferença faz a inclusão da maneira correta e consegue obter o melhor desse trabalhador em termos de produtividade”, explicou.

José Carlos do Carmo é médico, auditor fiscal da SRTE/SP e da Câmara Paulista pela Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Formal. É autor do livro *Construindo a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho – A Experiência na Indústria da Construção Pesada no Estado de São Paulo*, que virou referência para outros segmentos da economia e segue obtendo importantes reconhecimentos.

Acesse e leia a versão digital do livro *Construindo a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho – A Experiência na Indústria da Construção Pesada no Estado de São Paulo* clicando neste link.

Defesa da Lei de Cotas

Segundo Kal do Carmo, a Lei 8.213 – mais conhecida como lei de Cotas – tem se revelado um instrumento essencial na promoção da inclu-



são de trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho formal. “Sou favorável às políticas afirmativas, porque percebo o resultado que produzem. A Lei de Cotas permitiu que o Ministério do Trabalho atuasse para garantir o exercício do direito ao trabalho por uma parte expressiva da população brasileira”, disse.

A Lei de Cotas prevê que as empresas com 100 ou mais empregados devem reservar um percentual de vagas para trabalhadores com deficiência, conforme o padrão abaixo:

Número de Funcionários / Percentual de Vagas	
De 100 a 200:	2%
De 201 a 500:	3%
De 501 a 1.000:	4%
Acima de 1.000:	5%

De 100 a 200:	2%
De 201 a 500:	3%
De 501 a 1.000:	4%
Acima de 1.000:	5%

O Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou que 24,5% da população afirmaram ter algum tipo de limitação para se locomover, ouvir ou enxergar. Esse número inclui pessoas idosas e obesas, além das que têm visão monocular (cegueira em um olho). Estima-se que cerca de 15% dos brasileiros têm deficiências classificadas pelo Ministério do Trabalho como elegíveis para contagem de percentuais de reserva de vagas previstas pela Lei de Cotas.

“A boa reportagem é aquela que explica a notícia”, diz Manuel Carlos Chaparro

Sete gerações de jornalistas, dos 18 aos 80 anos, participaram da oitava palestra/conferência de imprensa do 7º Curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter, no sábado 10 de maio, com o professor Manuel Carlos Chaparro.

Em sua palestra, Chaparro abordou o tema fundamentos e técnicas da grande reportagem, em que discutiu desde a importância das fontes para o êxito do trabalho jornalístico como o compromisso da profissão com a sociedade e adiferença entre notícia e reportagem. “A notícia é a comunicação do fato. Já a reportagem vai além disso: seu papel é explicar a notícia, aprofundando a investigação dos conflitos que a notícia contém”, explicou.

“Não existe jornalismo sem fonte. O papel do jornalista é apurar os diferentes interesses envolvidos em um fato, abordar o conflito que ele encerra – à luz do impacto que causará como notícia – e escrever seu relato da maneira mais atrativa que puder”, disse.

Chaparro defendeu que a criatividade e o compromisso ético são aspectos inseparáveis do bom jornalismo. “Sem técnica não se chega a bom resultado, assim como sem fundamentar o trabalho em valores não é possível cumprir

o compromisso de servir ao interesse coletivo”, afirmou.

Método e Veracidade devem ser entendidos como fatores indissociáveis. “Os fatos são sagrados. Qualquer relato que não respeite esta lógica pode ser tudo menos jornalismo.”

Nesse sentido, o professor enumerou seis fundamentos para nortear o trabalho do jornalista:

- Planejar com criatividade.
- Apurar exaustivamente.
- Aferir com rigor.
- Valorar com escolhas éticas.
- Depurar com critérios de relevância.
- Relatar com independência e arte.

Chaparro enfatizou o papel transformador das novas tecnologias no jornalismo. “Na era do telégrafo, o logo tempo transcorrido entre o fato e a produção da notícia era o espaço de poder do jornalista. Com a televisão ao vivo e, depois, a internet, o fato e a notícia passaram a se confundir por causa da instantaneidade. Os atentados às Torres Gêmeas, em Nova York, em 2001, confirmaram o advento da nova era da informação. O choque do primeiro avião contra

Foto: Nivaldo Honório



uma das torres pegou todos de surpresa. Nenhum jornalista viu. Mas o choque do segundo avião contra a outra torre, minutos depois, já encontrou toda a imprensa no local. Este segundo fato foi produzido intencionalmente para produzir um impacto maior que o primeiro. Foi mostrado ao vivo, como notícia, quando se produzia o fato. Essa estratégia evidenciou, para quem ainda tinha dúvidas, que as fontes organizadas não só têm seu próprio discurso estruturado como aprenderam a noticiar o que lhes interessa.”

Professor livre-docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Chaparro emigrou para o Brasil em 1961. Doutor em Ciências da Comunicação e professor de Jornalismo na ECA, é autor do blog O Xis da Questão – Mídia, Jornalismo e Atualidade.

7º Curso Descobrir São Paulo - Descobrir-se Repórter
Repórter do Futuro - 14 de dezembro 2013 a 10 de maio 2014



Na era da “imobilidade urbana”

Para entender a questão do transporte nas grandes cidades como São Paulo é preciso uma visão sistêmica e logística, diz ex secretário

FELIPE NEVES

Segunda-feira, 7h15 da manhã. A dezenas de metros das catracas que servem de entrada para a estação de trem de Guaianazes, no extremo leste da capital paulista, está o final da fila indiana que se forma todos os dias naquele horário. Indiana também parece ser a densidade demográfica dos trens que saem dali.

Completamente apinhados, eles partem depois de alguns minutos esperando a leva de usuários vindos de municípios próximos em composições geralmente velhas e lentas. Quem está dentro, reclama da espera e do aperto causado pelo adicional que vem de fora. Quem quer entrar, reclama de quem não dá um “espacinho”.

Com o aperto, o estresse e o sono acometendo uma porcentagem significativa de quem está ali, alguém precisa levar a culpa. Sugestões pululam de todos os lados. “Governo ladrão”, “CPTM incompetente”, “a culpa é do cartel” e até “uma bomba que destrua tudo isso” são os remédios receitados durante o balanço da viagem. As filas, a lotação, o atraso e as reclamações, porém, não são exclusividades no bairro. Eles se repetem quase que ao mesmo tempo em todos os extremos da cidade. Diariamente.

Para além dos problemas que suscitam deba-

tes intermináveis e culminam em possíveis soluções pontuais, o engenheiro Frederico Bussinger tem uma palavra-chave que, segundo ele, deveria ser lembrada antes de se apostar em qualquer medida: logística. “É o fator crítico de sucesso”, ele afirma. “A mobilidade ou a imobilidade afetam o setor econômico. Pode causar grandes ganhos ou perdas de produção”.

Capixaba e engenheiro, Bussinger acumula no currículo os cargos mais altos no setor de transportes de São Paulo. Foi secretário municipal de transportes, presidente da SPTrans, Diretor do Metrô e da CPTM. Foi também Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes. Com vasta formação humana e técnica, sua luta vem sendo transformar a mobilidade urbana em política pública prioritária.

Mais do que cobrar a óbvia ampliação das linhas ferroviárias ou a simples punição aos “barões do transporte”, frequentemente apontados como principais causadores das mazelas vividas pelos usuários, o engenheiro insiste numa lógica de funcionamento conjunto dos sistemas de mobilidade e propõe uma visão sistêmica do modelo de desenvolvimento do transporte na cidade.

Faz isso começando com o problema do

trânsito. Para ele, grande parte dos carros que estão nas vias compõe uma parcela que poderia ser redirecionada para outros pontos. São, em sua maioria, caminhões e outros veículos transportando cargas em horários e espaços que deveriam ser destinados aos inúmeros novos proprietários de automóveis. Estes, por sua vez, estão cada vez mais nas ruas após o “derrame” causado pelos estímulos criados pelo governo federal para o consumo no setor. Mas não é só isso.

Os motoristas que entopem as ruas ainda precisarão disputar espaço com os ônibus, que exigem passagem com a criação de novos corredores exclusivos. A solução é voltar para o transporte coletivo, onde possivelmente mais um cenário como o da estação de Guaianazes o espera.

Se o sistema empurra o usuário para uma espécie de corrida atrás do próprio rabo, a solução apontada por Bussinger é desfazer esse círculo vicioso. Cada elemento precisa ser pensado como uma célula que irá compor um organismo. “Mobilidade é intrínseca à condição de existência das cidades”, ele lembra.

São Paulo: A cidade que cresce para cima

Mais edifícios não significam menor qualidade de vida. A questão é: como verticalizar?

MILENA BUARQUE

O tempo do chamado “processo de urbanização” foi passando até apontar para um fato inevitável: há uma hora em que a cidade não pode mais crescer para os lados. Se o ritmo de construções só tende a aumentar, a única solução continua sendo o edifício. Debate presente na atual revisão do Plano Diretor de São Paulo, que define diretrizes para o crescimento da cidade nos próximos dez anos, a verticalização não é consenso.

Entre os que são contra, o argumento é centralizado na descaracterização decorrente do crescimento vertical de bairros mais tradicionais, como o Bixiga e a Vila Mariana. Áreas com espiões, acredita-se, significam mais pessoas, mais barulho e mais carros. No entanto, a questão não parece ser tão simples. “A gente acha que as

áreas mais densas são as mais verticalizadas da cidade. Ao contrário, as áreas mais densas são justamente as áreas de loteamentos e favelas”, diz Kazuo Nakano, arquiteto, urbanista e ex-diretor do Departamento de Urbanismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo.

As propostas do novo Plano Diretor, previsto para o mês de maio, vão do adensamento de regiões com transporte coletivo de massa e ao longo da orla ferroviária a locais que também possibilitem a construção de até quatro vezes a área do terreno. O vereador Nabil Bonduki (PT), relator do texto, acredita que edificações próximas aos corredores de transporte coletivo não devam ter limite de altura. Entretanto, nos miolos dos bairros, o máximo permitido seria oito pavimentos.

Se para os moradores mais prédios ainda é sinônimo de menor qualidade de vida, o planejamento urbano do Plano Diretor prevê o aumento de calçadas, criação de espaços livres e “estimular que os edifícios destinem o térreo para atividades terciárias”. Para Nakano, o planejamento urbano é uma questão econômica e essencial.

“A gente atravessou todo esse processo de urbanização sem ter tido uma preparação. Sem ter tido uma estruturação adequada, um planejamento adequado. A gente não tem até hoje”, diz Nakano. Para compreender como vemos a cidade hoje, é necessário olhar para trás. A própria desestruturação “não é uma coisa que apareceu da noite para o dia, foi uma construção. Ao longo de um processo de urbanização. [E] Esse processo de urbanização aqui no Brasil se deu de uma maneira

extremamente acelerada na segunda metade do século XX”.

Para a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e responsável pelo “Habitat”, blog do Yahoo! Notícias, a diferenciação proposta no que diz respeito à altura dos edifícios é interessante, mas não resolve o problema. A limitação de vagas de garagens, a relação dos empreendimentos com a rua, a questão da paisagem, a memória e a identidade devem ser pensadas, “identificando os valores de cada um dos conjuntos construídos hoje na cidade e seu diálogo com a topografia e outros elementos naturais”.

Mestre em Estruturas Urbanas e Ambientais pela USP, Nakano critica a falta de alternativas

para as pessoas. “Não é aquele espaço urbano com uma boa calçada, com área verde, com arborização. A pessoa tem capacidade de consumo, tem nível de escolaridade. Mas não tem qualidade no bairro. Ela sai na rua e não tem alternativas para fazer atividades urbanas.”

Uma boa cidade é aquela que oferece atividades que aconteçam da porta de casa para fora. Encontrar um bom parque, uma boa praça e, principalmente, embora negligenciada, calçadas justas para os pés. Ainda se caminha devagar, literalmente, no que diz respeito à acessibilidade. A verticalização por si só não é o problema. O adensamento, previsto no Plano Diretor, também não. A questão é: de que modo podemos verticalizar?



2015

8º Curso Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter

REALIZAÇÃO: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e OBORÉ
Projetos Especiais. APOIO: Sindicato dos Professores de São Paulo – Sinpro/SP e
Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji



PROGRAMAÇÃO

Coordenação pedagógica: *Ana Luisa Zaniboni Gomes* e *Sergio Gomes*

12 DE SETEMBRO

14h às 17h

- **Palestra / entrevista coletiva – Violência**
Julio Neves, Ouvidor Geral da Polícia do Estado de São Paulo.

19 DE SETEMBRO

9h às 12h

- **Câmara no Seu Bairro | Itaquera – Reportagem de Campo**

14 às 17h

- **Palestra / entrevista coletiva – Habitação**
Ermínia Maricato, Professora universitária, Ex-Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1989-1992) da Prefeitura de São Paulo e Ex-Secretária Executiva do Ministério das Cidades (2003- 2005).

26 DE SETEMBRO

14h às 17h

- **Palestra / entrevista coletiva – Saúde**
Marco Antonio Manfredini, secretário-geral do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (CROSP) e docente da Faculdade de Saúde Pública da USP.

3 DE OUTUBRO

14h às 17h

- **Palestra / entrevista coletiva – Educação**
Cesar Callegari, ex secretário municipal da Educação e membro do Conselho Nacional de Educação.

17 DE OUTUBRO

9h às 12h

- **Câmara no Seu Bairro | Vila Prudente – Reportagem de Campo**

14 h às 17h

- **Palestra / entrevista coletiva – Cultura**
Nabil Bonduki, secretário municipal da Cultura

24 DE OUTUBRO

9h às 12h

- **Câmara no Seu Bairro | Parelheiros – Reportagem de Campo**

7 DE NOVEMBRO

9h às 12h

- **Câmara no Seu Bairro | Sé – Reportagem de Campo**

14h às 17h

- **Palestra / entrevista coletiva – Transportes**
Frederico Bussinger, Consultor do Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transportes e Meio Ambiente (Idelt), foi Secretário Municipal dos Transportes e diretor das companhias docas do Estado de São Paulo e de São Sebastião.

12 DE DEZEMBRO

14h às 17h

- **Encontro de Avaliação e Encerramento**
Sala Oscar Pedroso Horta

ALUNOS PARTICIPANTES

Ana Paula Firmino Santos – Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM

André Catto da Costa – Universidade São Judas Tadeu

Barbara Martins Fontes Monfrinato – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP

Beatriz Santos da Cruz – Faculdade do Povo de São Paulo – FAPSP

Chaian Raiad Silva – Universidade Anhembi Morumbi

Clara Stefanie Assunção Alves Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP

Flávio Ricardo dos Santos – Faculdades Integradas Alcântara Machado – FIAM–FAAM

Iago Luiz de Moraes – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Jeniffer Mendonça Anunciação – Faculdade Cásper Líbero

João Neres – Universidade São Judas Tadeu

Juliana Fagundes Pithon – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Karina Balan Julio – Universidade de Campinas – UNICAMP

Karine Rodrigues Seimoha – Faculdade do Povo de São Paulo – FAPSP

Katherine Changanaqui Rivas – Universidade Anhembi Morumbi

Meriangela Fernandes Farias – Universidade de Santo Amaro – UNISA

Nathalia Lima Durval – Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM

Osvaldo Alves de Brito Junior – Universidade Metodista de São Paulo

Pâmela Ellen Chagas Gama – Universidade Paulista – UNIP

Pedro do Val de Carvalho Gil – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP

Phillippe de Campos T. Watanabe – Universidade de Campinas – UNICAMP

Priscila Aparecida S. Alecrim – Universidade de São Caetano do Sul

Roberta Vassallo Bordoni – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP

Ruam de Oliveira Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Tamires Silva Tavares – Universidade São Judas Tadeu

Willian Pereira da Silva Barbosa – Faculdades Integradas Alcântara Machado – FIAM–FAAM



A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e a OBORÉ Projetos Especiais ofereceram, pelo quarto ano consecutivo, vinte vagas para estudantes de graduação em Jornalismo e cinco para estagiários de comunicação dos gabinetes dos vereadores para o curso Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter, módulo temático do Projeto Repórter do Futuro voltado à prática reflexiva e ao exercício da reportagem tendo como cenário a cidade de São Paulo.

Ao todo, foram oito encontros entre os dias 22 de agosto e 12 de dezembro de 2015. O roteiro de aulas foi desenhado a partir da iniciativa em curso na Câmara Municipal, onde vereadores conduziram sessões públicas oficiais nos bairros com espaço para que a população local pudessem apresentar suas demandas [Câmara no Seu Bairro]. Os temas propostos para os encontros temáticos do módulo, por sua vez, constituíram o eixo central do curso e referiram-se aos grandes problemas que desafiam a gestão de nossa cidade: Transporte, Habitação, Saúde, Educação, Cultura e Violência.

Importante destacar que o Projeto Repórter do Futuro desenvolveu uma metodologia própria para conduzir pedagogicamente suas atividades

através de Conferências de Imprensa seguidas de Entrevistas Coletivas. Os alunos são acompanhados, de forma individual, na produção de seus textos e, ao final do módulo, desenvolvem uma produção jornalística – impressa, radiofônica, televisiva ou multimídia – a partir de uma reportagem de fôlego, com foco no empenho para sua publicação. É a chamada Operação Ponto Final, desenvolvida em duplas e no bairro de livre escolha dos estudantes – momento em que os jovens são estimulados a traduzir a complexidade da cidade e o cotidiano do seu povo em entrevistas e reportagens de campo.

Neste curso, o objetivo da Operação Ponto Final é estimular os jovens a conhecerem a cidade em sua extensão e diversidade, especialmente os bairros instalados nas áreas mais periféricas, de grande extensão territorial e enorme população de baixa renda – público que mais desafia os diversos programas sociais de sucessivas administrações não só municipais, mas também estaduais e federais.

Além de promover a investigação dos principais problemas da cidade de São Paulo, a intenção deste módulo também é colaborar para que os futuros jornalistas com atuação na cobertura dos

assuntos da cidade sejam, acima de tudo, profissionais mais capazes e capacitados, gerando, em decorrência, leitores mais bem informados.

O que veremos, a seguir, é uma reportagem fotográfica do curso de 2015, com o registro de alguns dos textos produzidos pelos estudantes que participaram da Operação Ponto Final. Em seguida, um pequeno guia de fontes para levantamentos e pesquisas de indicadores econômicos e sociais da cidade de São Paulo.



Foto: André Bueno

Com o Ato nº 1293/15, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo passou a realizar sessões públicas semanais fora das dependências do Palácio Anchieta. Foi assim que nasceu o programa Câmara no seu Bairro: para aproximar a população do trabalho legislativo.

Em 2015, cada uma das 32 regiões administradas pelas subprefeituras recebeu uma sessão pública onde os problemas e as demandas locais foram discutidos com os moradores. Avaliadas e encaminhadas aos órgãos competentes ou à própria Câmara, as temáticas podem ser transformadas em iniciativas de lei ou iniciativas de fiscalização.

As sessões do Câmara no seu Bairro foram acompanhadas e registradas pelas equipes de Comunicação da CMSP. Em grupos, os estudantes do 8º Curso Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter acompanharam os profissionais da TV

Fotos: André Bueno | CMSP



Câmara no seu Bairro
Sessão Plenária Itaquera - 19/09/2015

Fotos: Luiz França/CMSP



Câmara no seu Bairro
Sessão Plenária Vila Prudente - 17/10/2015

Fotos: André Bueno/CMSP



Câmara no seu Bairro
Sessão Plenária Parelheiros - 24/10/2015

Fotos: Luiz França/CMSP



Câmara no seu Bairro
Sessão Plenária Sé - 7/11/2015

Câmara e do Portal da Câmara em quatro dessas sessões: Itaquera, Vila Prudente, Sapopemba e Sé. O objetivo foi exercitar a reportagem de campo com os moradores, vereadores, gestores e demais participantes.

O material produzido pelos alunos foi analisado e avaliado por jornalistas da Casa e muitas das reportagens publicadas em veículos como TV Câmara, Portal da Câmara e Revista Apartes.

Jaguaré está doente

Moradores questionam o tratamento dado à saúde no bairro e se sentem abandonados pelas autoridades

RAIAD SILVA E KARINA BALAN JULIO

O passeio a bordo do 8019-10 – Parque Continental é uma verdadeira aula de realismo pelas ruas de São Paulo. Em pouco menos de uma hora e meia, o charme da Avenida Paulista é trocado pelo metrô Butantã, que se adentra rumo ao Jaguaré em um misto de exuberantes mansões contrastando com as comunidades e moradias de classe média.

Encostado em Osasco, o Jaguaré, segundo o IBGE, conta 50 mil habitantes divididos no próprio bairro, no Centro Industrial, no Conjunto Butantã, no Parque Continental e nas vilas Graziela, Jaguaré e Lageado. Planejado em 1953 pelo engenheiro Henrique Dumont Villares, sobrinho de Santos Dumont, leva esse nome devido ao ribeirão que nascia em Osasco e cortava a região até desembocar no rio Pinheiros. Jaguaré tem sua origem no tupi-guarani e significa “lugar onde existem onças”, em referência aos felinos que habitavam a região (em tupi-guarani, “jaguar” ou “jaguetê”).

O Jaguaré tem como identidade uma população pacata, mas ao mesmo tempo que se sente abandonada pelas autoridades, principalmente no que tange em relação à saúde. Dados da Secretaria de Estado da Saúde mostram que atualmente 23,7

milhões de moradores do Estado de São Paulo dependem do Sistema Único de Saúde (SUS). No bairro, a Unidade Básica de Saúde Vila Nova Jaguaré (UBS) atende cerca de 42 mil habitantes em sua área de abrangência.

Além da UBS, o local também comporta em seus 1.594 m² de área construída o Atendimento Médico Ambolatorial, AMA, Vila Nova Jaguaré. Com um número total de quatro equipes que ofertam desde clínica geral e pediatria até ginecologia e clínica geral, o local é alvo de muitas críticas por parte dos moradores da região. Dentre os principais problemas relatados estão a falta de médicos competentes, a demora no atendimento e o funcionamento que é de segunda à sexta, fazendo com que os moradores se desloquem para lugares mais distantes caso precisem de atendimentos aos finais de semana.

Elza Lourdes de Souza vende artesanato na feirinha de domingo no Jaguaré. Moradora da Vila Iara, a aposentada vive em um conjunto habitacional próximo ao Shopping Continental, que segundo ela, foi conquistado depois de onze anos frequentando reuniões dos grupos de auxílio ao morador. Moram com ela o marido aposentado e o filho enfermeiro. Elza, não deixa de mostrar sua

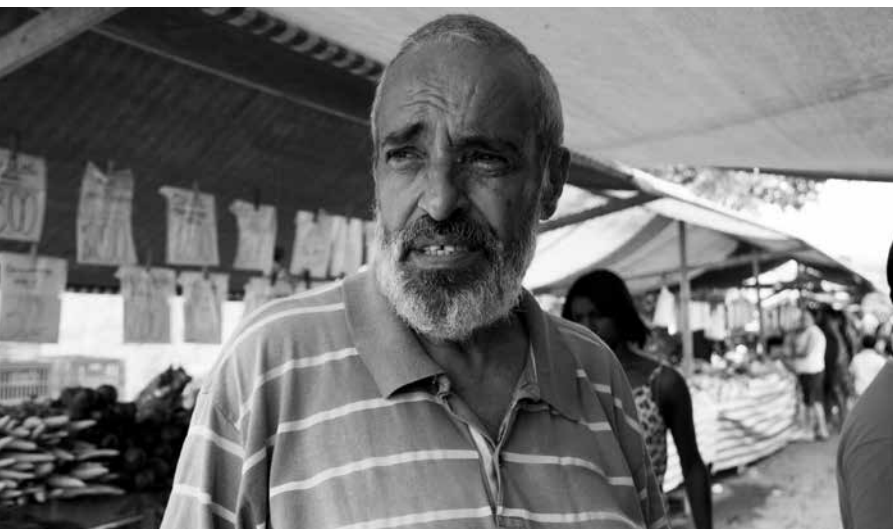
Fotos: Raiad Silva Karina Balan Julio



Elza Lourdes de Souza, moradora da Vila Iara



(Da esq. para a direita) Luisa de Lima, Siforosa Ferreira da Silva e Deusa Maria de Jesus, moradoras do Jaguaré



O morador Juan Miguel Paya Marques passeia pela feira de domingo do Jaguaré

insatisfação com a saúde na região. A aposentada relata que demorou três meses para conseguir ser atendida por um ginecologista e mais dois meses para apresentar o resultado de um exame.

Público x Privado

Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), até junho deste ano, 50,5 milhões de brasileiros utilizavam planos privados de saúde. Dentro dessa estatística está a moradora Deusa Maria de Jesus. Residente do Jaguaré há quase 30 anos, Deusa tenta manter o plano de saúde e as contas de casa com uma aposentadoria de um salário mínimo.

Devido os vários problemas de saúde (varizes, esôfago, osteoporose e hérnia de disco na coluna), algumas vezes é necessário apelar para o SUS, no entanto, o controle de endoscopia que ela precisa fazer a cada seis meses é praticamente impossível de realizar. “Os profissionais me colocam na fila de espera e dizem que pode demorar um ano ou até mais para eu ser atendida. Eu preciso sair do plano de saúde, porque o meu salário está sendo para pagar o convênio médico e a conta de luz, não está dando nem para comer direito”, afirma.

Cadê o médico que estava aqui?

Outro problema verificado no Sistema Único de Saúde é a falta de médicos para suprir o número de pacientes. Dados da Secretaria Municipal de São Paulo mostram que a rede municipal conta com 13.487 médicos. Desse total, 93,5% atendem pacientes no SUS e o restante exerce funções burocráticas na pasta. Apesar dos dados, a popu-

lação ainda sofre com a carência de especialistas.

Juan Miguel Paya Marques é espanhol e chegou ao Brasil no dia 9 de janeiro de 1953, aos sete anos, acompanhado pelos pais que vieram para São Paulo em busca de uma vida melhor. Desde então, o europeu morou em bairros como Brás, Ipiranga e Santo Amaro. Atualmente dono de uma banca de jornal, o aposentado tem paixão pelo Brasil, mas quando o assunto é o Jaguaré, o espanhol não poupa críticas, principalmente quanto à saúde no bairro.

“Estou há cinco anos esperando ser encaminhado para um ortopedista. Nesse tempo, fui a outro médico, resolvi meu problema de esporão, a doença voltou, tratei novamente e nada de me chamarem. Outro dia precisei fazer uma tomografia do corpo inteiro; dei entrada e já faz um ano e meio que estou aguardando. Falta médico, os bons vão embora.”, afirma.

Completando 27 anos de sua criação em 2015, o SUS é o único sistema universal, público e gratuito de saúde em um país com mais de cem milhões de habitantes. O secretário-geral do conselho Regional de Odontologia de São Paulo (CROSP) Marco Antonio Manfredini reconhece que o programa possui suas falhas e que uma das alternativas para a melhora é a regionalização do Sistema. “Deve-se construir no país regiões de saúde e dentro delas organizar o programa.” sugere.

Onde vou estudar?

A população do Jaguaré também foi afetada pelo projeto da reorganização escolar do Governo

do Estado. O bairro conta com poucas escolas, e uma delas seria fechada, a E.E. Maria Eugênia Martins. O morador Juan Miguel conta que sua neta teve de ser realocada em um colégio distante. “Estão transferindo os alunos para escolas mais longe de casa e em condições piores”, conta ele.

A alguns quilômetros dali, outra escola estadual resiste às mudanças impostas. A escola E. E. Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo, o “Dica”, recebe muitos alunos do Jaguaré e está ocupada por dezenas de estudantes desde o dia 19 de novembro, em protesto contra fechamento e o sucateamento de algumas escolas estaduais. Mesmo após o decreto 61.692 oficializado pelo governador Geraldo Alckmin, que revogou a reorganização, os estudantes permanecem mobilizados.

O Di Cavalcanti conta com aproximadamente 500 alunos e seria umas das 94 escolas a serem fechadas, se tornando a sede de uma diretoria de ensino. Em meio a entulhos de lixo separados, salas emboloradas e materiais nunca vistos, a estudante Julia Lapa, 16, mostra os espaços da escola que nem ela conhecia antes da ocupação. “Esta biblioteca a gente mal usava, ficava fechada, nem sabíamos que tinha uma bibliotecária”, diz ela. Na ocupação, os estudantes se organizam em comissões de limpeza, comunicação, segurança e atividades.

Da biblioteca ao pátio, banheiros e salas, a organização e limpeza de todas as dependências é feita pelos alunos, que contam com a ajuda dos pais, professores e moradores da região. “A direção mandou cortar o telefone e a internet, então a

gente não tem acesso, mas alguns moradores disponibilizaram o wifi para nós”, conta Julia Lapa. Nas dependências do colégio, os secundaristas desenvolvem atividades culturais, aulas públicas e rodas de debate.

Ocupar para melhorar

Desde meados de novembro, as ocupações alcançaram cerca de 200 escolas, o que ensejou a derrubada do secretário da Educação, Herman Voorwald e trouxe a comunidade para o debate sobre a qualidade do ensino. Após a revogação da reorganização, a mobilização ganhou novas pautas, e os secundaristas agora pressionam o governo pela melhoria da infraestrutura das escolas, a valorização dos professores e maior participação na gestão escolar. Segundo a secretaria de Educação, 145 escolas permaneceram ocupadas até a noite do dia 8 de dezembro, enquanto 53 haviam sido desocupadas até então.

O Di Cavalcanti, que atende alunos do Ensino Fundamental, Médio e EJA (Ensino de Jovens e Adultos), continuará funcionando no ano que vem, mas os alunos querem a garantia da suspensão das transferências. A maioria já tinha sido remanejada para escolas a um raio de mais de 3 km de suas casas, mais do que os 1,5 km previstos. Entre essas escolas estavam a E.E. Ciridião e a E. E. Pereira Barreto.

Segundo dados do Censo 2014, a escola estaria equipada com 15 salas de aulas, laboratório de informática e sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE). Julia Lapa mostra as salas antes inutiliza-



A escola Di Cavalcanti alguns dias após a ocupação dos alunos



Os alunos contam com aulas e oficinas que voluntários oferecem para a formação pessoal de cada um deles

das, quase metade delas, além da sala multimídia e de recursos multifuncionais. “Estas salas estão trancadas, novinhas e poderiam ser usadas”, diz a aluna. Na sala de materiais, bebedouros, livros, papéis diversos, bolas de futebol, apagadores e uma mesa de projeção. Todos novos e nunca usados.

Segundo o ex-secretário da Educação, Herman Voorwald, a implantação do novo modelo seria motivada também pela queda de matrículas de novos alunos entre 1998 e 2014, de 6 milhões para 3,8 milhões de estudantes. Mesmo assim, alguns estudantes passariam a frequentar classes superlotadas nas escolas para onde seriam remanejados. “Nos garantiram que não teria superlotação, mas no ano que vem haveriam turmas no Pereira Barreto com 77 alunos por turma,

conforme vimos nas listas”, completa Julia Lapa.

Os alunos contam com aulas e oficinas que voluntários oferecem para a formação pessoal de cada um deles.

A direção do colégio alega que não havia demanda de alunos no Di Cavalcanti. “Este prédio aqui ficava fechado, com a desculpa de que não havia demanda o suficiente, sendo que no começo do ano havia uma placa na frente da escola dizendo que não abririam vagas por falta de espaço”, relembra a líder da comissão de comunicação.

A Secretaria de Educação do Estado disse, em nota, que tem trabalhado para entregar escolas melhores: “as manifestações, embora legítimas, não podem desinformar e alimentar em pais e alunos falsos temores. Também não podem sobrepor o direito dos estudantes paulistas por uma

educação de mais qualidade”, diz a nota.

Ainda assim, os estudantes da região vão manter as ocupações. “A gente decidiu que vai continuar. O pessoal fica reclamando da educação, mas se nós não fizermos algo, quem vai fazer por nós?”, completa Julia Lapa.

Em conjunto, programas públicos travam luta contra o crack

Mesmo com ação das administrações municipal e estadual, usuários mantêm concentração no Centro da capital paulista

ANDRÉ CATTO E KARINE SEIMOA

Para o acolhimento e a recuperação de dependentes químicos, a rua Helvétia, no Centro de São Paulo, abriga dois equipamentos públicos de Saúde: o programa “De braços abertos”, da Prefeitura da cidade, e o projeto Recomeço, do governo do Estado. Isso porque a rua é exatamente o pico da Cracolândia, local com forte presença da Guarda Civil Municipal (GCM) e da Polícia Militar, e que tem sido palco de uma luta sem fim contra as drogas, em especial contra o crack.

Segue em desequilíbrio constante a grande quantidade de usuários entre a Alameda Dino Bueno e a rua Helvétia, que formam o chamado “fluxo” na região. Após uma operação policial realizada em 29 de abril deste ano, que ocasionou um confronto entre militares e dependentes químicos, chegou a cair – durante pouco tempo – para cerca de 50 o número de pessoas concentradas no local. Agora, quase oito meses depois, já é possível encontrar ao menos 300 usuários aglomerados na região.

Na tentativa de minimizar o problema, a Prefeitura e o governo do Estado têm agido em conjunto. Segundo Benedito Mariano, que já atuou como ouvidor da Polícia de São Paulo e hoje é coordenador do programa “De braços

abertos”, o diálogo entre as duas administrações está mais estreito. “Eu trabalhei no governo do Estado, então estou ampliando a aproximação”, comenta. Para ele, o fato de ter atuado nas administrações estadual e municipal facilita ainda mais esse diálogo.

Mariano destaca ainda que o “De braços abertos” e o Recomeço funcionam de forma diferente, porém colaborativa. “Lá na ponta, as equipes [dos projetos] se dão bem. Eles têm concepções diferentes no trato do dependente químico, mas um programa tem que complementar o outro, pois eles convivem com o mesmo público.”

O “De braços abertos”, criado em janeiro 2014, oferece aos usuários inscritos três refeições diárias, vagas em hotéis populares no Centro, cursos profissionalizantes e emprego, sendo serviços de varrição e zeladoria de praças, com pagamento de R\$ 15 por dia.

Já o Programa Recomeço age com foco na desintoxicação dos usuários de drogas. Além de recebê-los e oferecer a eles serviços como academia de ginástica, banho e reuniões dos narcóticos anônimos, também os encaminha, quando necessário, para internação. Há ainda uma escola de samba, a Coração Valente, criada

Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil (21/01/2013)





Foto: João Luiz/ SECOM

pelos dependentes químicos participantes do programa.

Segundo uma funcionária do Recomeço, que não quis ser identificada, o trabalho da instituição é dividido por etapas, e apesar de oferecer serviços principalmente para os usuários de crack, também disponibiliza terapia para quem consome maconha, cocaína, tabaco, álcool e heroína. De acordo com ela, é um trabalho “de formiguinha”, lento, mas que, quando é feito da maneira correta e o dependente deixa de consumir a substância, é muito gratificante.

O prédio do projeto, na rua Helvétia, terá 11 andares e ainda está em construção. Os setores de autocuidado (barbearia, banho), academia, sala de reuniões e cozinha comunitária já estão prontos. Faltam ainda, entre outros, a ala de desintoxicação e o projeto de moradia assistida.

Segundo funcionários do local, o projeto da cozinha comunitária é que, em breve, os próprios dependentes químicos preparem suas refeições. Por enquanto, as refeições são oferecidas três vezes ao dia e após cada atividade.

Com a palavra, o usuário...

Kaique, 23, está na rua Helvétia há seis meses. Antes disso, perambulava pela região da Casa Verde, Bairro do Limão, em São Paulo. Morava com mãe, o padrasto e um filho de sete anos, Kauã. Após uma briga com o padrasto, por causa do uso frequente de drogas, saiu de casa. E deixou muito mais que a mãe e o filho. Deixou sua identidade.

Depois de anos andando pela cidade, chegou à rua Helvétia. Logo, procurou a unidade do

Programa Recomeço. “Quando eu cheguei aqui, ainda tava construindo o prédio. Ainda tá, né... (sic).” Kaique relata que começou com substâncias mais leves, como maconha, mas, rapidamente, chegou ao crack. “Ficava em cima, usava direto. Todo dia.”

Porém, aos poucos e com apoio da equipe do projeto estadual, afirma que tem conseguido superar o vício. Afirma que, apesar de muitos oferecerem “o cachimbo”, ele não aceita. Tem preferido usar maconha ao crack, “vicia menos”, ele diz.

Relata que é uma briga psicológica, uma doença. Mas que tem se esforçado para se recuperar. Para isso, conta com o apoio da escola de samba Coração Valente. “Me emocionei a primeira vez que eu toquei. Já gostava de tocar desde pequenininho. Aí toquei aqui e me emocionei!”

Para o futuro, ele quer se recuperar totalmente da dependência e recuperar sua identidade. Não pretende morar com a mãe, por causa do padrasto. Mas quer arrumar uma casa e voltar a morar com filho, trabalhar. Kaique quer, acima de tudo, voltar a ser um cidadão.

Imigrantes incrementam o comércio ambulante no Brás

Aumento do desemprego, trabalho escravo e xenofobia nas empresas levaram bolivianos, senegaleses e haitianos a engrossar as filas do comércio nas ruas

KATHERINE RIVAS E FLAVIO GAMA

Aglomeração, barracas e comércio ambulante, são termos que facilmente definem a primeira imagem que se tem ao chegar ao Largo da Concórdia, famosa praça localizada no bairro do Brás. Local com grande concentração de migrantes nordestinos e que hoje é conhecido nacionalmente por ser uma das áreas com maior concentração de comércio na cidade de São Paulo.

Segundo Inês Ferreira, Secretária Executiva da Associação dos Lojistas do Brás, hoje a região conta com mais de 4.000 lojistas com registros de termo de permissão de uso (TPU), uma espécie de 'alvará' de funcionamento de comerciantes que é concedida mediante acordo com a Prefeitura. Entretanto esse número não chega nem à metade da real quantia de vendedores que se estabeleceu na região.

"A prática de comércio ilegal já foi menor aqui. O crescimento de imigrantes que vivem do comércio é exponencial, chegam mais todos os dias. O Brás está se tornando terra de ninguém. Não somos inimigos deles, mas pirataria é crime e 90% dos produtos vendidos por aqueles que não possuem TPU, não é original", declarou a Secretária, que confirmou que nem mesmo a Prefeitura sabe o que fazer quanto a problemática.

Nos últimos anos o bairro viu sua população aumentar e assim gradativamente o seu número de habitantes. A assessoria da Subprefeitura da Mooca, responsável pela localidade, informou que o crescimento no comércio se deu devido aos diversos galpões disponibilizados para essa prática, e a também conhecidíssima 'Feirinha da Madrugada', que conta com boxes que são disponibilizados por meio de sorteio para evitar a prática de comércio ilegal.

Uma operação da Polícia Militar que visava a diminuição da prática comercial local foi posta em prática no ano de 2013, e consistia em espalhar pela região o número de mais de 200 PM's. Segundo moradores da região a já esquecida 'Operação Delegada' foi um sucesso, e finalmente eles conseguiam andar nas calçadas do seu bairro sem tropeçar em mercadorias, porém com o passar do tempo ela foi esquecida e hoje conta com menos de 60 PM's na rua.

Moradores e quem possui lojas na região se mostram descontentes com este esquecimento, pois de acordo com eles é 'desleal' a competição com esses vendedores ilegais que possuem produtos com preços absurdamente baixos e que em sua maioria são Bolivianos, Senegaleses e Haitianos.

Fotos: Katherine Rivas e Flavio Gama



"Haitianos querem trabalhar na sua área profissional e não como pedreiros" afirma representante de União Social no Brasil



Trabalho escravo e falta de oportunidades para bolivianos fez do comércio ambulante uma nova forma de vida.

Até mesmo planos de revitalização do bairro foram deixados de lado por conta da aglomeração que ocorre nas principais ruas da região.

“A prática de comércio na rua é errada para qualquer um. Isso causa transtorno e desconforto para os moradores locais que não conseguem nem ao menos ir até uma padaria pela sua calçada. Shoppings populares estão crescendo e são a solução para tirar esses comerciantes das ruas, porém acredito que todo esse processo se torna muito burocrático e essas pessoas que já vem em busca de uma nova oportunidade não podem esperar, isso sem contar a mercadoria que não poderia ser mais pirata”, finalizou a representante dos lojistas do Brás.

Dona Nieves Aguilar, imigrante boliviana, da cidade La Paz, mora há 20 anos no Brasil e afirma que as oportunidades para os conterrâneos sempre foram um processo difícil e por tal motivo os bolivianos decidem trabalhar nas ruas. “Eu ouço muitos amigos meus. A gente gostaria muito trabalhar para alguma empresa, mas há casos de bolivianos que foram contratados e demitidos depois de 2 ou 3 meses sem receber nenhum centavo. Eles continuam lutando, procurando outras oportunidades mas nada acontece. E a gente sai

às ruas, porque é a única forma que temos de sobreviver e pagar as contas” afirma.

Vendedor ambulante, o senegalês Abdulha, que pediu para não ser identificado por questões de segurança, afirma que imigrantes negros que trabalham no Brás já sofreram abusos da polícia e que são os alvos principais quando a Operação vai tirar a sua mercadoria e expulsá-los das ruas. “Isso não acontece com os outros ambulantes, mas quando a polícia chega perto de um senegalês, eles xingam, querem bater na gente e falam que é para irmos embora do Brasil porque nós estragamos tudo. Isso não ocorre com as demais pessoas que trabalham aqui. Eles nos discriminam porque somos negros” desabafa.

Abdulha comenta das dificuldades de achar um emprego rapidamente no Brasil e de obter um visto permanente. Segundo o entrevistado, milhares de senegaleses chegam ao país com o intuito de ajudar as suas famílias que ficaram no país de origem, e esperar por um trabalho se faz impossível quando tem filhos e mulher esperando receber dinheiro para sobreviver.

Segundo dados da Polícia Federal, a obtenção de um visto provisório e permanente no Brasil tem uma taxa de 500 reais para imigrantes. A normativa exonera refugiados deste pagamento.

Coordenador da União Social dos Imigrantes Haitianos, Fedo Bacourt reforça a ideia exposta pelo senegalense, e afirma que uma das lutas principais do movimento é ver que haitianos e imigrantes consigam realmente trabalhar na

sua área profissional, onde são constantemente limitados. “Conheço muitos haitianos que são médicos, engenheiros, professores mas tem que trabalhar na construção civil como ajudantes de pedreiros ou como empregada doméstica, no caso das mulheres, isso é muito injusto queremos que a política migratória defenda a gente e permita que achemos um emprego na nossa área” desabafa Bacourt, que mora há 3 anos no Brasil.

Bacourt considera que os brasileiros devem deixar de enxergar a migração como doença ou como invasão das oportunidades e afirma que os imigrantes estão aqui para ajudar a crescer o país e o tornar uma nação melhor.

A Prefeitura de São Paulo analisa esta problemática de um ponto de vista diferente ao do Governo de Estado e a Associação dos Lojistas do Brás, e com diversas alternativas já tentou promover centros populares que incubem projetos de economia solidária. Um local onde imigrantes podem fazer cursos e produzir suas próprias marcas.

Coordenador de Políticas Públicas para Imigrantes da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Illes acredita que existe uma grande exploração no sistema de venda e na utilização do espaço público

impedindo que migrantes possam ter acesso a um local para oferecer a sua mercadoria. Ele também aponta que é necessário que os opositores saibam diferenciar pirataria de produção artesanal. “A maioria dos produtos vendidos por bolivianos nas ruas são feitos por eles mesmos. Os imigrantes encontraram após muitos anos de exploração e trabalho escravo o comércio ambulante como uma alternativa de vida”, declara e reforça que eles não conseguem um local no Brás por causa dos elevados preços dos aluguéis.

Para a Secretaria de Direitos Humanos o chamariz das pessoas para as lojas do Brás está nas vendas ambulantes dos imigrantes nas quais existe uma disputa constante, mas nenhum conseguirá subsistir sem o outro.

“Não queremos que imigrantes façam bons produtos para vender para C&A e outras marcas, queremos que eles concorram com eles” afirma o coordenador e comenta que em parceria com a Secretaria de Trabalho serão criados programas para que imigrantes ofereçam também seus produtos ao Governo e à Prefeitura da cidade.



“Existe uma grande desigualdade do uso do espaço público no Brás, imigrantes encontraram no comércio ambulante uma forma de fugir da exploração”

Ponto final é território de passagem

Moradores e transeuntes encontram no terminal Santana o reflexo dos problemas e urgências do bairro

MEIRI FARIAS E OSVALDO DE BRITO

Pipoca, churrasco ou batata, eles cercam os quatro lados do terminal Metrô Santana. Vendedores ambulantes, testemunhas imóveis de um território de passagem, eles tentam convencer pelo cheiro de suas mercadorias ou pelo papo. Priscila, 25 anos, faz parte desse grupo vendendo churrasco no período da noite. Observadora atenta do movimento apressado dos transeuntes, ela comenta a criminalidade que assola a região e também da inércia policial. “A relação é péssima, eles não fazem nada”, reclama a ambulante, destacando que é mais fácil pedir “ajuda” aos bandidos da favela do que recorrer aos policiais.

O conflito é cenário desde a nossa chegada ao terminal, onde encontramos uma pequena aglomeração tentando conter uma discussão entre dois homens que quase se engalfinharam no meio da plataforma. Conflito surge também em outro contexto: a comunicação. Ao pedir informação a um rapaz que observava a cena, recebemos como resposta um panfleto com oração de Nossa Senhora de Fátima, um pedido de contribuição financeira e o alfabeto de Libras ilustrado, o homem era deficiente auditivo.

Por fim, o conflito chega até nós com o fator surpresa: ao notar um movimento inesperado,

nos deparamos com um ônibus decorado em que Papai e Mamãe Noel distribuem balas para crianças curiosas, ansiosas pela guloseima e por uma foto. Recorte na rotina do horário de pico, a cena é conflitante pelo inusitado. Breve e doce conflito, a atividade faz parte da campanha “Sua presença é o maior presente”, cujo propósito é estimular o convívio, a tolerância, a gentileza e o respeito no transporte coletivo por ônibus e na cidade, em parceria do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPUrbanuss), a SPTrans e a Socicam, responsável pela administração dos terminais. Cinquenta e dois ônibus já foram decorados com temas natalinos e vão operar em linhas regulares da capital até o dia 6 de janeiro.

Origem Jesuíta

Santana é um dos bairros mais antigos da cidade. Sua origem é ligada aos núcleos de catequeses instalados pelos Jesuítas na antiga Fazenda de Sant’Ana. Hoje o distrito é um dos principais polos de emprego e movimentação da zona Norte, por onde passam pessoas de diversos bairros do entorno para utilizar o transporte e ter acesso a trabalho. Rafael Cardoso Rocha, 23 anos, é ser-

vidor público estadual e passa pelo local diariamente. Para ele, o bairro está sobrecarregado. “A infraestrutura da região não suporta a demanda, sobretudo no horário de pico”, diz.

Assim como Rafael, Piero Sbragia, 33 anos jornalista e professor universitário que mora em Santana, aponta o deslocamento como o principal problema da região. Piero explica a dificuldade de encontrar rotas e lembra que até mesmo os ônibus encontram problemas para transitar, pois os corredores foram planejados em ruas estreitas e sem a infraestrutura necessária. “O terminal Santana está superlotado. Penso que seria interessante estudar opções alternativas de embarque e desembarque de passageiros”, sugere.

Rafael também indica a necessidade de planejamento para melhorar o sistema de transporte. “Mudanças de linhas podem otimizar a capacidade dos ônibus, mas precisam ser feitas com amplo estudo e dados estatísticos pra ajudar de fato a população”, reflete. O servidor também avalia como positiva a experiência de implantar ônibus no período noturno, uma vez que muita gente se locomove na cidade nesse horário. “Isso é bom para a economia da cidade e previne acidentes,

pois diminui o número de motoristas – inclusive os alcoolizados – nas ruas”.

Piero acha a iniciativa válida, desde que ofereça condições mínimas de segurança. “Vejo pouquíssimos guardas civis metropolitanos no terminal. Deveriam ser estudadas políticas alternativas de segurança também com o governo do estado”, diz. Já Priscila, quase que uma testemunha cotidiana do terminal, diz que o ônibus noturno até ajuda a diminuir a violência, já que proporciona mais movimento durante a madrugada. Independente da opinião, o fato é que a informação sobre o assunto ainda é bastante fragmentada. Ao perguntar sobre os ônibus que circulam durante a madrugada, um dos funcionários do terminal não soube explicar e argumentou que não fazia parte de seu turno. De acordo com o site da SP Trans, 26 itinerários compõem a linha noturna.

Arte no trajeto

Segundo dados abertos divulgados pelo município no portal GeoSampa, o distrito de Santana abriga 26 equipamentos de cultura entre públicos e privados, como teatros, bibliotecas e centros culturais. Ainda assim, é comum os moradores se deslocarem para áreas mais centrais

em busca de entretenimento. “Considerando o intenso fluxo que a região possui, deixa escapar a chance de ser também um polo cultural na cidade”, comenta Rafael que também prefere ir para o Centro Cultural São Paulo, região central, para encontrar opções de teatro e música. Já Piero cita a Biblioteca de São Paulo, no Parque da Juventude e outras atividades que acontecem nos arredores. “Aos finais de semana, nos bairros próximos, existem diversos movimentos culturais e artísticos, como o Samba na Pracinha no Largo do Tremembé, por exemplo”.

Guilherme Guimarães, 16 anos, que passa diariamente pelo terminal para ir a escola – localizada na região da Avenida Paulista – também indica a Biblioteca de São Paulo como referencial de cultura da região. Guilherme recorda as vezes que precisou se deslocar para fazer trabalhos de escola, já que essa biblioteca é mais perto da estação Carandiru do que propriamente Santana. Nas proximidades do terminal também se encontra as bibliotecas municipais Nuto Sant’Anna e Nabal Fontes, que oferecem diversas atividades de entretenimento e formação.

Entretanto, não é preciso ir muito longe para encontrar um pouco de arte. Dentro da estação

Santana, que é integrada ao terminal de ônibus, está em exposição a mostra “Arte de Viver: VI Concurso Nacional de Pintura, Poesia e Desenho”, resultado do projeto “Arte de Viver” que proporciona a pessoas com esquizofrenia a oportunidade de encontrar em uma manifestação artística sua forma de expressão. Dispostas logo depois da catraca, as obras poderiam passar despercebidas na pressa de pegar o metrô, se não fosse a urgência de sua mensagem. O trabalho de inclusão faz com que o território de passagem ganhe ares de museu e afirmação cultural.

A cultura ignorada do Largo Treze de Maio

Parte de Santo Amaro, região considerada comercial, largo tem vida cultural efervescente, mas desconhecida por sua população

ROBERTA VASSALLO BORDONI, PEDRO DO VAL DE CARVALHO GIL E JOÃO NERES DA ROCHA NETO

Saindo do terminal Santo Amaro encontram-se, além da catedral do subdistrito, ruas estreitas com comércios tradicionais, uma antiga mercearia, pequenos bares e uma loja de CDs espremidos entre filiais de grandes marcas de varejo e alguns cubículos que vendem acessórios para aparelhos eletrônicos. A região do Largo Treze, centro da extinta cidade de Santo Amaro é considerada por seus frequentadores área de serviço e passagem. “Aqui, o bairro é feito para trabalhar”, opina Luis Sérgio, dono de um restaurante da região, que se mudou para as proximidades para ficar perto de seu trabalho. Segundo Edson Oliveira, antigo morador de Santo Amaro, que retornou ao bairro há três meses, o local carece de cultura e lazer.

A região que abriga traços visíveis de seu passado, no entanto, conta com três centros de cultura e duas bibliotecas. Mais à frente, a praça Floriano Peixoto, ao estilo das de cidades do interior do estado, coreto ao centro, não obstante o entorno de grandes comércios movimentados. Lá,

Edson, que viveu por 20 anos na região reclama: “só tem essa praça Floriano Peixoto ‘malmente’, pros velhos se divertirem”.

Atrás da praça, na construção da antiga prefeitura de Santo Amaro, a casa amarela, reside o Paço Cultural Júlio Guerra, local onde acontecem diversas apresentações musicais, sessões de cinema, saraus, apresentações de teatro e dança, torneios de damas e xadrez e oficinas para crianças. Segundo o produtor cultural da casa, Thiago Bronzoni, Santo Amaro concentra grande riqueza cultural. “Acho que o grande defeito que todos apontam para Santo Amaro é a grande ‘pegada’, que é a diversidade, Santo Amaro é uma dissonância”.

A casa de cultura Manoel Cardoso de Mendonça, também na região, é espaço de orquestra filarmônica, coral, saraus e aulas de samba-rock. A partir de fevereiro a Secretaria de Cultura de São Paulo organizará oito oficinas de violão, graffiti, dança e outros projetos na casa. “A questão de divulgação a gente não tem praticamente, quase ninguém sabe o que está acontecendo”,

diz o produtor cultural da casa, Gunnar Vargas. Segundo o produtor, aos finais de semana o bairro não tem movimento.

Santo Amaro, um centro cultural

O bairro abriga a sede da Associação Cultural Corrente Libertadora, que faz trabalhos com crianças e adolescentes de comunidades das regiões de Parelheiros, Capão Redondo, Campo Limpo, Interlagos e Vila São José – frequentemente, os membros da associação levam os jovens a Santo Amaro para a realização de atividades em seus espaços culturais. Seus trabalhos se estendem também a jovens que vivem em ocupações. “A cultura ajuda muito [as crianças], ela liberta as pessoas”, afirma o líder de ocupação do movimento “Nós da Sul” contemplada pelo trabalho da associação na Vila São José, Leanir da Costa.

A associação iniciou como academia de capoeira e hoje tem a missão de “trabalhar a capoeira como forma de enriquecimento cultural e formação do cidadão”, segundo Renato Freitas,

monitor da associação. Trabalha com a cultura popular, maculelê, samba de roda, percussão, entre outras atividades educativas. “No ano passado nós ganhamos [o projeto] ponto de cultura, que nos enriqueceu”, afirma Tigrão, mestre de capoeira da associação, sobre recente parceria com a Secretaria de Cultura de São Paulo.

Vida cultural, só com a escola

Na Biblioteca municipal Belmonte acontecem de oito a doze eventos culturais abertos ao público por mês. A biblioteca temática em cultura popular tem seu público composto majoritariamente por alunos de escolas municipais e estaduais da região e alguns estudantes universitários – já que a biblioteca concede atestados de horas complementares a quem participa dos eventos. Os eventos vão de apresentações de teatro e contação de histórias a sarau sertanejo show de música de raiz.

Segundo a agente de Gestão de Políticas Públicas da biblioteca, Dorinha Sant’Anna, os eventos durante a semana são sempre cheios de classes

de escolas com os professores, porém as sessões de cinema e teatro que acontecem aos sábados na biblioteca têm média de público baixa. “A gente poderia ter muito mais público. Os professores incentivam muito eles a adquirirem esse hábito de ouvir histórias, ler. Os pais, não”, afirma.



INDICADORES DA CIDADE

Algumas fontes de informação sobre a cidade

Câmara Municipal de São Paulo

<http://www.camara.sp.gov.br>

Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo

<http://www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/>

Câmara no seu bairro

<http://www.camara.sp.gov.br/camaranoseubairro/>

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) | Gestão Urbana SP

<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>

Infocidade | Consulta de dados sobre a cidade de São Paulo

<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>

ObservaSampa | Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo

<http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/>

São Paulo Aberta

<http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/>

Planeja Sampa

<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/>

Rede Nossa São Paulo

<http://www.nossasaopaulo.org.br/>

Observatório Cidadão | Rede Nossa São Paulo

<https://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/indicadores.php>

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

<http://www.seade.gov.br/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<http://www.ibge.gov.br/>

CEM – Centro de Estudos da Metrópole

<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/>







Mesa Diretora – 2016

Presidente – Antonio Donato (PT)

1º Vice-Presidente – Milton Leite (Democratas)

2º Vice-Presidente – Edir Sales (PSD)

1º Secretário – Adolfo Quintas (PSD)

2º Secretário – Adilson Amadeu (PTB)

1º Suplente – George Hato (PMDB)

2º Suplente – Eduardo Tuma (PSDB)

Corregedor Geral – Dalton Silvano (Democratas)

Vereadores

Abou Anni (PV)

Adilson Amadeu (PTB)

Adolfo Quintas (PSD)

Alfredinho (PT)

Andrea Matarazzo (PSD)

Anibal de Freitas (PV)

Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Antonio Donato (PT)

Ari Friedenbach (PHS)

Arselino Tatto (PT)

Atilio Francisco (PRB)

Aurélio Miguel (PR)

Aurélio Nomura (PSDB)

Calvo (PDT)

Celso Jatene (PR)

Claudinho de Souza (PSDB)

Conte Lopes (PP)

Dalton Silvano (DEM)

David Soares (DEM)

Edemilson Chaves (PTB)

Edir Sales (PSD)

Eduardo Tuma (PSDB)

Eliseu Gabriel (PSB)

George Hato (PMDB)

Gilson Barreto (PSDB)

Jair Tatto (PT)

Jean Madeira (PRB)

Jonas Camisa Nova (DEM)

José Police Neto (PSD)

Joselito (PCdoB)

Juliana Cardoso (PT)

Laercio Benko (PHS)

Mário Covas Neto (PSDB)

Milton Leite (DEM)

Nabil Bonduki (PT)

Natalini (PV)

Nelo Rodolfo (PMDB)

Noemi Nonato (PR)

Ota (PSB)

Patricia Bezerra (PSDB)

Paulo Fiorilo (PT)

Paulo Frange (PTB)

Quito Formiga (PSDB)

Reis (PT)

Ricardo Nunes (PMDB)

Ricardo Teixeira (PROS)

Ricardo Young (Rede)

Salomão Pereira (PSDB)

Sandra Tadeu (DEM)

Senival Moura (PT)

Souza Santos (PRB)

Toninho Paiva (PR)

Toninho Vespoli (PSOL)

Vavá (PT)

Wadih Mutran (PDT)



Palácio Anchieta
Viaduto Jacareí, 100
CEP 01319-900 - Bela Vista - São Paulo-SP
Telefone: 11 3396-4000
www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/

Diretor-Presidente: Christy Ganzert Pato

Diretores Acadêmicos: Gustavo Costa Dias, Lara Mesquita,
Leonardo Barbagallo

Diretores Executivos: Antonio Rodrigues de Freitas Jr.,
Fabio Pierdomenico, Carolina Cutrupi Ferreira

Coordenador: Alexsandro Santos

Coordenadores Especiais: Alexandre Augusto Liceski da
Fonseca, Livia Karasawa Tamashiro

Equipe: Catuí Côrte-Real Suarez, Cely Costa Aguiar,
Márcio Tadeo Tanabe, Maria Regina de Faria Vallado
Costa, Silvia Carvalho, Elio Araújo da Silva, Fátima
Thimoteo, Altair da Silva Maiochi, Rafael Lorena de
Pinho e Viviane Lima de Andrade



Av. Paulista, 2300 | Andar Pilotis
São Paulo, SP | CEP 01310-300
Telefone: 55 11 2847.4567
www.obore.com

Diretores: Sergio Gomes e Ana Luisa Zaniboni Gomes

Gestão e Coordenação de Parcerias: Cristina Cavalcanti

Projeto Repórter do Futuro

Coordenador geral: Sergio Gomes

Coordenação executiva: Ana Luisa Zaniboni Gomes

Secretaria executiva: Cristina Cavalcanti

Coordenadores pedagógicos: Manuel Carlos Chaparro,
Audálio Dantas, Ausonia Donato, Aldo Quiroga, Pedro
Ortiz, Guilherme Alpendre, João Paulo Charleaux, André
Deak, Rodrigo Savazoni, Paulo Oliveira, Angelina Nunes e
Milton Bellintani (in memoriam)

Câmara Municipal de São Paulo + Escola do Parlamento + OBORÉ
8º CURSO DE DESCOBRIR SÃO PAULO DE DESCOBRIR E REPÓRTER

Projeto P



foto: Nivaldo Honório

